



Sylvia Nikitskaja Barragat Maniaudet

**Educação sexual como estratégia de prevenção
ao abuso sexual de crianças e adolescentes**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em Serviço Social do Departamento de
Serviço Social PUC-Rio.

Orientador: Prof. Antonio Carlos de Oliveira

Rio de Janeiro
Abril de 2023



Sylvia Nikitskaja Barragat Maniaudet

**Educação sexual como estratégia de prevenção
ao abuso sexual de crianças e adolescentes**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada
pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof. Antonio Carlos de Oliveira

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Rosália Maria Duarte

Departamento de Educação – PUC-Rio

Profa. Chris Giselle Pegas Pereira da Silva

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização do autor, do orientador e da universidade.

Sylvia Nikitsjaka Barragat Maniaudet

Graduou-se em Serviço Social na UNIGRANRIO (Universidade do Grande Rio) em 2015, e graduou-se em História na UCP (Universidade Católica de Petrópolis) em 2019. Especializou-se (lato sensu) em Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio em 2019. Atua como assistente social no FIRJAN/SESI desde 2017.

Ficha Catalográfica

Maniaudet, Sylvia Nikitskaja Barragat

Educação sexual como estratégia de prevenção ao abuso sexual de crianças e adolescentes / Sylvia Nikitskaja Barragat Maniaudet ; orientador: Antonio Carlos de Oliveira. – 2023.
144 f. : il. color.; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2023.
Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Educação sexual. 3. Prevenção. 4. Abuso sexual. 5. Crianças e adolescentes. I. Oliveira, Antonio Carlos de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Agradecimentos

Primeiramente quero agradecer a Deus pela minha vida, minha saúde e pela oportunidade de conviver com pessoas maravilhosas ao meu redor que me incentivaram no decorrer desse processo.

Escrever esses agradecimentos é um momento muito emocionante pois entrar no mestrado sempre foi um sonho e concluir ele está sendo contagiante esse processo, ainda mais grávida do meu tão sonhado filho Matheus.

Agradeço a Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) por me receber e aceitar todas minhas limitações.

Ao meu querido e amado orientador Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira, por todo o carinho, paciência e compreensão.

À Profa. Dra. Chris Giselle Pegas Pereira da Silva e Profa. Dra. Rosália Maria Duarte pela bela participação na banca.

Agradeço também meus familiares em especial meu marido Thiago Damaceno, que sempre me incentivou e acreditou em mim.

À Minha mãe por sempre se sentir orgulhosa pelas minhas trajetórias e a minhas irmãs principalmente a Bianca por estar constantemente ao meu lado me apoiando.

Agradeço também a todas as amigas que estiveram juntas nessa trajetória, principalmente Silvana Barros dos Santos Teixeira que foi essencial nessa trajetória.

Agradeço aos mestres e doutores que me proporcionaram diversos conhecimentos, reflexões e debate durante meu processo de amadurecimento acadêmico.

Amo todos vocês.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Maniaudet, Sylvia Nikitskaja Barragat; Oliveira, Antonio Carlos (Orientador). **Educação Sexual como estratégia de prevenção ao abuso sexual de crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro, 2023. 144 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Devido ao tabu que se encontra ao abordar educação sexual como estratégia de prevenção ao abuso sexual, torna-se relevante entender o que crianças, adolescentes e responsáveis sabem e pensam sobre esse assunto. Nessa direção, a presente dissertação teve por finalidade identificar e analisar sentidos atribuídos por famílias atendidas no projeto Talentos do Tatame, em Petrópolis, acerca da educação sexual de crianças e adolescentes. Além disso, identificar se e como campanhas de prevenção ao abuso sexual atingem crianças, adolescentes e familiares; analisar resistências à temática da educação sexual nos espaços de socialização de crianças e adolescentes e verificar a existência de diálogo, no seio da família, sobre proteção do corpo como forma de cuidado. De abordagem qualitativa, a pesquisa adotou como instrumento de produção de dados a realização de entrevistas semiestruturadas com crianças, adolescentes e responsáveis inseridos no projeto Talentos do Tatame. Para análise do material empírico produzido, utilizou-se o método de interpretação de sentidos atribuídos. Os resultados revelaram que, apesar do tabu que perdura em torno da temática, crianças, adolescentes e responsáveis têm interesse em conhecer mais sobre educação sexual, bem como a presença de mulheres como principais responsáveis pelas informações sobre o cuidado ao corpo. A análise dos dados permitiu conhecer diversas formas de cuidado a que as famílias atribuem o sentido de ações de prevenção ao abuso sexual, conferindo-lhes importância.

Palavras-chave

Educação Sexual; prevenção; abuso sexual; crianças e adolescentes.

Abstract

Maniaudet, Sylvia Nikitskaja Barragat; Oliveira, Antonio Carlos (Advisor). **Sex education as a strategy to children and adolescents sexual abuse prevention.** Rio de Janeiro, 2023. 144 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Due to the taboo found when addressing sex education as a strategy to prevent sexual abuse, it is relevant to understand what children, adolescents and guardians know and think about this subject. In this sense, this dissertation aimed to identify and analyze meanings attributed by families assisted in the Talents of Tatami project, in Petrópolis, about the sexual education of children and adolescents. In addition, identify whether and how sexual abuse prevention campaigns affect children, adolescents and family members; to analyze resistance to the theme of sexual education in the spaces of socialization of children and adolescents and to verify the existence of dialogue within the family about the protection of the body as a form of care. From a qualitative approach, the research adopted as an instrument for data production the realization of semi-structured interviews with children, adolescents and guardians inserted in the Project Talents of Tatami. For the analysis of the empirical material produced, the method of interpretation of assigned meanings was used. The results revealed that, despite the taboo that persists around the theme, children, adolescents and guardians are interested in knowing more about sex education, as well as the presence of women as main responsible for information on body care. Data analysis allowed us to know several forms of care to which families attribute the meaning of actions to prevent sexual abuse, giving them importance.

Keywords

Sex education; prevencion; sexual abuse; children and adolescents.

Sumário

1. Introdução	11
2. Família, onde tudo começa...	18
2.1. Violência Intrafamiliar em sua complexidade	24
2.2. Gênero, o grande guarda-chuva	25
2.2.1. Compreendendo violência na perspectiva de gênero	28
2.2.2. Alguns tipos de violência	31
2.3. Violência sexual contra crianças e adolescentes, com ênfase no abuso sexual contra crianças e adolescentes	33
2.3.1. Dinâmica do abuso sexual contra crianças e adolescentes	38
2.4. Possíveis traumas de crianças e adolescentes vítima de violência sexual	40
2.5. Estatísticas de violências contra crianças e adolescentes	44
3. Prevenção	47
3.1. Tipos de prevenção	54
3.2. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	57
3.3. Campanha de enfrentamento a violência sexual	60
3.4. A relevância do espaço de compartilhamento de saberes	62
3.5. História da Educação sexual no Brasil	66
3.5.1. Debate da educação sexual no mundo	69
3.6. Práticas e depoimentos da educação sexual no Brasil	73
3.6.1. Crianças e adolescentes, e a luta pelos direitos sexuais	75

4. Educação Sexual como estratégia de prevenção ao abuso de sexual de crianças e adolescentes	80
4.1. Percurso metodológico	81
4.2. Apresentação do campo	83
4.3. Aspectos éticos da pesquisa	86
4.4. A Pesquisa de Campo e Aplicação da Técnica de Entrevista Semiestruturada	90
4.4.1. Grupo 1, Crianças	91
4.4.2. Grupo 2, Adolescentes	96
4.4.3. Grupo 3, responsáveis / familiares	101
5. Considerações Finais	113
6. Referências Bibliográficas	118
7. Apêndices	127
7.1. Apêndice 1 – Levantamento bibliográfico	127
7.2. Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	131
7.3. Apêndice 3 – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido	135
7.4. Apêndice 4 – Roteiro de perguntas	139
8. Anexos	142
8.1. Anexo 1 – Parecer da Comissão da Câmara de Ética em pesquisa da PUC-Rio	142
8.2. Anexo 2 – Carta de apresentação da pesquisadora emitida pela PUC-Rio	143
8.3. Anexo 3 – Informes da prefeitura de Petrópolis sobre a campanha Tenha Atitude em Suas Ações	144

Lista de siglas

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior

CDC - Convenção sobre os Direitos da Criança

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PNEVSCA - Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

SGDCA - Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil

1

Introdução

A presente dissertação faz parte da linha de pesquisa Violência, Direitos Serviço Social e Políticas Intersetoriais do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Este trabalho representa um sonho concluído, após três anos de tentativa de ingresso ao mestrado, a pesquisadora encontra-se jubilosa.

Diante da realização do curso de especialização em Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica, esta pesquisadora passou a interessar-se por estudos acerca do tema do abuso sexual, muito em face de dedicar-se em sua prática profissional ao atendimento de crianças e suas respectivas famílias. No decorrer deste curso, o tema sobre abuso sexual despertou profundamente o interesse desta pesquisadora sobre esse tipo de violência, tendo realizado o seguinte trabalho de conclusão: “O enfrentamento do abuso sexual de crianças e adolescentes no município de Petrópolis”, no ano de 2019.

Atualmente, a pesquisadora trabalha em um projeto social, fundamentado na lei Federal de Incentivo ao Esporte promovido pela Federação da Indústria do Rio de Janeiro (Firjan) em parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi) com patrocínio de empresa privada. Este projeto é chamado “Talentos do Tatame”, cujo objetivo é garantir às crianças e aos adolescentes, de famílias que vivem em condições de vulnerabilidade social, o acesso ao Esporte através de aulas de Judô, no município de Petrópolis. Neste espaço é desenvolvido um trabalho voltado ao acompanhamento individual e familiar de crianças, adolescentes e seus familiares.

A partir de oficinas realizadas com os participantes e familiares do projeto, foi levantado um debate sobre a inserção de educação sexual nas oficinas de desenvolvimento humano. Vale ressaltar, que neste espaço são incentivados temas transversais que perpassam pela vivência desses alunos, além disso, são trabalhadas as competências e habilidades socioemocionais, assim como seus potenciais. Entretanto, notou-se muita resistência por parte dos responsáveis sobre essa temática, o que demonstra a relevância em promover o diálogo e compreender os fundamentos desta resistência.

Esse entrave levou esta pesquisadora a refletir sobre a seguinte pergunta: por que falar de sexualidades ainda é um tabu? Acredita-se na importância da

desconstrução desses tabus para que se possa estimular a participação da sociedade nesta discussão, promovendo a sua conscientização e ampliando os debates nos espaços de socialização de crianças e adolescentes. Portanto, ampliar a discussão sobre abuso sexual consiste em iniciativa importante para ressaltar sua relevância e desenvolver ações continuadas para o seu enfrentamento, para além de sua data simbolizada pelo dia 18 de maio, que é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Considera-se de suma importância questionar as condições socioculturais que ainda permitem, na atualidade, a reprodução de tabus sobre sexualidades. Portanto, acredita-se que este tema também seja de responsabilidade daqueles que produzem conhecimento científico, ao auxiliar na indicação de possíveis parcerias políticas e sociais com a sociedade civil.

Através dessas reflexões que se deu a construção dos objetivos, sendo o objetivo geral: identificar e analisar sentidos atribuídos por famílias atendidas no projeto Talentos do Tatame, em Petrópolis, acerca da educação sexual de crianças e adolescentes. Os objetivos específicos: identificar se e como campanhas de prevenção ao abuso sexual atingem crianças, adolescentes e familiares; analisar resistências à temática da educação sexual nos espaços de socialização de crianças e adolescentes e verificar a existência de diálogo, no seio da família, sobre proteção do corpo como forma de cuidado.

A escolha pela inserção da categoria “educação sexual” está relacionada aos segmentos da sociedade que defendem que a educação sexual pode “ensinar a criança/adolescente a fazer sexo” não compreendendo a amplitude e a finalidade desta disciplina de fornecer acesso a informações sobre o corpo. Além disso, a educação sexual possibilita um diálogo aberto e seguro aos alunos, educadores e responsáveis. Através desta disciplina crianças e adolescentes conhecem sobre seus corpos e têm maior chance de reconhecer possíveis situações de violência, pois munidos de informações, passam a dispor de poder de fala, abrindo-se à possibilidade de denúncia. No que tange à categoria “abuso sexual”, a escolha está relacionada à violação de direito que a criança e adolescentes sofrem quando são vítimas dessa violência, sendo que em alguns casos é uma violência que pode ser evitada através do acesso a informações e canais de suspeita e denúncia.

Por fim, a escolha da categoria prevenção está relacionada ao impedimento de algum dano ou mal que podem ser evitados.

No que se refere ao levantamento bibliográfico, a primeira fase da busca se configura através das categorias isoladas (abuso sexual, educação sexual e prevenção) nos *sítes* SCIELO e CAPES.

Sendo assim, à pesquisa na plataforma CAPES de acordo com as categorias centrais elencadas foram encontrados os seguintes quantitativos: sobre “abuso sexual”, foram encontradas 1066 produções utilizando um filtro de refinamento da busca para áreas da ciência da saúde e das ciências humanas; sobre “educação sexual”, utilizando-se do filtro de refinamento para áreas da ciência da saúde, das ciências humanas e multidisciplinar, foram encontradas 3.657 produções e sobre “prevenção” foram encontrados 8.505 trabalhos, onde a grande maioria se concentra na área da saúde.

Além disso, também foi realizada uma busca na mesma plataforma com o filtro de periódicos revisados por pares. Nas categorias principais, foram encontrados os seguintes resultados: “abuso sexual”, mediante o uso de filtro áreas da ciência da saúde e das ciências humanas, contava com 607 trabalhos; “educação sexual”, com 359 produções e “prevenção”, com 122 artigos na área das ciências da saúde.

No que tange à plataforma Scielo, os filtros utilizados foram para áreas de ciências humanas, ciências sociais aplicadas e multidisciplinar. O quantitativo encontrado nas categorias foram: 268 produções sobre “abuso sexual”, 216 para “educação sexual” e 343 para “prevenção”.

Torna-se evidente, portanto, que a soma total de 15.143 produções-resultado em grande número de publicações, e considerando o pouco tempo destinado ao curso de mestrado aliado à certeza de que nem todos os trabalhos se relacionariam precisamente ao objeto de estudo, se fez necessário realizar seleções mais criteriosas para a pesquisa.

Após a primeira experiência para a construção deste estado da arte foi necessário recorrer a outra estratégia: a junção de categorias. Por exemplo, ao realizar-se a busca dos termos descritores “abuso sexual” e “educação sexual” em conjunto, foram encontrados 87 trabalhos e “abuso sexual” e “prevenção”, 261. Como resultado foram localizadas 348 de produções nas duas plataformas, Scielo e Capes, o que demonstra que a associação das categorias possibilitou um processo de pesquisa bibliográfica mais detalhado e de maior pertinência e relação com o objeto de estudo. Após essa etapa foi realizada a leitura prévia dos títulos e dos resumos, onde foram selecionados 55 produções, 42 artigos, 2

monografias, 10 dissertações e 1 tese, produções efetivamente relacionadas aos interesses de pesquisa.

Ressalta-se que as principais discussões resultantes do trabalho de levantamento bibliográfico se encontram presentes no decorrer do texto, assim como suas referências foram publicações que tinham relação com o tema, como artigos que ressaltavam o início do debate da educação sexual no Brasil sua aplicabilidade, trabalhos que discutiam sobre violência sexual, dando ênfase ao abuso sexual contra crianças e adolescentes, reflexões sobre a prática da prevenção e legislações que fundamentam os direitos do público infantojuvenil. Para complementar e ampliar os estudos, foi necessário recorrer a outras fontes que abordavam assuntos que perpassavam a temática, de maneira mais central ou tangencial, como: gênero, família, cuidado, intersetorialidade e interseccionalidade.

No que tange às categorias de análise propostas nessa dissertação, vale explicitar que a prevenção em sua definição é composta por três tipos: primária, secundária e terciária. Desta forma:

[...] a Prevenção Primária compreende um trabalho informativo junto aos pais ou responsáveis sobre os processos de desenvolvimento de uma criança ou adolescente; sensibilização da população em geral e através da mídia e, em especial, dos profissionais de saúde, da área jurídica e da educação, acerca dos fatores desencadeantes do abuso sexual, sua identificação, prevenção e tratamento [...] (ABRAPIA, 2002, p. 49).

Bem como à prevenção secundária, ressalta:

[...] inclui-se a capacitação de profissionais que lidam diretamente com crianças e adolescentes abusados sexualmente e o atendimento direto à criança vitimizada e sua família, por partes dos Conselhos Tutelares, Centros de Defesa e Instituições Governamentais (ABRAPIA, 2002, p. 50).

Por fim, “na prevenção terciária acompanha-se a crianças ou adolescentes, o alegado autor da violência e a(s) família(s) envolvida(s), através de atendimento médico, psicológico, social e jurídico” (ABRAPIA, 2002, p. 50).

Portanto, percebe-se que a prevenção primária, secundária e terciária diante do abuso sexual, conforme relatado no manual da ABRAPIA (2002), pode ser estratégica para a redução dos índices de vítimas, assim como a atuação de todos os setores da sociedade pode realizar a ação preventiva por meio da informação.

No que se refere ao abuso sexual, conforme Oliveira (2003, p. 28), o abuso sexual pode ser compreendido como “utilização, por parte de pais, responsáveis, familiares ou cuidadores, de criança ou adolescente para sua gratificação sexual, através de atos os mais diversos”, além disto, segundo o autor, “a estimulação

sexual precoce de crianças e adolescentes também constitui abuso sexual". Na Lei nº 13.431/2017, no art. 4º, é possível encontrar no inciso III, alínea "a", a definição legal de abuso sexual, tipificado como um tipo de violência sexual, conforme a seguir:

III - violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda:

a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro.

Conforme o documento mundial norteador, sobre Educação Integral em Sexualidade (EIS) promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) que enfatiza Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: Uma abordagem baseada em evidências. Destaca-se:

A EIS é um processo de ensino e aprendizagem com base em um currículo sobre os aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais da sexualidade. Tem por objetivo transmitir conhecimentos, habilidades, atitudes e valores a crianças, adolescentes e jovens de forma a fornecer-lhes autonomia para: garantir a própria saúde, bem-estar e dignidade; desenvolver relacionamentos sociais e sexuais de respeito; considerar como suas escolhas afetam o bem-estar próprio e o de outras pessoas; entender e garantir a proteção de seus direitos ao longo de toda a vida. (Unesco, 2019, p.16).

Portanto, Educação Integral em Sexualidade pode ser compreendida também como similar ou englobando a terminologia educação sexual, que é o nome proporcionado ao processo que procura esclarecer questões relacionadas à sexualidade para crianças e adolescentes, onde a finalidade é propor esclarecimentos, sobretudo no que diz respeito ao seu corpo. Esse tema procura abordar sobre: prevenção à violência sexual, sexo, gravidez, aborto, métodos contraceptivos, infecções sexualmente transmissíveis, abrangendo desde o desenvolvimento da sexualidade às questões de gênero. Esse processo procura auxiliar crianças e jovens a exercerem o cuidado de seu próprio corpo. No entanto, posicionamentos pré-estabelecidos de alguma parcela da sociedade tornam essas questões um tabu. Portanto, as três categorias de análise propostas se complementam, pois, a educação sexual através de seu arsenal instrumental pode ser uma estratégia de promover a prevenção ao abuso sexual, que quando não

evitado pode gerar uma série de impactos sociais, físicos, psicológicos, entre outros, na vida da vítima.

No que se refere à estrutura da dissertação, que ora se apresenta, está distribuída em três capítulos. O capítulo 1 está relacionado aos estudos sobre violência, iniciando o debate sobre famílias, relatando suas transformações sociais e as consequências destas no cotidiano familiar. Sendo um dos efeitos a violência intrafamiliar, a seguir foi abordado sobre gênero, categoria central à pesquisa, devido à capacidade de abarcar a compreensão da violência na perspectiva de gênero. A seguir foram relatados alguns tipos de violência, ressaltando a violência sexual contra criança e adolescente, o abuso sexual contra crianças e adolescentes, sua dinâmica e suas consequências, como possíveis traumas para as vítimas. O capítulo foi finalizado com as estatísticas, a fim de ilustrar a magnitude da questão a partir de dados e pensar em estratégias de prevenção.

O capítulo 2 tem foco no conceito de prevenção e seus tipos. São apresentadas diversas estratégias e iniciativas que buscam contemplar a dimensão preventiva, como o Plano de Enfrentamento de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, a atuação das campanhas de combate à violência sexual, e a relevância do espaço de compartilhamento de saberes. A seguir, procede-se à contextualização da história da educação sexual no Brasil e do debate da educação sexual no mundo, com a finalidade de conhecer os países que implementaram a educação sexual, as práticas da educação sexual e os depoimentos das vítimas no Brasil, concluindo com uma reflexão sobre crianças e adolescentes e a luta pelos direitos sexuais.

A Pesquisa de campo está referenciada no capítulo 3, que reflete a prática do estudo, onde a reflexão teórica acerca dessas categorias – educação sexual, abuso sexual e prevenção – deu suporte no decorrer dessa fase. Vale ressaltar que a pesquisadora apresentou a carta de apresentação como aluna de mestrado e pesquisadora, com o objetivo de realizar a pesquisa de campo no espaço de trabalho. Com isso foi preciso o distanciamento profissional para se adentrar no meio da pesquisa para favorecer seu desenvolvimento.

Além disso, a escolha do campo está relacionada aos vínculos afetivos e de solidariedade da pesquisadora com os usuários, onde esse campo possui repletos significados, como o acompanhamento constante de diversas famílias desde o ano de 2017, participação das vivências de superação dos familiares e reflexões diárias sobre a prática profissional. Apresentação detalhada sobre o campo, bem como de todo o percurso metodológico da pesquisa consta do referido capítulo.

A estratégia metodológica utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi a abordagem qualitativa, que é essencial para analisar, sob a visão dos entrevistados, significados atribuídos sobre o cuidado ao corpo como forma de cuidado e o que eles compreendem sobre educação sexual. A técnica de produção de dados utilizada para a fomentação da pesquisa foi entrevista semiestruturada, por meio da elaboração de um roteiro (Apêndice 7.3 A, B e C) que foi construído tendo por referência principal os objetivos específicos supramencionados. Dessa forma, o capítulo 3 é composto pelo percurso metodológico, a apresentação do campo, a ação da pesquisa de campo, a aplicação da técnica de entrevista com o retrato da pesquisa de campo e apresentação dos aspectos éticos da pesquisa.

A seguir estão presentes as considerações finais, com reflexões que ressaltam a fundamentação teórica da pesquisa, seus principais resultados, contribuições para o campo de garantia de direitos de crianças e adolescentes – com ênfase em implicações para o Serviço Social –, além de novas questões e desafios de pesquisa decorrentes do processo de mestrado.

Torna-se evidente, portanto, a construção da análise perpassa pela identificação de como as crianças, adolescentes e famílias entrevistadas, concebem, a partir de suas vivências, relações sociais e histórias, os sentidos atribuídos sobre o cuidado ao corpo como forma de cuidado e o que eles compreendem sobre educação sexual. Com isso, a presente dissertação tem a finalidade de colaborar com a compreensão sobre complexa temática educação sexual como estratégia de prevenção ao abuso sexual de crianças e adolescentes.

2

Família, onde tudo começa...

A família é considerada o primeiro ambiente de socialização e hoje seu conceito está ligado a laços de solidariedade e afetividade, não estando conectado diretamente à consanguinidade. Conforme cartilha do Ministério da Saúde:

Chama-se família ao grupo de pessoas com vínculos afetivos, de consanguinidade ou de convivência. A família é o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos; quem primeiro transmite os valores, usos e costumes que irão formar as personalidades e a bagagem emocional das pessoas. A dinâmica e a organização das famílias baseiam-se na distribuição dos afetos, criando, no espaço doméstico, um complexo dinamismo de competições. Essas disputas são orientadas pelas diferenças de poder entre os sexos e, no contexto afetivo, motivadas pela conquista de espaços que garantam o amor, o reconhecimento e a proteção, necessidades básicas da condição humana. Trata-se, dessa forma, de disputas que estimulam sentimentos ambíguos de amor/ódio, aliança/competição, proteção/domínio entre seus membros. (Brasil, 2001, p. 13 e 14).

A família no século XXI mantém-se como uma instituição de referência no que se destina aos cuidados e proteção com seus membros, “é a família a primeira e principal responsável pelo bem-estar de seus membros, independente das condições objetivas para sua realização” (Mioto, 2015, p. 4). A autora complementa que:

[...] a família, independente das formas ou modelos que assume, ainda é o espaço privilegiado na História da Humanidade onde aprendemos a ser e a conviver. É mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, mediando continuamente os deslocamentos dos limites entre o público e o privado, e geradora de formas comunitárias de vida. Tudo isso, sem desconsiderar-se que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente também por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (Mioto, 2015, p. 2).

O conceito de família na atualidade também pode ser compreendido como “rede”, pois é através da família que o indivíduo encontra a rede de apoio e o suporte que necessita, seja financeiro, emocional, social, etc. Além disso, a família tem o papel de repasse de conhecimentos e tradições, sendo o espaço onde o ser humano constrói sua referência e modelos de vivências, de acordo com tudo aquilo que presenciou e conheceu, com isso, cada pessoa tem um modo de se relacionar e se expressar de acordo com suas experiências familiares (Brasil, 2001).

Nesse espaço também ocorre mediação de conflitos e gerenciamento as relações sociais e afetivas, pois a participação da família nas relações entre sujeito e a coletividade, público e privado e abstrato e concreto, são fundamentais, pois

é neste ambiente que o membro tem acesso ao primeiro momento de socialização e de cuidado. Nota-se que o cuidado necessariamente não está restrito ao carinho e afeto, conforme Pinheiro (2009, p. 1) “cuidado é um ‘modo de fazer na vida cotidiana’ que se caracteriza pela ‘atenção’, ‘responsabilidade’, ‘zelo’ e ‘desvelo’ ‘com pessoas e coisas’ em lugares e tempos distintos de sua realização.”

Percebe-se que a categoria *cuidado* vem assumindo maior espaço nos meios acadêmicos, em que antes era restrito à área da saúde. Hoje o Serviço Social e outras profissões têm se apropriado do tema devido à relevância em compreender a atuação do cuidado nas relações sociais e familiares. Conforme a Ribeiro (2016, p. 50):

As formas de cuidado não são uniformes, mas sim, peculiares a cada dinâmica familiar, ocorrendo a partir da rede de significados que cada um dos seus membros desenvolve durante a sua vida, atrelado ao contexto cultural, histórico e socioeconômico. Entender o significado de cuidar e como se desenvolve no cotidiano familiar é, portanto, um desafio, pois o mesmo está imbuído de um universo cultural de valores, crenças e vivências.

Dessa forma, o processo de cuidado da família com seus membros se torna imprescindível para o desenvolvimento humano e o bem-estar, para além da concretização pessoal, emocional e social através da relação com seus membros. De acordo com Ribeiro (2016, p. 91) o cuidado familiar é:

Apresentado como forma de promoção de vida e bem-estar corresponde ao estímulo e facilitação do processo de desenvolvimento das capacidades individuais dos membros da família, como também do grupo familiar, por meio da provisão de um ambiente físico e simbólico que favoreçam o crescimento mútuo.

Portanto, a atuação da família nas relações entre sujeito e a coletividade é essencial, pois a família é um órgão de alta potência que tem o poder de disseminar conhecimentos, sendo neste ambiente que o indivíduo conhece a primeira forma de socialização e de cuidado.

Vale pontuar, que as famílias vivenciam constantes processos de reconfiguração. As modificações dos arranjos familiares refletidas através das transformações dos séculos XX e XXI influenciaram na dinâmica familiar, modificando como as famílias se constituem, se complementam, se relacionam e se transformam na atualidade. Além disso, questões relativas de gênero e intergeracionalidade influenciam na dinâmica do poder. Oliveira (2018, p. 123) corrobora:

As dimensões de gênero e geração podem ser consideradas fundantes na construção das relações de poder intrafamiliares, o que se mostra particularmente importante face às mudanças nos arranjos familiares e papéis parentais, que

coexistem nas famílias na contemporaneidade. Tais aspectos exercem significativa influências sobre as formas de comunicação familiar, bem como quanto à distribuição e uso do poder em suas relações internas.

Observa-se que as modificações das famílias na sociedade brasileira são um processo em constante transformação que se configura através de articulação de diversos momentos de vivências no contexto sociocultural que se baseiam através das relações intergeracionais, classe, gênero, raça, etnia, renda, afinidades, memórias afetivas, relações sociais. Essas novas dinâmicas macrossociais tiveram influência através da inserção dos ideais dos movimentos feministas que lutaram (e ainda lutam) pela igualdade de direitos.

No que se refere aos estudos das mulheres, um sucinto contexto histórico referente à educação no Brasil precisa ser compreendido pelo fato de também ter sido um processo gradual.

A educação formal no país se deu com a chegada dos “colonizadores” e o ensino era tarefa da igreja Católica, através dos jesuítas com a finalidade da prática da catequese (explicação da doutrinação religiosa) e a formação da elite. As mulheres, nesse período, estavam destinadas ao cuidado do lar e às atividades domésticas, sendo monitoradas pelos pais ou pelo marido e excluídas do sistema escolar fornecido pela colônia, somente tendo acesso à catequese. Dessa maneira, no período colonial, as mulheres tiveram pouquíssimo acesso à educação, em alguns casos estudavam em casa com preceptores (Stamatto, 2002).

Conforme Stamatto (2002), com as reformas pombalinas, o cenário educacional foi se modificando com a abertura de um mercado de trabalho para as mulheres através do magistério público. Nessa fase, o ensino era separado por sexo, inclusive entre os professores. Durante o século XIX, ocorreu o aumento de professoras na rede pública escolar, criando-se escolas mistas. Com a regulamentação da carreira do magistério durante os governos provinciais, esse ambiente passou a ter um grande número de mulheres atuando neste ambiente. Neste período e no século XX, a educação feminina era exclusiva para as demandas domésticas.

A constituição de 1824 propunha o ensino gratuito a todos, com exceção da população negra e indígena. Em 1827, através da Lei Geral determinou-se a criação de escolas em todas as cidades e a garantia do acesso ao ensino fundamental. O direito feminino de frequentar a faculdade se deu em 1879, cujo requisito era de que as candidatas solteiras precisavam ter uma licença de seus pais, e as casadas, do consentimento por escrito de seus esposos.

Em um expressivo “salto” quanto ao processo histórico – em que as condições de acesso de mulheres à educação seguiram, embora de formas distintas, deixando-as em desvantagem em relação aos homens¹ –, constata-se que a década de 1990 é registrada pelo aumento de mulheres em nível de escolarização, ultrapassando os homens, de acordo com o Censo de Educação Superior de 2016. Este documento registrou que as mulheres representavam 7,2% das estudantes matriculadas em curso de graduação.

Portanto, é visível notar que cada vez mais as mulheres estão ocupando o espaço da academia e assim se apropriando de saberes e influenciando na forma de se expressar na sociedade, assim como seus posicionamentos nas relações sociais.

Outro ponto que reflete na dinâmica social da família são as conciliações entre a vida familiar e o trabalho pago que vêm sendo descritas nas relações de gênero.

A modernização traz consigo o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, o que conduz a mudanças em diversos aspectos da vida social, na família e nas esferas públicas e no trabalho. As mudanças nos estilos de vida de homens e mulheres, especialmente na fase de desenvolvimento pós-industrial, geram, também, transformações inevitáveis em termos de valores culturais. Tais valores operam como impulsionadores decisivos de diferenças geracionais dentro das mesmas sociedades e também de diferenças de acordo com os diferentes níveis de desenvolvimento político e econômico. (Araújo e Scalon, 2006, p. 48).

A modernidade proporcionou diversos avanços para as mulheres como o aumento da expectativa de vida, a inserção dos métodos contraceptivos, o direito ao voto, ao trabalho fora do ambiente doméstico e à educação. Somam-se, também, as mudanças demográficas, econômicas, sociais, políticas e culturais que influenciam as relações de gênero e as relações de poder. Apesar de tais conquistas, em seu conjunto, parte expressiva de mulheres ainda continuam sendo subalternizadas. Essa submissão se dá devido ao arraigamento na sociedade brasileira de questões socioculturais e históricas.

Dessa forma, a questão do gênero é perpassada por questões étnicas, raciais e sociais. Portanto, a transformação dos papéis sociais das mulheres tem refletido na dinâmica familiar. Desde muito tempo a mulher tem sido a figura principal no espaço doméstico mediante a construção socialmente feita no imaginário social constituído pelo ideal de seu papel de mãe de família.

¹ Certamente, há diversas e importantes mudanças gradativas durante esse período no que se refere a mulheres e educação no Brasil. Esse “salto” somente se justifica pelo fato de, no presente trabalho, se objetivar registrar mais uma faceta das abissais e históricas desigualdades de gênero na formação social brasileira. Para aprofundamento da questão, ver Stamatto (2002).

A contemporaneidade trouxe uma série de modificações na organização familiar e com isso também o acúmulo de papéis na figura feminina, exigindo uma conciliação entre a vida pública, o trabalho e as tarefas domésticas. “As mulheres, diferentemente dos homens, estão sujeitas a dois tipos de dependência – do mercado e da família –, e isto tem impacto sobre sua autonomia e a forma como organizam e orientam suas ações” (Araújo e Scalón, 2006, p. 47).

Araújo e Scalón (2006, p. 56) afirmam em suas pesquisas que as mulheres “apontaram para a atividade de trabalho pago como um dado constitutivo e também valorizado como construção identitária da vida social”. As autoras acrescentam que, “em geral, mulheres que trabalham têm percepções mais críticas acerca das práticas tradicionais e apresentam opiniões mais favoráveis à igualdade de gênero” (Araújo e Scalón, 2006, p. 57). A inserção das mulheres no mundo do trabalho faz com que elas possam vivenciar o mundo além das atividades domésticas e passam a compreender melhor o espaço público.

Outra observação a ser destacada nas modificações da dinâmica familiar é o avanço da ciência, pois com medicações e maior acesso ao cuidado, as expectativas de vida aumentaram, implicando em maior número de pessoas idosas com algum nível de dependência a demandar cuidados, em geral providos por mulheres mais jovens. De outra parte, destaca-se a inserção maior das avós e avôs no processo de cuidado com seus netos, fato não menos importante que o acesso das mulheres aos métodos contraceptivos, o que modificou significativamente as escolhas sobre ter ou não filhos, inserção no mercado de trabalho e aos estudos, causando mudanças no perfil demográfico da população e de sua força produtiva.

Outros aspectos que refletem as transformações familiares na atualidade é a diminuição da quantidade de seus membros, com a redução dos números de filhos, assim como o aumento de famílias monoparentais e de casais homoafetivos. Segundo Araújo e Scalón (2006, p. 46):

Em geral, essas análises apontam para uma profunda alteração dos padrões de organização familiar no que diz respeito à extensão da família, com a redução de seu tamanho; nos padrões de conjugalidade, com o aumento de famílias monoparentais e de casais compostos do mesmo sexo; com maior plasticidade das relações e o afeto se tornando elemento central que orienta a constituição das relações amorosas e da conjugalidade; e há ainda um enfraquecimento do patriarcado como referência hierárquica e de poder, embora este aspecto seja bastante polêmico. Tais mudanças, decorrentes também do ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho, apontam para evidências de que os modelos de conciliação entre trabalho pago e vida familiar baseados na clássica dupla “homem provedor” e “mulher cuidadora” vêm sendo alterados em direção a um modelo dual, no qual as mulheres permanecem como as principais “cuidadoras”, mas o trânsito entre o espaço doméstico e público se constitui um dado contemporâneo.

Observa-se o aumento de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, as quais se tornam sobrecarregadas, pois precisam gerir o espaço do ambiente doméstico ao mesmo tempo em que garantir o sustento da família no espaço público. Reafirma os arranjos já existentes que, com sua ampliação em número e visibilidade, passaram a ter reconhecido seu *status* de família, que antes eram constituídos pelo modelo com pai, mãe e filhos. Segundo Oliveira (2017, p. 196) “O imaginário social está tão impregnado dessa ideia subliminar, que grupos familiares, com configurações e modos de funcionamento distintos, muitas vezes são considerados potencialmente produtores de ‘desajustes’”. Com isso, é extremamente relevante entender que os arranjos familiares estão relacionados com as transformações, históricas, sociais, culturais e individuais:

É preciso compreender a família como uma estrutura que se modifica segundo contextos sociais, culturais e históricos. É importante considerar o papel da família nuclear, baseada em poucos indivíduos e adscrita à convivência nos limites do espaço doméstico compartilhado, que vem a substituir as famílias extensas, baseadas em uma rede ampla de parentesco e que entrelaçava sua funcionalidade à da produção rural e comércio de mercadorias. A família contemporânea fundamenta-se na privacidade – espaço restrito de relações pessoais afetivas, onde o número de integrantes e seus laços foram restringidos. Hoje, existem várias formas de organização familiar - as famílias monoparentais, as reconstruídas, as uniões estáveis, os casais do mesmo sexo, as famílias tradicionais. Uma criança pode ter um pai biológico e pais sociais (que se integram ao grupo familiar, assumindo papéis paternos). Essas mudanças geram um novo contexto de relações de poder e inter-relações, um universo diferente de expectativas e de representações subjetivas no âmbito da família, com dificuldades próprias, envolvendo todos os seus membros: pais, mães e filhos. (Brasil, 2001, p. 14).

Nota-se, que a diversidade das famílias faz com que hoje ocorram diversos arranjos em que elas se ajustam e se constituem. Além da transformação da composição familiar, é visível perceber o quanto a estrutura capitalista também interfere em sua dinâmica. A família brasileira tem realizado o papel de amortecedor da crise financeira e social, mesmo em processos de empobrecimento com os baixos salários, desemprego, desterritorialização das famílias (gerados pelos movimentos migratórios), gestão da vida familiar com mortes e doenças, além do sucateamento de serviços públicos. A família tem promovido o cuidado de seus membros através da lógica da rede de solidariedade. Portanto, as transformações históricas, culturais, sociais, econômicas e individuais ressignificam, de modo determinante, as formas de composição e o papel das famílias.

2.1. Violência Intrafamiliar em sua complexidade

A contradição familiar também está presente nas relações entre sujeitos e coletivos, e seu cotidiano pode ser marcado por conflitos e desigualdades. Assim, no ambiente familiar também podem ocorrer situações contraditórias e de violações de direitos.

A família também é ambiente de conflito, onde seus membros vivenciam desigualdades de renda, questionamentos de autoridade, desigualdade de poder, assimetria nos papéis de gênero, choques intergeracionais e violências em seus mais diversos tipos.

Existem situações familiares em que seus membros experimentam tensões constantes devido à dificuldade de um diálogo claro, empatia e resiliência. “Famílias despreparadas para compreender, administrar e tolerar seus próprios conflitos tendem a se tornar violentas” (Brasil, 2001, p.14).

Identifica-se que muitas das violações de direito no espaço familiar está relacionada com o ato da violência contra seus membros, o que, devido à ausência do cuidado, pode afetar principalmente o desenvolvimento daqueles mais vulneráveis, como a criança e os adolescentes. Nas palavras de Oliveira:

Quando as relações estabelecidas no núcleo familiar são permeadas por manifestações de violência dirigida por parte da mãe e/ou do pai contra seus filhos e suas filhas, uma série de vicissitudes pode ocorrer no processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes, tal como inicialmente esperado, bem como na representação da família como espaço de proteção e cuidado. (Oliveira, 2018, p. 120).

De acordo com cartilha do Ministério da Saúde:

A violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra. O conceito de violência intrafamiliar não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também as relações em que se constrói e efetua. (Brasil, 2001, p. 15).

Considera-se, portanto, que “a violência intrafamiliar é um problema social de grande dimensão que afeta toda a sociedade, atingindo, de forma continuada, especialmente mulheres, crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência” (Brasil, 2001, p. 7).

Devido ao papel instituído à família, como instituição de acesso ao cuidado, as violações ocorridas nesse meio são comumente incompreendidas.

Atualmente, tenta-se encontrar o motivo para tal ato, principalmente se as vítimas forem crianças e adolescentes e seus membros familiares apresentarem déficits em seus recursos pessoais. Contudo, “os serviços de saúde têm dificuldades para diagnosticar e registrar os casos de violência intrafamiliar” (Brasil, 2001, p. 11). Essa dificuldade pode afetar ainda mais a atuação e prevenção mediante os casos de violência intrafamiliar, pois “a violência intrafamiliar toma a forma de maus-tratos físicos, psicológicos, sexuais, econômicos ou patrimoniais, causando perdas de saúde ainda pouco dimensionadas” (Brasil, 2001, p. 11).

A referida cartilha também acrescenta que as vítimas são de meninas e mulheres, tornando visível notar que essa é uma violência de gênero e está imbricada nas questões que envolvem dinâmica de poder e desigualdades.

Quando se fala de violência intrafamiliar, deve-se considerar qualquer tipo de relação de abuso praticado no contexto privado da família contra qualquer um dos seus membros. As estatísticas são eloquentes ao assinalar o homem adulto como autor mais frequente dos abusos físicos e/ou sexuais sobre meninas e mulheres. (Brasil, 2001, p. 10).

2.2. Gênero, o grande guarda-chuva

Antes de adentrar sobre a violência de gênero é de extrema relevância compreender as ideias de renomadas autoras que discutem a categoria gênero. Sendo assim, Joan Scott corrobora que o gênero é composto por duas partes diversas e subconjuntos que estão inter-relacionados, no entanto devem ter uma análise diversificada “(1) O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86).

Ademais, a autora reforça que gênero vai além de uma substituição para o uso da palavra mulher, está imbricado nas informações dos homens e presente nas relações entre os sexos.

O termo “gênero”, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. [...] Além disso, o termo “gênero”, também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. (Scott, 1995, p. 75).

Conforme a categoria gênero estabelece o caráter social do feminino e do masculino, reforça que é necessário levar em consideração as diversas sociedades e seus momentos históricos, aos quais está se referindo. Deste modo, as concepções de gênero são diferentes entre as sociedades, momentos históricos, nos diversos grupos étnicos, religiosos, raciais, de classe que a compõem. Sendo assim, o conceito de gênero passa a requerer que se utilize de maneira plural, afirmando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são múltiplos (Louro, 1997).

Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. (Scott, 1995, p. 75).

Além disso, o gênero também pode classificar o modo de viver na sociedade devido a ordenação em que se apresenta:

O sistema de gênero ordena a vida nas sociedades contemporâneas a partir da linguagem, dos símbolos, das instituições e hierarquias da organização social, da representação política e do poder. Com base na interação desses elementos e de suas formas de expressão, distinguem-se os papéis do homem e da mulher na família, na divisão do trabalho, na oferta de bens e serviços e até na instituição e aplicação das normas legais. A estrutura de gêneros delimita também o poder entre os sexos. Mesmo quando a norma legal é de igualdade, na vida cotidiana encontramos a desigualdade e a iniquidade na distribuição do poder e da riqueza entre homens e mulheres. (Brasil, 2001, p. 14).

O conceito de gênero não deve referir-se apenas à execução de papéis masculinos e femininos, mas podem ser compreendidos como padrões e regras que a sociedade estabelece para seus indivíduos e que, de certa forma, contribuem para configurar seus comportamentos: como roupas, modos, relacionamento etc. Portanto, ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito – como a etnia, a classe e a nacionalidade –, pode-se referir que o gênero transcende os papéis, ou seja, faz parte do indivíduo, constituindo-o (Louro, 1997).

Gênero se refere a formas de se identificar e ser identificada como homem ou como mulher. Orientação sexual se refere à atração afetivossexual por alguém de algum/ns gênero/s. [...] Tal qual as demais pessoas, uma pessoa trans pode ser bissexual, heterossexual ou homossexual, dependendo do gênero que adota e do gênero com relação ao qual se atrai afetivossexualmente. [...] Nem todas as pessoas trans são gays ou lésbicas, apesar de serem identificados como membros do mesmo grupo político. [...] Homossexuais se sentem atraídos por pessoas do mesmo gênero, e bissexuais por pessoas de qualquer gênero, *o que não se*

relaciona com sua identidade de gênero, ou seja, não se questionam quanto a sua identidade como homens ou mulheres e ao gênero que lhes foi atribuído quando nasceram, ao contrário das pessoas transexuais e travestis. [...] Gênero é diferente de Orientação Sexual, podem se comunicar, mas um aspecto não necessariamente depende ou decorre do outro. Pessoas transgênero são como as cisgênero, podem ter qualquer orientação sexual: nem todo homem e mulher é “naturalmente” cisgênero e/ou heterossexual. (Jesus, 2012, p. 12-13).

Segundo Louro (1997) é possível considerar que o sexo tem construção com base biológica e gênero uma construção social formada por diversas culturas. Sendo que gênero perpassa o sexo, ou seja, os órgãos genitais e vai além de ser homem e mulher. Por conseguinte, a construção da identificação como homens ou como mulheres é social tendo presente como o indivíduo se expressa socialmente e como ele se vê.

Por conseguinte, o conceito de gênero perpassa pela relação social e interfere na dinâmica do poder, além de interferir na organização da vida social, conforme Scott, “os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda vida social” (Scott, 1995, p. 88). Além disso, a autora afirma que “O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana” (Scott, 1995, p. 89).

Conforme uma das definições de Joan Scott diante a relação de poder a autora enfatiza que: “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”. (Scott, 1995, p. 88).

No que tange à violência, ela é um problema multifacetado naturezas diversas, com base em relações desiguais de poder, cujo uso inadequado em excesso tende a oprimir outrem. Dessa forma, nas relações sociais, além da dinâmica de afeto, está presente o poder, seja na subordinação como na dominação. Portanto esse desequilíbrio nas relações sociais confere em muitos casos ao homem a condição de opressor e à mulher e às crianças, a condição de subordinadas, tornando-as mais sujeitas à violência.

Conforme Freitas “no caso da violência contra as mulheres, normalmente tem-se em evidência, na maioria dos estudos desenvolvidos, as relações heterossexuais” (Freitas, 2022, p. 105). A autora também acrescenta que:

Nesse ponto, devemos inserir a questão da violência. A compulsoriedade da heterossexualidade ocorre quando essa é a única expressão de sexualidade validada socialmente e pode gerar a violência contra aqueles que vão de encontro à essas regras. O representante dessa heteronormatividade é o indivíduo homem, cis, branco e ocidental. Dito isso, chamamos atenção para o fato de que a violência de gênero não se encontra restrita apenas à esfera heterossexual. Acreditamos que a violência perpassa qualquer tipo de relacionamento, heterossexual, homossexual

ou bissexual, e as agressões, dentro e/ou fora do espaço doméstico. (Freitas, 2022, p. 104).

Torna-se evidente, portanto, como o debate sobre gênero tem sido fundamental nos estudos que envolvem violência, devendo esta categoria ser compreendida através de sua construção histórica, permitindo identificar as relações de poder e por fim, evidenciando-se como um elemento constitutivo das relações sociais presente nas diferenças entre os sexos (Scott, 1995).

2.2.1.

Compreendendo violência na perspectiva de gênero

O estudo sobre a violência de gênero permite compreender desde a perspectiva individual até a perspectiva do coletivo, repensando os limites da ética e dos direitos humanos. Ela pode ser compreendida como um grande “guarda-chuva” que recebe uma diversidade de tipos de violências como: violência doméstica, violência contra a mulher, violência familiar ou intrafamiliar, violência conjugal, violência sexual, abuso sexual, maus-tratos, incesto, violência psicológica, patrimonial, tráfico de mulheres e de meninas para fins de prostituição e, por fim, violências praticadas contra mulheres e meninas somente pelo fato de serem do sexo feminino (Lisboa, 2014).

Novamente as ideias de Lisboa (2014, p. 36), sobre a violência de gênero:

[...] “violência de gênero” aponta que, para além da força física, existem outros tipos de violência que se exercem por imposição social ou por pressão psicológica: a violência emocional, invisível, simbólica, econômica, entre outras, cujos efeitos produzem tanto ou mais danos do que a ação física.

Além de toda complexidade que envolve a violência de gênero, Freitas afirma “que a violência de gênero ocupa os espaços domésticos e intrafamiliares, mas acontece também nos espaços públicos” (Freitas, 2022, p. 105). A autora acrescenta também que “é necessário compreender a violência como um fenômeno complexo, bem como atentar às suas diversas condicionantes, pois envolve a relação entre sujeitos, instituições, a política e a cultura” (Freitas, 2022, p. 105).

Percebe-se que, a categoria gênero vai ser desenvolvida pelas teóricas do feminismo contemporâneo sob a perspectiva de compreender desigualdade entre os sexos e como esta contraposição funciona no cotidiano e influência nas relações sociais. Além disso, o conceito de violência contra as mulheres também é uma expressão criada pelo movimento feminista, que sinaliza que atos de

violência estão enraizados na vida social. Dessa forma, o movimento feminista pensou maneiras de coibir a violência, praticada com base nas desigualdades de sexo, classe social, geração e cor.

Diante disso, vale ressaltar a importância das feministas diante o processo de reflexão sobre gênero consequentemente a sua atuação nos movimentos

[...] as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social de relação entre os sexos. [...]. Na sua utilização mais recente, o termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. (Scott, 1995, p. 72).

Portanto, é pertinente a inserção dos estudos sobre movimentos feministas nos espaços de reflexão, assim como para os profissionais que atuam frente à luta pela implementação dos direitos humanos a apreensão da história desse movimento é essencial para compreender sobre os avanços no enfrentamento da violência de gênero.

Reforçando que a violência de gênero está relacionada à relação e assimetria de poder entre homens e mulheres. Nas contribuições de Soares (1999 p. 125):

Segundo o modelo feminista, a violência que afeta a mulher é, necessariamente, como vimos, uma violência de gênero, isso é, uma violência masculina que exerce contra as mulheres pela necessidade dos homens de controlá-las e de exercer sobre elas seu poder.

No que se refere aos estudos feministas, este movimento tem lutado há anos para o reconhecimento da violência de gênero pela via do Judiciário, sendo os resultados obtidos uma relevante tática política. A ação planejada dos movimentos feministas teve uma condução essencial em todo o processo de elaboração de leis e de propostas de políticas públicas que estão presentes até hoje, incluindo a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lisboa, 2014).

Portanto, o conhecimento sobre a história do movimento feminista em conjunto com a construção de leis que defendam os direitos das mulheres, assim como a igualdade e equidade são caminhos essenciais para compreender a realidade de hoje e a relevância de enfrentar a violência de gênero como uma forma de garantia ao direito humano. Almeida (2004, p. 52) corrobora: “os temas da igualdade e desigualdade sociais são, portanto, fundantes nas discussões de violência e direitos humanos”. E, reitera-se, tal desigualdade está na base das violências de cunho sexual, não havendo como se conceber qualquer ação educativa e preventiva nessa temática que possa prescindir de sua abordagem.

Através das informações fornecidas pelo Disque 100, observa-se que a violência sexual de acordo com o critério raça ou cor representavam 10% de vítimas declaradas brancas, 15% pretas e 17% pardas. Conforme os dados apresentados, a maioria das vítimas são negras e pardas, mostrando que o debate de raça também precisa estar inserido nos espaços de socialização e de proteção, assim como as discussões sobre gênero, que estão um pouco mais avançados em relação à raça. Em consonância com Crenshaw (2002, p. 184):

O nível de organização e institucionalização da prática de direitos humanos com base no gênero está mais avançado do que o com base na raça. Essa importante diferença pode complicar os esforços para enfocar a subordinação interseccional. Enquanto existem várias instituições e ONGs internacionais que se dedicam a garantir os direitos humanos das mulheres, o número de instituições semelhantes sob a rubrica da raça. É comparativamente limitado. Talvez em consequência disso, atualmente não haja consenso sobre a adoção de uma política de incorporação da perspectiva de raça (*race mainstreaming*). Considerando que a afirmação de que a raça, ou outra diferença correlata, continua a permear a maioria das sociedades. É altamente contestada, a construção de um consenso sobre a importância de sua incorporação pode ser uma luta árdua. Obviamente as hierarquias de raça e outras a ela relacionadas não são iguais de gênero, mas, dado o nível de desigualdade racial no mundo e a forma pela qual a raça, como o gênero, pode limitar dramaticamente a fruição dos direitos e garantias básicas, as instituições das Nações Unidas deveriam incorporar ao seu trabalho as análises que levam em conta a raça.

Além disso a autora contribui com a interseccionalidade:

Trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como leis e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p. 177).

Segundo Freitas interseccionalidade é:

Resultante direta do feminismo negro, a interseccionalidade trabalha na perspectiva de uma relação não hierarquizada entre diversas categorias, como: gênero, classe, raça-etnia, sexualidade, geração, necessidades especiais, territórios e outras. (Freitas, 2020, p. 104)

Diante disso, vale destacar as contribuições da brasileira, feminista negra, autora e estudiosa na área, Djamila Ribeiro (2016, p. 101):

Pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que, sendo estas estruturantes, é preciso romper com a estrutura. É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável.

Observa-se, que Freitas (2020, p. 103 e 104) corrobora a importância de pensar gênero além da relação de poder e acrescentar a perspectiva interseccional:

[...] da forma como as relações de gênero são vivenciadas pelas sociedades. É importante considerar não apenas gênero como algo construído socialmente e permeado por relações de poder, mas também como uma categoria que é necessariamente interseccional. A interseccionalidade é uma das formas de reconhecer a desigualdade social e combater as opressões variadas sofridas pelo mesmo sujeito.

A violência de gênero está presente na dominação patriarcal, como uma relação de poder assimétrica onde o homem assume a posição mais forte de chefe, enquanto à mulher, em muitos casos, cabe o papel submisso acatando os dizeres de seu patriarca, mesmo contra sua vontade. Neste sentido, é importante criar estratégias de proteção às vítimas da violência de gênero, uma violência que vai além de violações físicas ao corpo.

Nas contribuições de Almeida (2004, p. 54) “os dados apresentados são suficientemente contundentes para evidenciar que o Brasil apresenta um quadro de desigualdades estruturais no que imbricam as condições de classe, de gênero e as raciais”. Sendo assim, é visível notar o quanto os aspectos de classe, gênero, raça e etnia influenciam nas relações sociais podendo gerar: desigualdade social, subordinação, autoritarismo, relação abusiva, isolamento, segregação, e diversos tipos de violência como: física, psicológica, sexual, simbólica, patrimonial, entre outras.

Considera-se de suma importância a inserção da categoria violência de gênero como discussão transversal e objetiva nos espaços acadêmicos, científicos, nas capacitações e reciclagens profissionais. E, no caso específico da presente pesquisa – cujo foco privilegia a violência sexual, tendo majoritariamente mulheres sendo vitimadas por homens –, sua relevância é incontestável.

Apesar de o foco da presente pesquisa priorizar o recorte da educação sexual, consideramos importante registrar que outros marcadores sociais concorrem, junto à violência de gênero, para a compreensão ampla da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes.

2.2.2.

Alguns tipos de violência

Observa-se que em um quadro de violência sexual, especificamente no abuso sexual, a vítima sofre diversas violações de direito, entre elas, outros tipos de violência, como, por exemplo, a violência doméstica. Nas palavras de Sueli Almeida (2007, p. 23):

A violência doméstica é uma noção especializada, que designa o que é próprio à esfera privada- dimensões da vida social que vem sendo historicamente contraposta ao público, ao político. Enfatiza, portanto, uma esfera da vida independentemente do sujeito, do objeto ou do vetor da ação.

No que se refere a violência física:

Ocorre quando uma pessoa, que está em relação de poder em relação a outra, causa ou tenta causar dano não acidental, por meio do uso da força física ou de algum tipo de arma que pode provocar ou não lesões externas, internas ou ambas. Segundo concepções mais recentes, o castigo repetido, não severo, também se considera violência física [...] danos à integridade corporal decorrentes de negligência (omissão de cuidados e proteção contra agravos evitáveis como situações de perigo, doenças, gravidez, alimentação, higiene, entre outros). (Brasil, 2001, p. 17).

Segundo a cartilha do Ministério da Saúde (2001, p. 20-21), a violência psicológica pode ser considerada como:

É toda ação ou omissão que causa ou visa a causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui: insultos, constantes, humilhação, desvalorização, chantagem, isolamento de amigos e familiares, ridicularização, rechaço, manipulação afetiva, exploração, negligência (atos de omissão a cuidados e proteção contra agravos evitáveis como situações de perigo, doenças, gravidez, alimentação, higiene, entre outros), ameaças, privação arbitrária da liberdade (impedimento de trabalhar, estudar, cuidar da aparência, pessoal, gerenciar o próprio dinheiro, brincar, etc.), confinamento doméstico [...] omissão de carinho, negar atenção e supervisão.

Além da violência física, também pode ocorrer, simultaneamente ou separadamente, a violência econômica ou financeira que:

São todos os atos destrutivos ou omissões do(a) agressor(a) que afetam a saúde emocional e a sobrevivência dos membros da família. Inclui: roubo, destruição de bens pessoais (roupas, objetos, documentos, animais de estimação e outros) ou de bens da sociedade conjugal (residência, móveis e utensílios domésticos, terras e outros), recusa de pagar a pensão alimentícia ou de participar nos gastos básicos para a sobrevivência do núcleo familiar, uso dos recursos econômicos de pessoa idosa, tutelada ou incapaz, destituindo-a de gerir seus próprios recursos e deixando-a sem provimentos e cuidados. (Brasil, 2001, p. 21).

A Organização Mundial de Saúde (OMS), destaca o conceito de negligência:

A negligência diz respeito às falhas dos pais em proporcionar - onde os pais estão na posição de fazer isto - o desenvolvimento da criança em uma ou mais das seguintes áreas: saúde, educação, desenvolvimento emocional, nutrição, abrigo e condições de vida seguras. A negligência distingue-se, portanto, das circunstâncias de pobreza, visto que a primeira pode ocorrer apenas em casos onde recursos razoáveis estejam disponíveis para a família ou o responsável. (OMS, 2002, p. 82).

Vale destacar, que quando ocorre algum tipo de violência, a vítima precisa de suporte e acolhimento para que os danos sejam minimizados, no entanto, em

alguns casos, as vítimas não encontram um atendimento adequado. Assim, a falta de atendimento ou uma má intervenção da rede de apoio pode se configurar como uma violência institucional que:

É aquela exercida nos/pelos próprios serviços públicos, por ação ou omissão. Pode incluir desde a dimensão mais ampla da falta de acesso à má qualidade dos serviços. Abrange abusos cometidos em virtude das relações de poder desiguais entre usuários e profissionais dentro das instituições, até por uma noção mais restrita de dano físico intencional. Esta violência pode ser identificada de várias formas: peregrinação por diversos serviços até receber atendimento, falta de escuta e tempo para a clientela, frieza, rispidez, falta de atenção, negligência, maus-tratos dos profissionais para com os usuários, motivados por discriminação, abrangendo questões de raça, idade, opção sexual, gênero, deficiência física, doença mental, violação dos direitos reprodutivos [...] desqualificação do saber prático, da experiência de vida, diante do saber científico violência física (por exemplo, negar acesso à anestesia como forma de punição, uso de medicamentos para adequar o paciente a necessidades do serviço ou do profissional, entre outros), detrimento das necessidades e direitos da clientela, proibições de acompanhantes ou visitas com horários rígidos e restritos, críticas ou agressões dirigidas a quem grita ou expressa dor e desespero, ao invés de se promover uma aproximação e escuta atenciosa visando acalmar a pessoa, fornecendo informações e buscando condições que lhe tragam maior segurança do atendimento ou durante a internação, diagnósticos imprecisos, acompanhados de prescrição de medicamentos inapropriados ou ineficazes, desprezando ou mascarando os efeitos da violência [...]. (Brasil, 2001, p. 21 e 22).

Portanto, a violência, nas suas mais diversas manifestações, pode afetar negativamente o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Contudo, no caso da presente dissertação, o enfoque será o abuso sexual, conforme a seguir.

2.3.

Violência sexual contra crianças e adolescentes, com ênfase no abuso sexual contra crianças e adolescentes

No debate público em torno da temática do abuso sexual de crianças e adolescentes, o enfrentamento da violência sexual foi incorporado no âmbito da política pública, na década de 1990, graças à pressão de diversos movimentos sociais que lutavam pelos direitos da infância e juventude. A partir de então, os governos passaram a ser exigidos no sentido de formular planos, projetos, programas e implementar medidas de enfrentamento à violência sexual (Abrapia, 2002).

Segundo Azevedo e Guerra (2000), o abuso sexual é uma violência mais comum na sociedade do que se acredita. Uma em cada três a quatro meninas e um em cada seis a dez meninos serão vítimas de alguma modalidade de abuso sexual até dezoito anos de idade.

É visível notar o quanto a violência sexual é comumente praticada no espaço doméstico, se configurando como uma violência doméstica cometida por alguém que possui contato com a vítima. Nas contribuições de Azevedo (2008, p. 10), a Violência Doméstica contra Criança e Adolescente (VDCA) consiste em:

Atos e/ou omissões praticados por pais, parentes ou responsáveis em relação a crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica – implica, de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa “coisificação” da Infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

A autora ainda acrescenta que a violência sexual:

Configura-se como todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente uma criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou outra pessoa. Ressalte-se que em ocorrências desse tipo a criança é sempre vítima e não poderá ser transformada em ré. A intenção do processo de violência sexual é sempre o prazer (direto ou indireto) do adulto, sendo que o mecanismo que possibilita a participação da criança é a coerção exercida pelo adulto, coerção esta que tem suas raízes no padrão adultocêntrico de relações adulto-criança, vigente em nossa sociedade. A violência sexual doméstica é uma forma de erosão da infância. (Azevedo, 2008, p.10-11).

Além disso a cartilha do Ministério da Saúde (2001, p. 17-18) corrobora que a violência sexual:

É toda a ação na qual uma pessoa em relação de poder e por meio de força física, coerção ou intimidação psicológica, obriga uma outra ao ato sexual contra a sua vontade, ou que a exponha em interações sexuais que propiciem sua vitimização, da qual o agressor tenta obter gratificação. A violência sexual ocorre em uma variedade de situações como estupro, sexo forçado no casamento, abuso sexual infantil, abuso incestuoso e assédio sexual. Inclui, entre outras: carícias não desejadas; penetração oral, anal ou genital, com pênis ou objetos de forma forçada; exposição obrigatória à material pornográfico; exibicionismo e masturbação forçados; uso de linguagem erotizada, em situação inadequada; impedimento ao uso de qualquer método contraceptivo ou negação por parte do parceiro(a) em utilizar preservativo; ser forçado(a) a ter ou presenciar relações sexuais com outras pessoas, além do casal.

Em complementação à violência sexual, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de 2022 apresenta:

A exploração sexual de crianças e adolescentes é um fenômeno multifatorial e multidimensional. Pode-se definir que a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil ocorre devido a causas como: conflitos culturais e outras situações familiares; estratégia de sobrevivência e inclusão na “sociedade” de consumo; omissão ou insuficiência das políticas sociais públicas e da legislação. A exploração sexual infanto-juvenil pode ser definida como uma forma de violência em que uma pessoa, de qualquer idade, aproveita um desequilíbrio de poder para forçar ou induzir uma criança ou adolescente a se envolver em uma atividade sexual, em troca de algo a ser recebido pela criança e/ou por aqueles que perpetram

ou facilitam o abuso. Tal como acontece com outras formas de violência sexual, a presença de consentimento percebido não prejudica a natureza abusiva do ato. (Brasil, 2022, p. 39).

Conforme a definição apresentada nessa cartilha, a violência sexual abrange diversos atos, sendo o abuso sexual na infância ou na adolescência inserido na categoria de violência sexual, ou seja, o conceito de violência sexual é um macroconceito que envolve o abuso sexual, o qual pode ser compreendido.

A atuação do público infantojuvenil no meio sexual é inapropriada à sua faixa etária e para seu desenvolvimento, dessa forma a vítima é coagida a participar da atividade sem ter capacidade de compreender plenamente o que está se passando com ela (Brasil, 2001).

Ocorrem duas modalidades de abuso sexual contra crianças e adolescentes, a intrafamiliar e a extrafamiliar. A intrafamiliar ocorre quando o “agressor está ligado à pessoa da vítima por laços de consanguinidade, legalidade ou afinidade” (Brasil, 2022a, p. 11). A extrafamiliar acontece fora do ambiente familiar sendo compreendida quando o “agressor é uma pessoa conhecida (ou desconhecida) da vítima e que busca obter vantagem psicoemocional dessa relação” (Brasil, 2022a, p.11).

Oliveira (2012, p. 238) afirma que “Furniss (1993) conceitua o abuso sexual de crianças e adolescentes como uma síndrome de segredo – em relação à vítima e seus familiares – e de adição – no que tange ao autor “. As síndromes do segredo e da adição serão explicadas mais à frente no próximo tópico. Portanto, o abuso sexual é um campo complexo de estudo e intervenção, por envolver vínculo, medo da destruição da dinâmica familiar e da relação de confiança, dos segredos e relações de poder.

Conforme Oliveira (2003, p. 28), o abuso sexual pode ser compreendido como “utilização, por parte de pais, responsáveis, familiares ou cuidadores, de criança ou adolescente para sua gratificação sexual, através de atos os mais diversos”, além disto, segundo o autor, “a estimulação sexual precoce de crianças e adolescentes também constitui abuso sexual”

Segundo Oliveira (2012, p. 252):

em casos de abuso sexual intrafamiliar de crianças, a dinâmica familiar se encontra fortemente sustentada na interação abusiva devido ao papel exercido pelo segredo no que se refere ao estabelecimento e à manutenção da coesão do grupo. Esse papel aglutinador do segredo, por sua vez, concorre para retroalimentação do abuso sexual, fundamentando a enunciação do abuso sexual intrafamiliar de crianças como uma síndrome de segredo e adição.

No que se refere ao abuso incestuoso:

Consiste no abuso sexual envolvendo pais ou outro parente próximo, os quais se encontram em uma posição de maior poder em relação à vítima. Costuma ser mantido em sigilo pela família pelo alto grau de reprovação social, embora ocorra entre diferentes grupos socioeconômicos, raciais e religiosos. Condenado entre os tabus primordiais de nossa sociedade, recai sobre a vítima uma forte carga de culpabilização. Tanto nos casos de abuso incestuoso como nos casos de assédio sexual, são relevantes as normas familiares, nas quais preponderam a autoridade parental e a reverência à esta autoridade (temor reverencial), mesmo quando há ameaça, constrangimento e abuso sexual. Estes aspectos transcendem a família, e podem ser percebidos em outras estruturas sociais e culturas com hierarquia rígida, calcadas sobre uma autoridade inquestionável, facilitando o abuso de poder. (Brasil, 2001, p. 19).

Furniss (1993) acrescenta que o abuso sexual intrafamiliar contra criança é um tabu, ou seja, é um assunto delicado, pois expõe o que está acontecendo de errado na família, esta que deveria ser um ambiente estruturado por laços provedores e protetores.

Vale destacar que o abuso sexual:

Consiste em todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo autor está em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou o adolescente. Tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Apresenta-se sob a forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaça ou indução de sua vontade. Esse fenômeno violento pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual (voyeurismo, exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração. Engloba ainda a situação de exploração sexual visando lucros, como é o caso da prostituição e da pornografia. (Brasil, 2002, p. 13).

Dessa forma, o abuso sexual não ocorre somente através do contato físico, com penetração oral, anal e genital, pode acontecer com a sedução, chantagem, manipulação, uso da força física, estimulação, carícias inapropriadas, contatos genitais, masturbação além do uso de uma ação sexualizada com a finalidade de constranger e ofender a vítima.

Nota-se que a cartilha de Abuso sexual contra crianças e adolescentes- abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar enfatiza que:

Diversos autores descrevem o “abuso sexual” como a forma de violência que acontece dentro do ambiente doméstico ou fora dele, mas sem a conotação da compra de sexo, podendo o agressor ser pessoa conhecida ou desconhecida da vítima. O fenômeno consiste numa relação adultocêntrica, sendo marcado pela relação desigual de poder; o agressor (pais/responsáveis legais/pessoas conhecidas ou desconhecidas) domina a criança e/ou adolescente, se apropriando e anulando suas vontades, tratando-os, não como sujeitos de direitos, mas sim como objetos que dão prazer e alívio sexual. (Brasil, 2022a, p. 10).

Recentemente, a Lei nº 13.431/2017 trouxe para o ordenamento jurídico brasileiro a tipificação e a definição de violências cometidas contra crianças e

adolescentes, como a violência física, psicológica, sexual e institucional. Diante disso, no art. 4º da referida lei, é possível encontrar no inciso III, alínea “a”, a definição legal de abuso sexual, tipificado como um tipo de violência sexual, conforme a seguir:

III - violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda:

a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro.

Em complementação a esta lei, é relevância ressaltar o título III que aborda a Escuta Especializada e o Depoimento especial, pois aborda o direito da criança e do adolescente a terem um acesso especializado. Conforme art. 7º a “escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade” (Brasil, 2017). A escuta especializada é uma entrevista que abordará sobre a violência ocorrida pela criança ou adolescente, sendo esse procedimento realizado pelo órgão de proteção. A finalidade da entrevista não é obter provas e sim executar a proteção integral, no entanto, se na exposição da vítima forem sinalizados indícios da materialidade e da autoria do crime, o relato indicará a necessidade de instauração de investigação criminal.

No que tange ao art. 8º, o “depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária” (Brasil, 2017). Nesse caso, vítimas ou testemunhas serão resguardadas do contato com abusador. Segundo o art. 9º, “a criança ou o adolescente será resguardado de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado, ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento” (Brasil, 2017). Além disso, essa prática deve estar consoante ao art. 11: “o depoimento especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado” (Brasil, 2017).

Portanto, ambas práticas visam a proporcionar toda a estrutura necessária para acolher seus usuários, em concordância com o art. 10, que preconiza que “a escuta especializada e o depoimento especial serão realizados em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garantam a

privacidade da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência” (Brasil, 2017).

Dessa forma, a Lei 13.431/17, além de tipificar a violência sexual também aborda elementos necessários ao acolhimento de crianças e adolescentes que foram vítimas ou testemunhas de violência, prevenindo a revitimização e procurando garantir a proteção integral.

O abuso sexual, modalidade de violência sexual perpetrada contra crianças e adolescentes, força a estimulação sexual inapropriada ao seu estágio etário, onde o abusador se aproveita de suas vulnerabilidades cognitivas, das relações de confiança e da assimetria de poder. Devido à complexidade que se configura o abuso sexual, Sgroi (1982) destaca dinâmica do abuso sexual que veremos a seguir.

2.3.1.

Dinâmica do abuso sexual contra crianças e adolescentes

Conforme Sgroi (1982 apud Oliveira, 2011), a dinâmica do abuso sexual intrafamiliar é dividida em cinco etapas. Inicia-se com a primeira fase que é o *envolvimento*, onde o autor da violência procura se aproximar da criança/adolescente através de conversas, estando presente a relação de poder. Nesta ocasião, são utilizadas estratégias para atrair a criança/adolescente com recompensas, subornos, persuasão, convencendo a futura vítima a fazer o ato. Quando não se consegue concretizar o abuso mediante tais recursos, o perpetrador pode utilizar a força física e ameaças. A segunda etapa é a fase da *interação sexual*, onde está presente a progressão das atividades sexuais, iniciando-se com toques e aumentando até a concretização de atos sexuais mais invasivos do corpo da vítima, com penetração.

O *sigilo* pode ser considerado quando a vítima guarda segredo sobre o ato, sendo estimulada através de ameaças ou recompensas proporcionadas pelo agressor, por diversas razões, desde o afeto até medo. Sgroi (1982 apud Oliveira 2011) defende que a *revelação* pode ser acidental ou proposital. É acidental quando um terceiro descobre o abuso, por exemplo quando há transmissão de uma doença sexual, gravidez, observação de comportamento sexualizado ou o flagrante. Quando ocorre de forma proposital, em sua maioria, é provocada pelo pedido de ajuda da vítima ou pelo próprio agressor, que são casos mais raros. De

qualquer modo, quando ocorre a revelação, uma crise se instaura na família, deflagrando uma série de intervenções do Sistema de Garantia de Direitos.

No que se refere à Intervenção na Crise, o profissional precisa: neutralizar a ansiedade, averiguar o fato dirigindo a confirmação, planejar a intervenção, coordenar os serviços de apoio, acionar a rede intersetorial e proteger a criança. O profissional precisa contactar a rede de proteção, averiguar e validação dos fatos, prover apoio à família e o planejamento da intervenção ao decorrer do processo de atendimento.

Por fim, a última fase é a *Supressão*, caracterizada por tentativas de suprimir a alegação de violência, podendo se estender para a negação dos significados dos distúrbios ocasionados à vítima. Esse processo ocorre por motivações diferentes, desde pressão do alegado autor da violência, vergonha por parte da vítima e da família até como decorrência de uma intervenção profissional inadequada (Sgroi, 1982 apud Oliveira, 2011).

Por conseguinte, o profissional que está à frente de um caso de abuso sexual, precisa conhecer todo o processo da dinâmica que envolve o abuso sexual. Para que assim possa compreender a realidade da vítima, planejar a intervenção, conhecer os serviços de apoio, orientar a vítima e a família, apoiar e proteger a vítima e sua família.

A falta de acesso às políticas públicas ocasiona violação dos direitos humanos acarretando rebatimentos na vida da criança ou adolescente. Além disso, o Estado por não garantir o pleno acesso de todos aos direitos, provoca ainda maior agravamento de situações de vulnerabilidade. Defende-se, portanto, a necessidade de mais políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência sexual e que considerem, desde o seu planejamento, os aspectos específicos desta forma de violência que é o abuso sexual.

Em conformidade com as palavras de Almeida (2007, p. 23), a violência é “maldita [...] para todas/os que a experimentaram e para todas/os que tentaram enfrentá-la e mediá-la. Mal-dita ela é para todas/os que tentam estudá-la”.

O acompanhamento especializado proporciona espaço de escuta qualificada, enfrentamento da violência, preservação, proteção, reflexão, suporte social, emocional e jurídico-social das vítimas e seus familiares. Portanto, para alcançar maiores resultados é preciso que os atendimentos sejam continuados. Sendo assim, os gestores dos órgãos do SGDCA necessitam investir em formação e capacitação para um trabalho integrado, com a ênfase na preservação da vítima evitando todo e qualquer constrangimento que a mesma possa ter ao decorrer do processo de atendimento.

É necessário que os profissionais à frente do SGD sejam continuamente qualificados, seguindo normas estabelecidas em parâmetros de atendimento e realizando a implementação de orientações em função de um trabalho integrado e intersetorial. As vítimas e famílias necessitam de um acompanhamento inicial e continuado para que se concretize a proteção integral da criança ou adolescente em situação de violência.

É preciso compreender o fluxo da rede de atendimento para que a intervenção seja adequada evitando sofrimento, a repetição exaustiva dos fatos, com a revitimização durante o processo de atendimento.

Toda a complexidade da dinâmica do abuso sexual de crianças e adolescentes, bem como das consequências para as vítimas e suas famílias – conforme sumariamente apresentada –, concorre para ratificar a importância de se estudar possibilidades de prevenção de sua ocorrência. Na presente pesquisa, importa buscar compreender se é como a educação sexual pode contribuir nesse processo.

2.4.

Possíveis traumas de crianças e adolescentes vítima de violência sexual

Caminha (2000), afirma que o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) é uma das raras patologias, em que o peso do ambiente pode favorecer para o surgimento de sintomas que podem ser definitivos. Quando o evento é identificado como estressante, a exposição frequente a ele poderá causar problemas no sistema cognitivo, afetivo e comportamental dos indivíduos envolvidos.

É notório que o impacto do abuso sexual pode ocasionar sérias consequências que afetarão tanto questões internas do indivíduo como: danos psicológicos, dificuldade de reconstituir a resiliência, medo, raiva, frustração, insegurança, baixa estima, desconfianças; como questões advindas de fatores externos, por exemplo: exposição diante de familiares e amigos, alteração na dinâmica familiar, impactos nos recursos financeiros, nos meios de cuidados e no acesso aos tratamentos.

Segundo Caminha (2000), os abusos sexuais intrafamiliares além de desencadear o TEPT, também geram as piores formas de estresses, onde a proximidade com o agressor tende a dificultar o problema. Em muitos casos os abusadores são familiares da criança, podendo ser os pais que negligenciam,

abusam física e psicologicamente, assim como nas violências incestuosas. São relações que envolvem qualquer pessoa com quem a criança possua relação de confiança, a qual é quebrada com a interação sexual.

O abuso sexual traz consequências que podem se arrastar ao longo de toda a vida de suas vítimas. De acordo com Marceline Gabel (1997, p. 73-74):

Na maior parte dos casos, a vítima de abuso sexual continua a sofrer as sequelas muito tempo depois de ter vivido essa violência. Em tal contexto de fragilização, uma jovem pode, com mais facilidade que outra, sentir-se ameaçada e até agredida, quando na realidade não há nenhuma evidência que corrobore seus receios.

Tilman Funiss (1993) afirma que os danos psicológicos no abuso sexual podem estar relacionados com sete dos seguintes fatores: a idade de quando começou o abuso, o tempo em que foi vítima de abuso, o nível de violência ou ameaça de violência, a faixa etária entre a pessoa que cometeu o abuso e a vítima, a relação de proximidade entre o abusador e a vítima a falta de referências parentais protetoras e o nível de segredos.

As vítimas de abuso sexual podem sofrer com uma série de consequências que podem ser nocivas durante o seu desenvolvimento social e individual, principalmente as crianças e adolescentes que se encontram em fase de desenvolvimento. Tal violação, no futuro, pode refletir em suas ações e socializações. Conforme, Marceline Gabel (1997, p. 64):

[...] a idade e a maturidade fisiológica e psicológica da vítima determina consequências variáveis, segundo H. Van Gijseghem, professor da Universidade de Montreal: "quanto mais cedo ocorreu o incesto, maior o risco de que as feridas sejam irreversíveis, particularmente no nível da identidade".

Diante disso, quanto mais nova for a vítima, maiores serão os danos diante de seu desenvolvimento, posto que terá sua identidade afetada. Segundo Caminha (2000, p. 56) "o abuso sexual tende a ser pior em termos de prejuízos psicológicos. Por ser uma síndrome de segredo e adição, tende a ser mais difícil de vir à tona levando, portanto, mais tempo até que possa intervir".

Pesquisas realizadas no Canadá e também uma pesquisa similar realizada nos Estados Unidos retratam dados semelhantes sobre vítimas de abuso sexual. Marceline Gabel (1997, p. 62-63) reuniu esses artigos e afirmou que:

Em um estudo canadense de Ontário, envolvendo 125 crianças com menos de seis anos de idade, hospitalizadas por abuso sexual, a proporção de meninas é de 3,3 para cada menino; 60% sofreram violências sexuais no seio da família, dois terços das crianças examinadas manifestavam reações psicossomáticas e

desordens no comportamento: pesadelos, medos, angústias; 18% apresentavam anomalias do comportamento sexual: masturbação excessiva, objetos introduzidos na vagina e no ânus, comportamento de sedução, pedido de estimulação sexual, conhecimento da sexualidade adulta inadaptado para sua idade.

Conforme os dados apresentados nestas pesquisas, é visível notar o desencadeamento de outras questões que precisarão de acompanhamento de profissionais para que seus traumas sejam amenizados.

As perturbações na criança de cinco a dez anos podem expressar-se por meio de desenhos estereotipados e precisos que demonstram conhecimentos sexuais inadequados para a sua idade; neles aparecem, sem nenhuma simbolização, atributos sexuais e cenas de coito que são bem diferentes daquelas que os pré-adolescentes desenhavam entre si. (Gabel, 1997, p. 67).

Além disso, nota-se o quanto questões relacionadas ao sono ficam comprometidas e que as vítimas procuram encontrar estratégias de sobrevivência para evitar um novo abuso.

As perturbações do sono são constantes e traduzem a angústia de baixar a guarda e ser agredido sem defesa; observa-se, a recusa das crianças menores em ir deitar-se, agarrando-se ao adulto não implicado; do mesmo modo, observam-se rituais de averiguação, de preservação ao colocar em torno da cama objetos que possam fazer barulho caso alguém se aproxime, certas crianças dormem completamente vestidas. O despertar angustiado durante a noite é muito frequente e se manifesta sob forma de pesadelos. Em geral, ao menos temporariamente, ocorre o prejuízo das funções intelectuais e criadoras. A criança para de brincar, desinteressa-se dos estudos, fecha-se em si mesma, torna-se morosa ou inquieta. (Gabel, 1997, p. 67).

Além da vivência dos traumas e do estresse, as vítimas ainda vivenciam o sentimento de culpa. Segundo as palavras de Tilman Furniss (1993, p. 17):

A experiência da criança como participante no abuso explica como as crianças que sofreram abuso prolongado frequentemente expressam fortes sentimentos de culpa, independente do grau de cooperação e da vontade de participar do abuso. O sentimento de culpa da criança, origina-se de seu senso equivocado de responsabilidade, que ela deriva do fato de ter sido uma participante no abuso. Essa confusão muitas vezes é reforçada pelas ameaças da pessoa que cometeu o abuso de que a criança será responsável pelas consequências se revelar o abuso. A persistente experiência psicológica de participação e culpa também explica a baixa autoestima e o posterior comportamento de vítimas dos adultos que sofreram abuso sexual quando crianças.

Portanto, ao sofrer o abuso sexual, a criança além de sentir a culpa e experimentar o processo traumático, também pode sofrer com a baixa autoestima e dificuldade para a construção de senso construtivo, pois as “sequelas que a criança pré-púbere apresenta, dificultam sua evolução psicoativa e sexual, afetam as identificações que ela poderia construir e

impedem que a adolescência seja um período de questionamento construtivo” (Gabel, 1997, p. 64).

No que tange às pesquisas com adolescentes, fica comprovado também o quanto a vítima desta violência tem sérios desdobramentos, precisando de cuidados com especialistas. Na França, uma pesquisa com jovens relata:

Na França, V. Courtecuisse e sua equipe especializaram-se no acolhimento de adolescentes vítimas de abusos sexuais. De uma série de trinta adolescentes vítimas de incesto, 22 tentaram uma vez o suicídio; foram constatados estados depressivos, dificuldades acentuadas no desenvolvimento escolar, fugas, anorexia, distúrbios sem substrato orgânico que causavam sérios problemas físicos de toxicomania. (Gabel, 1997, p. 63).

Segundo Marceline Gabel (1997, p. 68) “Os abusos sexuais que acontecem durante a adolescência, em geral, provocam sintomas mais ativos e intensos, que se originam de tentativas de suicídio e fuga. São possíveis causas de anorexia grave e de dores abdominais”.

Devido ao acesso aos serviços públicos, pela precariedade das políticas públicas, geralmente paliativas e sucateadas, as vítimas que dispõem de pouco poder aquisitivo podem permanecer longo tempo na fila de espera para um serviço especializado. Considerando-se que as expressões da questão social se intensificam sobre as famílias oriundas de classes sociais vulnerabilizadas, entende-se que estas também estão mais suscetíveis ao controle e vigilância do Estado. Por contraste, uma família de maior poder aquisitivo poderá custear tratamentos via instituições privadas e, por vezes, sem que a violência venha a ser conhecida pelos órgãos públicos, contribuindo para a subnotificação dos casos.

Desta forma, do acesso ou não ao acompanhamento podem surgir rebatimentos, refrações da questão social, intensificadas ou relativizadas pelas condições de existência dessas famílias. Mesmo nas intervenções para garantir direitos ou fornecer atenção adequada aos agravos decorrentes da violência sexual, existem relações diretas com a questão social, uma vez que famílias que têm mais acesso a recursos ou maior grau de instrução tendem a ter maiores oportunidades de acessar serviços adequados. Portanto, há importância de profissionais qualificados frente aos atendimentos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, pois uma intervenção não qualificada pode comprometer ainda mais com as sequelas da vítima.

2.5. Estatísticas de violências contra crianças e adolescentes

Conforme o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do ano de 2022 enfatiza:

Entre 2011 e 2017, segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, o Brasil teve um aumento de 83% nas notificações gerais de violência sexual contra crianças e adolescentes. No período, foram notificados 184.524 casos de violência sexual, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes. Os dados mostram que as faixas etárias de 12 a 14 anos (28% das denúncias), 15 a 17 anos (22%) e 8 a 11 anos (19%) são as mais vulneráveis à violência sexual e que os homens são os principais autores dessa violação, tanto contra crianças quanto contra adolescentes. Nos casos envolvendo adolescentes, em 92,4% das notificações, o agressor era do sexo masculino. Nos casos envolvendo crianças, em 81,6%. (Brasil, 2022b, p 34-35).

Segundo o Disque 100² do ano de 2019 foram contabilizadas no Brasil 86.837 denúncias de violações de direitos humanos contra crianças e adolescentes, sendo esse dado 14% superior em relação ao ano de 2018. Dentre essas denúncias constam: 38% de violência por negligência, 23% de violência psicológica, 21% de violência física, 11% de violência sexual, 3% de violência Institucional, 3% violência por exploração de trabalho e 1 % com outros tipos de violências.

Em consonância às estatísticas apresentadas, a violência sexual se configura como 11% das violações, sendo um número relevante em virtude de sua complexidade de proceder a denúncia. Além disso, a plataforma Disque 100 ressalta que a violência sexual é cometida, em 45% dos casos, dentro da casa da vítima, 28 % na casa do suspeito, 9% em casa, 5 % na rua e 13 % em outros locais. Conforme esses dados, é possível observar que grande parte das violações contra crianças e adolescentes são cometidas dentro de casa (Brasil, 2019).

No que se refere à violência sexual os dados de 2019 representam: mãe 14%, pais 19%, padrastos 21%, tio(a) 9% e os 37% restantes se configuram como “outros”. Desta forma, nota-se que os alegados autores de violência, em sua maioria, fazem parte da convivência intrafamiliar de crianças ou adolescentes. Além disso, eles são na maioria do sexo masculino preenchendo 87% das ocorrências com faixa etária, entre 25 e 59 anos (Brasil, 2019).

² Telefone emergencial disponível para denúncias acerca de violações contra os Direitos Humanos.

Segundo Furniss (1993, p. 22) “o abuso sexual da criança, é predominantemente um problema do sexo masculino que abusam meninas e meninos. [...] No presente, mais de 90 % das pessoas que cometem abuso são do sexo masculino”. No que tange às vítimas, 82% são do sexo feminino e 18% do sexo masculino (Brasil, 2019).

Oliveira (2011, p.33) corrobora:

[...] no caso específico do abuso sexual, duas características da desigualdade de poder supracitada são fatores relevantes: as relações de gênero e de geração. Fontes diversas apontam meninas como a ampla maioria das vítimas e homens adultos como a quase totalidade dos autores. No entanto, uma análise qualitativa mais detida constata uma importante subnotificação dos casos envolvendo meninos como vítimas, devido, sobretudo, a fatores culturais que dificultam sua revelação, aumentando sua vulnerabilidade. Dessa forma, sem o enfrentamento das desigualdades de gênero e geração, fica comprometida a apreensão de importantes condicionantes e, conseqüentemente, ameaçada a garantia de efetividade das políticas públicas de proteção e responsabilização, em cujo âmbito se encontram as ações de cada integrante do SGD.

Portanto, crianças e adolescentes vítimas de violência sexual vivenciam constantemente a violência de gênero no âmbito privado, ou seja, no espaço doméstico, assim como o abuso de poder dos mais fortes sobre mais fracos e dos mais velhos para os mais novos.

Buscando compreender a realidade do estado do Rio de Janeiro através das informações da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS), observa-se que, em 2019, foram realizadas 2.008 notificações de violência contra crianças entre 0 e 9 anos. Acrescenta-se, ainda, que pouco mais da metade dessas vítimas eram do sexo feminino (55,9%) e de raça/cor negra (64,7%), sendo o ambiente doméstico o local de ocorrência da violência em 68,6% dos casos. Além disso, um membro da família ou um conhecido foi o principal autor da agressão. Conforme esses dados, a violência sexual ocupa 29,3% das notificações.

Em Petrópolis, segundo as informações do Núcleo de Atendimento Psicológico Especializado-Infantojuvenil (NAPE-IJ), que é um programa para atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, no ano de 2019, foram apresentadas 311 denúncias de violência sexual ao NAPE-IJ, dentre elas, 72% praticadas por autor do sexo masculino e 28% do sexo feminino, além de ocorrerem dentro do ambiente doméstico. Foram realizadas 1.430 intervenções pela instituição.

Com o cenário atual de pandemia de Covid-19³ que se iniciou no ano de 2020 e vem se prolongando por 2023, medidas de restrição de convívio foram necessárias, impondo o fechamento de escolas e o isolamento social.

Assim, acredita-se que crianças e adolescentes ficaram ainda mais suscetíveis à violência, principalmente a violência sexual, devido à dificuldade em realizar notificações durante o tempo em que precisaram ficar isoladas. Embora tal queda possa aparentar um quadro com menor índice de violência, na realidade, considera-se que tais dados corroboram com um cenário de subnotificação agravada em decorrência da pandemia e da inevitável restrição de acesso aos espaços públicos, em razão da necessidade de contenção da disseminação do vírus.

Conforme cartilha do Ministério da Saúde (2022a, p. 5) “Em 2021, foram registradas mais de 100 mil denúncias de violações de Direitos Humanos contra crianças e adolescentes. Dessas, 18.681 foram denúncias de violências sexuais tendo como vítima o público infantojuvenil”

Segundo dados do Disque 100, no ano de 2021:

Das 18.681 denúncias de violências sexuais contra crianças e adolescentes, verifica-se a seguinte relação “Vítima X Suspeito”: Padrasto/Madrasta, 2.617 denúncias Pai: 2.443 denúncias Mãe: 2.044 denúncias Tio: 1.379 denúncias Vizinho: 1.155 denúncias. (Brasil, 2022a, p.12).

Ou seja, os dados apontam que os agressores sexuais são pessoas que a vítima conhece, inclusive indivíduos que fazem parte de sua dinâmica familiar. Dessa forma, as estatísticas apresentadas sobre a violência sexual demonstram como é relevante para a sociedade debater sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes, refletindo a necessidade de discutir sobre prevenção como forma de cuidado, promovendo, assim, formas de enfrentamento à violência contra esse público.

³ Vale destacar que a dissertação foi elaborada no ano 2022/2023 com aproximadamente dois anos da pandemia de Covid-19, onde o país vivenciava o retorno das atividades, neste período o Brasil apresentava um quadro de óbitos de aproximadamente 699 mil pessoas. Vale salientar que, em dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de uma pneumonia forte na cidade de Wuhan, na da China. Esse vírus, era uma nova cepa de coronavírus que foi chamada de SARS-CoV-2, que não havia sido identificada antes em seres humanos, é responsável por causar a doença COVID-19. Devido sua rápida propagação no mundo, em março de 2020 a COVID-19 foi considerada uma pandemia. O coronavírus é transmitido através das gotículas expelidas do indivíduo que está infectado podendo ser sintomático ou assintomático. Por isso a recomendação da OMS é o uso de máscaras, aplicação de álcool, lavar as mãos, distanciamento social e vacinação. Esta última que foi iniciada em 2021 e assim reduzindo os casos no país, favorecendo para o retorno da nova normalidade. Em meados do ano de 2021 algumas escolas e instituições foram reabertas com novos protocolos de segurança e em 2022 grande parte dos serviços apresentavam “normalidade”.

3 Prevenção

A Constituição Federal de 1988 foi uma referência diante da implementação dos direitos humanos, principalmente para as crianças e adolescentes que, com este documento, passaram a ser vistos formalmente como sujeitos de direitos. Com o marco constitucional, surge o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que reafirma a universalidade dos direitos da criança e do adolescente. Posteriormente, em 2004, ocorre a criação e a implantação da Política Nacional de Assistência Social que também se torna um marco na luta pela consolidação dos direitos humanos no Brasil.

A Assistência Social é um direito de todo brasileiro e dever do Estado, fomentado pela Constituição Federal de 1988 e presente no caput do art. 194 que estabelece: “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

A assistência social, enquanto política destinada a quem dela necessitar, foi criada em 1993 pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Esta política visa a garantia do acesso a direitos e a necessidades básicas de quem é assistido, bem como de sua família e, nesse sentido, possui uma dimensão preventiva de violações. Com a finalidade de fortalecer a Assistência Social foi criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) se divide em dois tipos de proteção: a Proteção Social Básica destinada à prevenção das famílias e ao fortalecimento de vínculos afetivos. O órgão que executa essas ações é o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Além disso, nesse espaço ocorre dois serviços: o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF). Onde há grupos de convivência realizados com famílias, crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos etc.

A PNAS se fundamenta como uma rede de prevenção de situações de violência, uma vez que é realizada por meios de eixos intersetoriais. Os CRAS ainda se constituem como espaços em que famílias procuram pela inclusão no Cadastro Único, o que permite seu acesso a programas sociais, bem como esclarecimento e orientações sobre demandas sociais.

Portanto, os CRAS atuam prevenindo a ruptura dos vínculos familiares, promovendo acesso de direitos e contribuindo na melhoria de qualidade de vida da população assistida. O serviço do PAIF reforça a proteção social básica através da responsabilidade do poder público, procurando garantir os direitos sociais e realizando o enfrentamento da pobreza e da desigualdade. No que tange ao CRAS, Silva (2018, p. 57-58) corrobora:

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que oferece serviços socioassistenciais de caráter protetivo, preventivo e proativo a fim de fortalecer os vínculos familiares e comunitários e ampliando o acesso dos usuários aos direitos de cidadania. O CRAS é a única unidade de proteção básica que oferece o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF que tem por objetivo o fortalecimento dos vínculos, a democratização dos direitos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos usuários. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) consiste no trabalho social com famílias em prol da promoção de suas potencialidades e identificando as necessidades e vulnerabilidades vivenciadas.

Outra importante ação da PNAS é realizada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que proporciona serviços socioassistenciais específicos a indivíduos e famílias que tiveram seus direitos violados ou se encontram em situação de risco. Nesse contexto pode-se enquadrar o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.

De acordo Silva (2018), o CREAS, atua como membro do SUAS, e pode ser designado como coordenador e articulador da proteção social especial de média complexidade. Sua função é proporcionar o acompanhamento especializado de assistência social a indivíduos e famílias com seus direitos violados, sem rompimento de vínculos. Esse órgão deve propor atendimentos prioritário a crianças, adolescentes diante situações de risco pessoal e social. As violações podem se configurar como: maus tratos, violência doméstica, negligência, abandono, ameaças, discriminações, restrições da atuação da autonomia e exercício de capacidades.

No CREAS, as crianças e adolescentes são atendidas através do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Esse serviço fornece apoio, orientação e acompanhamento a famílias em situação de ameaça ou violação de direitos, por meio de orientações para a promoção de direitos, fortalecimento da função protetiva e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais. Os usuários do CREAS, por meio do PAEFI, são atendidos por uma equipe de profissionais com qualificação técnica, devendo ser constituída por coordenador, assistente social, psicólogo, advogado e funcionários administrativos (Brasil, 2009).

A cartilha sobre “Abuso sexual contra crianças e adolescentes - abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar” (2022a, p. 34) enfatiza ações pertinentes do CRAS e CREAS:

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) conta com uma ampla rede de proteção social em todos os municípios brasileiros. Duas unidades do SUAS são essenciais para a proteção de vítimas de violência: a) O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) atua na prevenção de riscos sociais e de violações de direitos por meio de identificação de sinais, realizando atividades de orientação e encaminhamento; b) O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) atua diretamente no enfrentamento de violações de direitos, inclusive abuso sexual. Realiza o acompanhamento da criança/adolescente e de sua família, promovendo para esse fim.

Portanto, o trabalho desenvolvido pelos CRAS e CREAS com famílias tem uma dimensão social que visa ao acompanhamento contínuo e tem o objetivo de reforçar a ação protetiva de seus membros. Dessa forma, essas instituições são importantes meios estratégicos para ações preventivas junto a crianças e adolescentes diante do enfrentamento da violência sexual.

É imprescindível a conjugação entre políticas e leis com o objetivo de mitigar os direitos violados, como por exemplo, a junção prática do SUAS com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Vale salientar, que a proteção da criança e do adolescente está legislada no ECA, promulgado em 1990. É preciso considerar que leis são modificadas, retiradas ou acrescentadas para melhor adequar as demandas apresentadas, de acordo com as violações de direitos ocorridas. As mudanças das leis visam a atender as modificações e exigências do contexto histórico e social, que vêm sendo alteradas para resguardar os direitos. Um exemplo desse ocorrido pode ser observado com a lei nº 10.764, 2003, que altera a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, no art. 241:

[...] apresentar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar, por qualquer meio de comunicação, inclusive rede mundial de computadores ou internet, fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa. (Brasil, 2003).

A partir daí, qualquer exposição registrada é considerada como crime. Nota-se que esse é um exemplo de inserção de lei através do advento da internet e do mundo tecnológico. Em 2014, ocorreu outra modificação no ECA com o acréscimo da lei nº. 13.010. A lei menino Bernardo⁴ trata da prevenção ao castigo físico, conforme a alteração do ECA em seu artigo 70:

⁴ A lei é uma homenagem ao caso de Bernardo Boldrini, assassinado em abril de 2014 aos 11 anos de idade por superdosagem de medicamentos. Os acusados pelo crime – pai, madrasta e dois amigos do casal – só foram condenados à prisão em março de 2019.

[...]é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

I - a promoção de campanhas educativas permanentes para a divulgação do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e dos estratégias de proteção aos direitos humanos.

Portanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente ao promover a proteção dos direitos humanos, no artigo 70, aborda: “É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.” Ao realizar a prática da prevenção, deve-se considerar a participação da família, da comunidade, mídias em campanhas de mobilização, prevenção e enfrentamento da violência sexual, o fortalecimento da rede atendimento, a inserção das escolas e outras instituições nas ações.

Dessa forma, é imprescindível a atuação conjugada da sociedade civil com a finalidade de reforçar a rede intersetorial e assim tentar prover a prevenção determinada no art. 70 do ECA prevê como dever de todos.

No que se refere ao inciso VI do referido artigo é preciso realizar:

[...] a promoção de espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência, com participação de profissionais de saúde, de assistência social e de educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Além disso, o ECA no artigo 86 aborda: “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”

Nota-se que o fortalecimento e articulação da rede intersetorial com práticas que visam à Proteção Social podem propor a mitigação das desigualdades sociais e o favorecimento da atenção às necessidades sociais. De acordo com Yasbek (2014, p. 98):

[...] a intersetorialidade é a articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à Proteção Social, à inclusão e enfrentamento das desigualdades sociais identificadas. Supõe a implementação de ações integradas e a superação da fragmentação da atenção às necessidades sociais da população. Envolve a agregação de diferentes setores sociais em torno de objetivos comuns e deve ser princípio orientador da construção das redes sociais.

Ações intersetoriais são essenciais para contribuir na implementação de direitos e proteção integral assim como na construção de estratégias para prevenção para a violência sexual. É por meio da realidade cotidiana que se pode

conseguir observar as possibilidades e limites para a intersetorialidade, fortalecendo atuações de gestores e profissionais técnicos em articulação com a população local. A atuação junto à sociedade civil pode dar base para a interação de saberes interdisciplinares, promover e consolidar mediações políticas e sociais. Essa perspectiva também contribui com a dimensão preventiva.

Torna-se evidente que a intersetorialidade, como uma estratégia de saberes e competências, tem como objetivo principal a prática social compartilhada, pois requer pesquisa, planejamento e avaliação para realização de ações conjuntas, visando a mudanças e ações na forma de prestações de serviços e favorecendo não só um novo tipo de relação entre Estado e cidadão, mas também o fortalecimento da democratização das políticas e dos conselhos na integração dos serviços.

Quando ocorre a violação dos direitos de crianças e adolescentes, o órgão chamado a agir é o Conselho Tutelar (CT), pois atua no eixo da defesa de direitos infanto-juvenis com a finalidade de proporcionar a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Silva (2018, p. 41) corrobora:

[...] quando não ocorre a prevenção, a criança e o adolescente que tiverem seus direitos violados podem acionar o Conselho Tutelar que é um órgão responsável por garantir os direitos infanto-juvenis. Cabe a ele, como conhecedor e defensor do ECA, as decisões sobre a melhor forma de garantir e fiscalizar a situação das crianças e adolescentes.

Além de garantir os direitos e fiscalizar, o Conselho Tutelar também atua no eixo de medidas de proteção tomando providências cabíveis quando crianças e adolescentes estão em risco. Uma das competências do CT é recepcionar crianças e adolescentes cujos direitos estejam em risco ou sendo desrespeitados por ação ou omissão, dos responsáveis, do Estado ou da sociedade. A atuação do CT gira em torno de medidas para cessar essas violações e garantir o direito, além de providenciar medidas de proteção previstas no ECA (Silva, 2018).

Vale reforçar que o Conselho Tutelar é porta de entrada, ou seja, é também a referência para denúncia do abuso sexual contra crianças e adolescentes, sendo essencial a comunicação a este órgão nos casos de suspeitas ou confirmação de abuso sexual e outras violências. Está previsto no ECA, em seu artigo Art. 13:

[...] os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. (Brasil, 1990).

No entanto, ainda temos grande caminho a trilhar para a eficiência total do ECA, principalmente, no que se refere à expansão da rede de serviços e de trabalhos voltados para a prevenção da violência contra crianças e adolescentes.

Segundo o Ministério da Saúde (2001), o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, necessita da atuação de toda a sociedade, com a presença de diversos profissionais, mobilizações sociais e a atuação do governo com estratégias focadas na prevenção à violência, pois a prevenção à violência contra a criança e ao adolescente é imprescindível dada a gravidade das sequelas físicas e psíquicas.

Dessa forma, necessitam estar presentes procedimentos e práticas que envolvem a comunicação e compreensão cultural e que sejam capazes de propor o discernimento e um compromisso coletivo diante o enfrentamento da violência. O conceito de violência é cultural e a sociedade pode mudar atitudes que a envolvem a violência incentivando a prática do diálogo e o debate público com a presença de diversos setores da sociedade como: organizações não governamentais, as esferas do governo, movimentos sociais, formadores de opinião, meios de comunicação profissionais, legisladores, gestores e executores públicos. Conforme o Ministério da Saúde (2001, p. 85-86):

A política de prevenção deve atingir, sensibilizando e capacitando, todos os atores que tenham contato com pessoas vítimas de violência nas diferentes etapas do processo. Isto inclui os profissionais de saúde, os agentes policiais, membros do Poder Judiciário, psicólogos e assistentes sociais. A prevenção é feita também através do questionamento à desigualdade de gênero, de raça e etnia, geracional, de orientação sexual e às desigualdades econômicas agudas que levam à exclusão da cidadania um contingente significativo da população, atingindo as condições de saúde e bem-estar das pessoas. Neste sentido, é necessário dedicar esforços para implantar políticas de capacitação e emprego que propiciem oportunidades de desenvolvimento social.

Além disso, essa cartilha também visa aos compromissos e estratégias de prevenção intrafamiliar:

Atuar na mudança das crenças, tabus e valores culturais envolvendo os papéis de gênero, geracionais, relações de poder na família; Afirmar novas concepções e novos modelos de poder; Incentivar estratégias e atitudes de respeito e justiça na resolução de conflitos; Incentivar o respeito e a legitimação de interesses divergentes como parte do processo democrático; Incentivar o reconhecimento e a tolerância frente às diferenças; Buscar a deslegitimação institucional / social da violência (organizações governamentais e não-governamentais); Promover modelos de não-violência; Promover meios e estratégias que favoreçam a desvitimização; Valorizar o papel ativo da comunidade na resolução não-violenta de conflitos; Promover o empoderamento dos setores vulneráveis e a democratização das relações; Estabelecer metas e valores coletivos a serem alcançados para a reversão da violência; Buscar a adoção e respeito à legislação internacional de direitos humanos; Promover o acesso a serviços adequados e apoio institucional às famílias e pessoas vulneráveis à situação de violência; Garantir a punição dos

perpetradores e real reparação às vítimas; Promover novos padrões que favoreçam a quebra do ciclo da violência; Desenvolver habilidades para a resolução não-violenta de conflitos; Estimular atitudes de flexibilidade e responsabilidade nas relações afetivas e familiares; Promover a elevação da autoestima e empoderamento (n) das famílias e indivíduos vulneráveis ; Promover a socialização e o intercâmbio. (Brasil, 2001, p. 86).

Isto posto, as estratégias de prevenção são meios para reduzir e combater o nível de violência, estando associada à rede de apoio que tem um poder maior de propagação do combate à violência. Frente a essa rede de apoio profissional, é essencial que as equipes estejam engajadas e informadas diante do processo de prevenção, pois este requer um exercício de colaboração e integração de diversas áreas, bem como a participação das comunidades locais. Conforme o diagrama das parcerias citado acima:



Figura 1- Diagrama das parcerias.
Fonte: Brasil (2001, p. 88).

No mais, é relevante que a rede de apoio esteja conjugada à intersectorialidade, pois podem propor caminhos eficazes para a conscientização da importância da prevenção. Portanto, a intersectorialidade pode se tornar princípio base para o funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos infanto-juvenis, inclusive na fomentação de ações de prevenção à violência intrafamiliar e violência doméstica contra crianças e adolescentes (VDCCA), inclusive o abuso sexual. Desta forma, considera-se que a prevenção pode ser vista como estratégia de afirmação ao direito humano através do acesso à informação como forma de cuidado, sendo necessária a prática da prevenção em seus três níveis: primário, secundário e terciário.

3.1. Tipos de prevenção

As ações de prevenção a violências precisam ser prioritárias entre as pautas governamentais e não governamentais, substancialmente, no que tange à prevenção primária. Segundo Azevedo et al. (1988 apud Silva, 2018, 1998, p. 40-41), a prevenção da violência contra crianças e adolescentes pode ser compreendida de três maneiras:

- 1) Prevenção primária: todas as estratégias dirigidas ao conjunto no esforço para reduzir a incidência ou o índice de ocorrência de novos casos.
- 2) Prevenção secundária: envolve a identificação precoce da assim chamada 'população de risco'.
- 3) Prevenção terciária: dirigida aos indivíduos que já são agressores ou vítimas no sentido de reduzir as consequências adversas do fenômeno ou de evitar que o indivíduo sofra o processo de incapacidade permanente.

Portanto, é significativa a ação articulada da prevenção primária, secundária e terciária nos espaços que promovem a implementação de direitos.

Em reforço, vale ressaltar o Relatório Mundial Sobre a Violência e Saúde, onde se sinaliza que a violência pode ser evitada, no entanto, se fazem necessárias ações sociais, econômicas e políticas para que essa realidade seja modificada.

[...] a violência pode ser evitada e seu impacto minimizado, da mesma forma que os esforços em saúde pública evitaram e reduziram, em muitas partes do mundo, complicações ligadas à gravidez, lesões ocupacionais, doenças infecciosas e doenças resultantes de alimentos e água contaminados. Os fatores que contribuem para respostas violentas – sejam eles de atitude e comportamento ou relacionados a condições mais abrangentes sociais, econômicas, políticas e culturais – podem ser mudados. (OMS, 2002, p.3).

Compreendendo que estatísticas sobre a violência podem ser “transformadas”, é preciso levar em consideração que a concepção de prevenção a que se propõe a presente reflexão deve assumir um caráter primário quando procura evitar a violência antes que ela aconteça. O Relatório Mundial Sobre a Violência e Saúde reitera:

[...] as intervenções de saúde pública são, tradicionalmente, caracterizadas em termos de níveis de prevenção: Prevenção primária - abordagens que visam a evitar a violência antes que ela ocorra. Prevenção secundária - abordagens que têm como foco as respostas mais imediatas à violência, tais como assistência pré-hospitalar, serviços de emergência ou tratamento de doenças sexualmente transmitidas após um estupro. Prevenção terciária - abordagens que visam à assistência em longo prazo no caso de violência, tais como reabilitação e reintegração, e tentam diminuir o trauma ou reduzir a invalidez de longo prazo associada à violência. (OMS, 2002, p. 15).

Considera-se, portanto, que se o Estado investisse mais em prevenção primária como forma de garantir direitos poderiam ocorrer menos violações de direitos. Meyer (2017) afirma que o manual da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência ABRAPIA (2002) informa a Educação Sexual como estratégia de prevenção primária da violência sexual. O documento da ABRAPIA (2002) criou um manual voltado para a prevenção ao abuso sexual que traz a seguinte definição:

[...] a Prevenção Primária compreende um trabalho informativo junto aos pais ou responsáveis sobre os processos de desenvolvimento de uma criança ou adolescente; sensibilização da população em geral e através da mídia e, em especial, dos profissionais de saúde, da área jurídica e da educação, acerca dos fatores desencadeantes do abuso sexual, sua identificação, prevenção e tratamento; denúncias de atos abusivos cometidos contra crianças e, por fim, um trabalho de orientação durante o período escolar (que deve ser começado antes dos seis anos de idade, já que a maioria dos casos de abuso sexual, seu início ocorreu antes dessa idade), buscando fornecer informações sobre sexualidade, assim como criar um espaço de reflexão e questionamento sobre posturas, tabus, crenças e valores a respeito de relacionamentos e comportamentos sexuais. A escola é, também, um espaço propício para um trabalho informativo junto aos professores, pais, adolescentes e crianças. As informações direcionadas ao professor tem o objetivo de fazer com estes não se calem ante a evidência de violência; que não se sintam atemorizados pela situação e reação dos pais e por fim, fornece-lhes segurança para que um processo contra abuso sexual, quando iniciado, possa ser levado a cabo. A prevenção primária atua-se para modificar condutas e formar novas culturas, sensibilizando e mobilizando a sociedade. A participação dos meios de comunicação é de fundamental importância. (ABRAPIA, 2002, p. 49).

A prevenção primária visa fornecer informações sobre a sexualidade, além de favorecer meios de reflexão sobre a temática, levando esse assunto aos indivíduos que fazem parte do processo de desenvolvimento de crianças e

adolescentes. Desse modo, tem a finalidade de fornecer conhecimentos e dados que podem evitar abusos sexuais. Ademais, informa sobre a relevância do papel da educação frente a esse processo, assim como a participação da sociedade civil e os meios de comunicação.

No que tange à prevenção secundária, o documento da ABRAPIA (2002) reforça:

[...] inclui-se a capacitação de profissionais que lidam diretamente com crianças e adolescentes abusados sexualmente e o atendimento direto à criança vitimizada e sua família, por partes dos Conselhos Tutelares, Centros de Defesa e Instituições Governamentais. (ABRAPIA, 2002, p. 50).

Nesta etapa em que o abuso sexual já ocorreu, é necessário o preparo e qualificação de profissionais para lidar com vítimas de abuso sexual, para que não ocorra a revitimização da criança ou adolescentes, nem a exposição destes ou de seus familiares. Por se tratar de um assunto complexo, a falta de seu domínio pode deixar o profissional inseguro no decorrer do atendimento com a vítima, sendo imprescindível conhecimento técnico para atuar com essas demandas. Por fim, a escritura do ABRAPIA (2002) conclui que “na prevenção terciária acompanha-se a criança ou adolescentes, o agressor e a(s) família(s) envolvida(s), através de atendimento médico, psicológico, social e jurídico”.

A prevenção terciária visa ao acompanhamento das vítimas, do alegado autor e familiares através da rede intersetorial, com a finalidade de reduzir os impactos da violência na vida da vítima e seus familiares bem como a luta pela implementação de direitos.

É visível notar o quanto a prevenção primária, secundária e terciária em face do abuso sexual, conforme relatada no manual da ABRAPIA (2002), pode ser estratégica para a redução dos índices de vítimas, assim como a presença de todos os setores da sociedade pode fomentar o trabalho preventivo através da informação.

Por conseguinte, indaga-se se a estruturação da prevenção primária como ação prioritária das políticas públicas e sociais poderia ser uma via para a redução de números de casos desta violência, perscrutando se o fornecimento de informações poderia evitar uma série de violações de direitos.

É, portanto, de extrema importância refletir sobre como a educação sexual pode contribuir para mitigar os índices de vítimas sobre o abuso sexual. O imaginário social, repleto de conservadorismos contra o favorecimento desta disciplina estimula, assim, grande resistência para esse debate, impedindo que se construam importantes discussões que possam contribuir no enfrentamento à

violência sexual. Por fim, a articulação por meio dos serviços de proteção básica e proteção especial pode constituir um importante caminho para a prevenção e proteção de famílias em situações de violência em ações estratégicas em conjunto com o Sistema de Garantia de Direitos.

3.2.

Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCA) foi elaborado em 2000, consolidando os consensos entre diferentes setores e segmentos e estabelecendo as diretrizes gerais para uma política pública de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil. Esse documento acabou tornando-se referência para a sociedade civil organizada e para as três instâncias do poder federativo. Nele estão presentes as diretrizes que oferecem metodologia para a reestruturação de políticas, programas e serviços de enfrentamento à violência sexual, consolidando a articulação como eixo estratégico e os direitos humanos sexuais da criança e do adolescente.

O Plano foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), afirmado o compromisso de defesa intransigente dos direitos de crianças e adolescentes, sobretudo daqueles/as que se encontram circunstancialmente em situação de ameaça ou violação ao direito fundamental de desenvolvimento de uma sexualidade segura e saudável.

O PNEVSCA se configurou como um marco no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo composto pelo desempenho da sociedade civil, do Estado, de organismos internacionais e da atuação de estudiosos sobre temática da criança e adolescente, estando presentes estratégias da multidisciplinaridade, intersetorialidade e regionalização. Portanto, o documento precisa estar interligado com a agenda política do governo federal através de conjunto intermediações com a participação de todas as esferas do governo (Brasil, 2013, 2022b).

O PNEVSCA de 2013, aborda o abuso sexual e a exploração sexual mediante a proposição de políticas e estratégias para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, assim como atendimento os seus familiares. No ano de 2022, o novo plano se estende inserindo três modalidades de violência contra crianças e adolescentes: a violência psicológica, a violência física e a violência

institucional, sendo assim o plano passa a ser estruturado a partir dessas cinco violências supracitadas.

O plano é composto por cinco eixos: prevenção, atendimento, defesa e responsabilização, participação e mobilização social, estudos e pesquisas. Além disso, este plano foi iniciado em 2022 e tem meta de cumprir as diretrizes do plano estabelecida até 2025 (Brasil, 2013, 2022b).

O Decreto nº 10.701, de 17 de maio de 2021, instituiu o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, presente a reestruturação do PNEVSCA. Neste ambiente está contido o diálogo e articulação com os atores e parceiros governamentais e sociedade civil, com enfoque intersectorialidade, multidisciplinariedade e regionalização.

O monitoramento e a avaliação dos planos, programas e políticas são fundamentais para a visualização dos impactos e resultados das ações realizadas para o enfrentamento da questão e ajustes das políticas públicas. O combate da violência contra crianças e adolescentes no país requer estatísticas que permitam o acompanhamento das políticas públicas realizadas (Brasil, 2022b).

O PNEVSCA é um instrumento de política pública, que é composto por um Painel de Monitoramento e Avaliação do Plano Nacional (PMAP).

A violência contra crianças e adolescentes repercute diretamente em seus projetos de vida e desenvolvimento biopsicossocial. Nesse sentido, este plano contribuirá diretamente para a redução dos índices de violência contra crianças e adolescentes no Brasil, assim como para fortalecer a garantia do direito à vida das crianças e adolescentes brasileiros. (Brasil, 2022b, p. 71).

O objetivo é:

Reduzir os índices da violência contra crianças e adolescentes no Brasil, assim como estruturar propostas metodológicas e sistematizar ações de enfrentamento aos diferentes tipos de violência contra crianças e adolescentes, articulando e assegurando a implementação e a execução das ações nos seus diferentes eixos de forma nacional. (Brasil, 2022b, p. 71).

Em cada eixo do Plano estão apresentadas as propostas dadas por: objetivo, ação, prazo, responsável e parceria. Segundo o Decreto nº 10.701, de 17 de maio de 2021, o eixo de prevenção visa a “assegurar ações preventivas para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes” e entre seus objetivos busca “incentivar grupos familiares para o desenvolvimento de habilidades parentais e protetivas, a fim de fortalecer os vínculos familiares, visando a prevenção à violência contra crianças e adolescentes” (Brasil, 2022b, p. 79).

O eixo de Atendimento, visa a “garantir o atendimento integral, interinstitucional, multidisciplinar, especializado e em rede às crianças e aos adolescentes vítimas de exploração sexual e seus familiares/responsáveis legais” (Brasil, 2021). Nesta estrutura estão fundamentados doze objetivos, sendo o primeiro:

Garantir atendimento prioritário, especializado e de qualidade às crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência, aos seus familiares, cuidadores e/ou responsáveis, de forma integral, intersetorial e multidisciplinar, respeitando as questões territoriais, raciais/ étnicas, os povos e comunidades tradicionais (PCTs), população em situação de rua, imigrantes, refugiados, pessoas com deficiência e LGBTQIA+. (Brasil, 2022b, p. 92).

No que se refere ao terceiro eixo que trata da Defesa e Responsabilização, ele tem a finalidade de “revisar e atualizar o marco normativo sobre exploração sexual praticada contra crianças e adolescentes, assegurar o acesso à justiça e à proteção legal, disponibilizar serviços de notificação e de responsabilização, investigar os casos e combater a impunidade” (Brasil, 2021). Este eixo é composto por dez objetivos, sendo o primeiro:

Estruturar o Sistema de Defesa e Responsabilização, criando e/ou consolidando os serviços especializados nos órgãos de investigação, Institutos de Perícia Científica e de atendimento para o enfrentamento da violência praticada contra crianças e adolescentes. (Brasil, 2022b, p. 101).

O Eixo IV que trata da Participação e Mobilização social é dividido em dois tópicos: a participação/protagonismo e a mobilização social. O primeiro tópico, participação/protagonismo visa a “promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos na elaboração e execução de políticas de proteção na área de enfrentamento à exploração sexual” (Brasil, 2021). Neste tópico estão presentes onze objetivos, sendo o primeiro:

Fortalecer os espaços organizados de participação proativa de crianças e adolescentes, assegurando a oferta de formação política, visando uma incidência qualificada e efetiva desse público na formulação, monitoramento e avaliação das políticas, programas e ações voltadas para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. (Brasil, 2022b, p. 114).

O segundo tópico trata da mobilização social e propõe “fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de enfrentamento e pela eliminação da exploração sexual de crianças e adolescentes, envolvendo mídia, fóruns, comissões, conselhos e outros” (Brasil, 2021). Nota-se que, no tópico sobre a mobilização social, constam seis objetivos, onde o segundo objetivo enfatiza a necessidade de “ampliar e consolidar participação da sociedade civil na

elaboração, promoção, defesa e controle das ações de enfrentamento à violência, em fóruns, movimentos, comitês e redes, bem como sua articulação nacional e internacional (Brasil, 2022b, p. 124)".

Por fim, o último eixo que trata dos Estudos e Pesquisas visa a "Conhecer o contexto e acompanhar a evolução dos dados, estudos e pesquisas, a fim de desenvolver e aprimorar ações no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes" (Brasil, 2021). Este eixo é composto por onze objetivos, dentre os quais destaca-se o terceiro:

Criar um Observatório da Criança e do Adolescente, como política de Estado (criado por lei) para subsidiar a formulação de políticas públicas e a disseminação de metodologias, tecnologias sociais e boas práticas, com foco no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. (Brasil, 2022b, p. 131).

Torna-se evidente, portanto, que o PNEVSCA, criado em 2000, sinaliza as diretrizes gerais para uma política pública de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil. Esse plano passou a ser um norte para a sociedade civil, ONG's e todas as esferas do governo com enfoque na multidisciplinaridade e intersetorialidade. O plano é uma ferramenta de relevância no cumprimento da promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, pois está baseado em leis e propõe metas a serem cumpridas.

Seus objetivos e ações têm a contribuição de cada setor do Sistema de Garantia de Direitos visando à construção de novos meios que modifiquem o quadro de violação de direitos de crianças e adolescentes, garantindo a proteção integral e a implementação de seus direitos humanos.

3.3.

Campanha de enfrentamento a violência sexual

A Lei nº 9970/2000 instituiu o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Esta data foi referenciada devido ao crime bárbaro ocorrido em Vitória, no Espírito Santo, no dia 18 de maio de 1973, que vitimou a menina Araceli, de oito anos. Na ocasião, Araceli foi raptada, drogada, violentada sexualmente e morta. Os suspeitos pelo crime faziam parte de famílias tradicionais de classe média alta do estado do Espírito Santo, sendo o processo foi arquivado pela Justiça com o término do julgamento que determinou a absolvição dos acusados (Brasil, 2022a).

A divulgação da data tem a estratégia de dar visibilidade ao tema, orientando, sensibilizando e mobilizando anualmente entidades governamentais, não governamentais, representantes da sociedade civil e movimentos sociais para a garantia dos direitos infanto-juvenis. Essa data passa a ser utilizada para reafirmar o compromisso com o enfrentamento da violência sexual, propondo debates, reflexões, capacitações e palestras sobre a temática, e cobrando a formulação e melhoria de políticas públicas. Por consequência, a campanha Nacional “Maio Laranja” tem como base promover ações para prevenir, informar e combater a violência sexual infanto-juvenil.

Considera-se que tal campanha poderia ser intensificada mediante ações continuadas de prevenção primária, para além do mês de maio. Poucas ações são desenvolvidas de forma contínua ao longo do ano. Acredita-se que, para o atendimento da complexidade dessa temática seria necessário um debate continuado com incentivo e sensibilização da participação da sociedade no enfrentamento à violência sexual.

Constata-se que abordar sobre sexualidade, ainda hoje, é um tabu, sendo necessária essa desconstrução a fim de promover a sua conscientização e a ampliação das discussões, principalmente, nos espaços de socialização de crianças e adolescentes. Defende-se que informações sobre educação sexual poderiam ser reconhecidas como uma ferramenta para prevenir as violências sexuais. Acredita-se que instrumentos de prevenção sejam um meio importante de exercício do cuidado.

No município de Petrópolis, a prefeitura, organizações governamentais e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e dos Adolescentes se reúnem para a Campanha “Tenha Atitude”, criada em maio de 2014, além do mês do maio, todo dia 18 de cada mês, ou seja, uma vez ao mês durante o ano todo, realizam uma ação com panfletagem, conscientização, palestras, informações e discussões sobre o combate ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes. A iniciativa vai ao encontro do movimento nacional de 2000, quando foi criado o dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Além disso, repare-se que todos os informes da prefeitura de Petrópolis constam o selo da campanha, estes selos encontram-se em Anexo 8, o último tópico da dissertação.

3.4.

A relevância do espaço de compartilhamento de saberes

O debate sobre gênero, orientação sexual e educação sexual nas escolas pode contribuir para a desconstrução dos tabus sobre o corpo, ou seja, sobre o tabu que envolve as discussões acerca da sexualidade humana. A presença de informações sobre essas temáticas pode contribuir para um diálogo aberto e o favorecimento de troca de informações, podendo auxiliar no processo de desenvolvimento da criança e do adolescente, pois munidos de informações estes podem exercer melhor seu autocuidado.

Vale refletir o quanto as questões socioculturais afirmadas, ainda no século XXI, pelo recrudescimento do conservadorismo prejudicam o acesso a informações corretas. Estas que é de responsabilidade daqueles que produzem conhecimento científico e daqueles que possuem uma referência social, como atualmente os *influencers* digitais, professores, acadêmicos e militantes, estes têm o dever de contribuir com o acesso a informações verídicas e não o *Fake News* (notícias falsas). Ao realizarem esse papel de propagação de dados corretos, podem favorecer na colaboração de políticas públicas e sociais.

Na atual conjuntura em que o país se encontra, além de outras partes do mundo, é possível notar a presença de um teor conservador que impede de avançar em diversos assuntos, por exemplo, quando são recorrentes projetos de lei que buscam impedir a discussão sobre as temáticas de sexualidades e gênero nas escolas. Conforme Freire (2018 p. 186),

[...] o neoconservadorismo mantém o discurso moralizante e preconceituoso, mas busca sua legitimação, também na legitimidade que constrói para a repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, dos pobres e da pobreza e da militarização da vida cotidiana.

No Brasil na década de 1990, esse movimento se alenta com a crise econômica e o avanço das medidas neoliberais no país, tendo, esse movimento, se fortalecido em 2018 com o pleito eleitoral. Destaca-se como exemplo, em 2018, durante a campanha para eleições presidenciais foi disseminada uma *fake news*⁵ que tratava sobre a distribuição de um “*Kit Gay*”⁶ nas escolas, algo que não ocorreu. Esse episódio demonstra o quanto a temática da educação sexual ainda é um tabu para muitas pessoas.

⁵ *Fake News* são notícias falsas veiculadas por redes sociais na internet.

⁶ Fonte: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/16/e-fake-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos.ghtm>>I.

Destaca-se outro fato ocorrido durante a campanha eleitoral presidencial, no ano de 2022. A fala do candidato derrotado Jair Bolsonaro abordou uma situação presenciada pelo mesmo com adolescentes venezuelanas. O candidato usou a expressão “pintou um clima”, referindo-se a ele e às meninas venezuelanas que possuíam idade entre 14 e 15 anos. Durante essa entrevista a um *podcast*, o candidato contou que andava de moto por uma comunidade no entorno de Brasília quando observou um grupo de adolescentes. Conforme o relato na entrevista⁷, disse que pediu para entrar na residência delas, dando a entender que elas estariam se arrumando “para ganhar a vida”, indicando possível exploração sexual de menores e correlacionando o fato à situação política da Venezuela. Após a fala do candidato, foi esclarecido que as meninas participavam de uma atividade realizada por uma Organização Não Governamental que oferecia curso de estética às refugiadas.

A fala causou enorme repercussão nas redes sociais e pedidos de cassação do então presidente, derrotado nas urnas eleitorais em sua tentativa de reeleição. O mesmo defende que foi a oposição quem “distorceu a entrevista”, além disso, o comitê de Jair Bolsonaro entrou com o pedido do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para proibição da divulgação da entrevista que foi acatado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes.

No debate presencial durante a campanha eleitoral, o candidato de oposição, Luiz Inácio Lula da Silva, apresentava em seu peito, o botão da campanha de enfrentamento à violência sexual com o símbolo da Flor⁸ “Faça Bonito”, demonstrando o posicionamento contrário às falas do então presidente Bolsonaro.

Considera-se que o discurso do então presidente Jair Bolsonaro é preocupante e demonstra o quanto é indispensável que discursos como este não sejam disseminados na sociedade.

A onda de reificação do conservadorismo que vem se consolidando no Brasil tem como prova a penúltima eleição presidencial, em que venceu o candidato que apresentou um discurso de extrema direita, expressões homofóbicas e moralistas, incentivando seus seguidores a agirem desta mesma forma.

⁷ “Parei a moto numa esquina, tirei o capacete e olhei umas menininhas bonitas, de 14, 15 anos, arrumadinhas, no sábado, numa comunidade, e vi que eram parecidas. **Pintou um clima**, voltei, ‘posso entrar na sua casa?’, entrei. Tinha umas 15, 20 meninas sábado de manhã se arrumando. Todas venezuelanas. Aí eu te pergunto, menina bonitinha se arrumando sábado de manhã para quê? Para ganhar a vida. É isso que você quer para a sua filha?” (Sakamoto, 2022).

⁸ Link com foto da campanha Faça bonito, que remete o enfrentamento a violência sexual <<http://go.microsoft.com/fwlink/p/?LinkId=255141>>.

Todavia, no ano de 2022, vivenciou-se uma corrida eleitoral acirrada até o fim do segundo turno, onde a resposta das urnas foi: 50,90% para candidato Luiz Inácio Lula da Silva, eleito novo presidente (eleito pela terceira vez no país), representando os valores da democracia e 49,10% candidato derrotado Jair Bolsonaro.

Esse resultado mostra o quanto o Brasil está dividido e ainda existe “metade” da população com ideais conservadores.

O agravamento do conservadorismo representa retrocesso diante de assuntos que envolvem sexualidade, sendo assim, torna-se impreterível a inserção de temas como orientação sexual, gênero e educação sexual nos currículos escolares de modo que seja oferecida esta disciplina de maneira transversal e direta.

No que se refere à escola, este é um espaço onde crianças e adolescentes fomentam a socialização entre seus pares, ela se torna um ambiente primordial para seu desenvolvimento pessoal, social, econômico, político e o local que favorece a construção de um ser humano crítico e reflexivo. Portanto, a escola é um recinto imprescindível para a propagação de saberes.

A Lei 9.394 de vinte de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) (9.394/96) é o documento que regulamenta o sistema educacional da educação básica até o ensino superior nas escolas públicas e privadas no país. A LDB 9394/96 aborda sobre o direito à educação, fomentado pela Constituição Federal (CF), de 1988, presente em seu Art. 205: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Com isso a CF ressalta a base da educação brasileira e os deveres do poder público referente à educação escolar pública, configurando as responsabilidades entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Diante disso, a LDB (9.394/96) no Art. 2º "A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." Dessa forma, é garantido o direito à educação com a participação da família e do Estado.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o pilar que define aquilo que os alunos devem aprender, é um documento normativo que tem as bases obrigatórias para a realização dos currículos escolares e propostas pedagógicas da educação infantil até o ensino médio para as redes de ensino públicas e

privadas. Portanto a BNCC tem como proposta organizar o que todo estudante da Educação Básica deve saber. Cada escola tem a liberdade de construir seu currículo de acordo com o seu projeto político pedagógico, desde que esteja alinhado com a BNCC. Portanto, as instituições têm a obrigação de cumprir as diretrizes exigidas no documento, que estabelecem o que deve ser aprendido em cada etapa da educação. Percebe-se que a BNCC não anula o que é estabelecido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), ela funciona como um componente que contribui para os objetivos serem estabelecidos no decorrer de cada etapa de formação.

A BNCC teve sua primeira versão formulada em 2014, o documento foi aberto para consulta pública, possibilitando que a sociedade civil e escolas pudessem colaborar com seu ponto de vista, levando a segunda versão em 2016 e por fim, a terceira versão fomentada em 2017. Vale destacar que, tanto na primeira como na segunda versão da BNCC as temáticas de gênero e orientação sexual são abordadas de maneira clara e de modo transversal, no entanto a terceira versão há uma exclusão de qualquer termo referente a gênero e orientação sexual. Com a homologação em dezembro de 2017 do governo interino de Michel Temer, questões de gênero e orientação sexual não estão presentes⁹

As alterações foram feitas após uma reunião com a bancada evangélica no Palácio do Planalto.

Com justificativa que causaria controvérsias à temática de gênero e orientação sexual foram retiradas do currículo escolar, tanto na tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE) - é um documento publicado periodicamente, que informa diagnóstico, reposição de metas, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento educacional, quanto da BNCC, o Ministério da Educação (MEC) retirou da terceira versão desses termos. O Conselho Nacional de Educação (CNE) aceitou o posicionamento do MEC e afirmou que iria fornecer um documento com orientações sobre essas temáticas. No entanto, ainda não foi difundido a referência que aborda gênero e orientação sexual, portanto a ideia que permanece é que esses temas não estariam presentes na BNCC e assim não poderiam estar contidos no cotidiano escolar.

Segundo a reportagem realizada por Júlia Daher, no ano de 2018, para o site *De olho nos planos*:

⁹ Conforme a reportagem on-line da Folha de São Paulo do dia 07/04/2017. Fonte: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/04/1873511-bancada-evangelica-celebra-retirada-de-questao-de-genero-de-base-curricular.shtml>>.

Apesar de estar na Base em competências e habilidades específicas, a discussão de gênero vale para a educação como um todo e é prevista em tratados internacionais de direitos humanos que o Brasil é signatário, como a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo de Ensino (1960), a Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as formas de Discriminação Racial (1968), a Convenção para Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a Mulher (1979), entre outras. As discussões também podem ser sustentadas pela Constituição Brasileira (1988), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e pela Lei Maria da Penha (2006). Por isso que todas as tentativas de limitar esses debates são inconstitucionais, porque violam os princípios de igualdade de condições de acesso e permanência na escola, da não-discriminação e da liberdade de aprender e ensinar.

Portanto, o campo escolar é um meio de fornecer saberes e pode proporcionar um ambiente favorável para reflexão crítica, devido ao espaço de interação, socialização e aprendizado, além de incentivar valores sobre equidade, inclusão, diversidade, solidariedade, empatia, resiliência, democracia e direitos humanos. Desta forma, é imprescindível o acesso aos debates em torno de gênero e sexualidades nos espaços educacionais e no campo social, visto que a aquisição destes temas pode contribuir com uma sociedade mais esclarecida, sem preconceitos e violências.

Torna-se evidente, portanto, que o conhecimento sob a ótica do gênero é fundamental para desnaturalizar as relações entre mulheres e homens, em suas diversas identidades sexuais e de gênero, sendo primordial compreendê-los através dessas diferenças culturais, evitando o conservadorismo e relações desiguais entre os sujeitos.

3.5. História da Educação sexual no Brasil

Observa-se, nas décadas de 1940 até 1950, no Brasil, uma fase com grandes produções bibliográficas sobre o tema da Educação Sexual, materializando-se, a partir dos anos de 1960, nas primeiras ações educativas junto às nas escolas e, a partir dos anos 1980, uma fase em que o governo assume a realização de projetos sobre essa temática (Bueno e Ribeiro, 2018).

Conforme Ribeiro (2004), ressaltam-se seis momentos relevantes na história brasileira que contribuem para a compreensão da importância das ações sobre Educação Sexual no Brasil, sinalizando a necessidade da transformação do debate sobre sexualidade no país.

O primeiro momento se refere ao Brasil-colônia, período em que o sexo era permitido e liberado para homens, restando às mulheres a submissão e a

repressão de sua sexualidade feminina, estando presentes regras morais e o controle da Igreja. O segundo momento remete às normas e ações da moral médica na fiscalização da sexualidade e dos atos sexuais licenciosos, no decorrer do século XIX. A terceira fase se demarca no início do século XX, período de 1920 até a década de 1950, onde estão presentes livros publicados por médicos, professores e sacerdotes, que abordam a sexualidade com a finalidade de tratar o ato sexual dos indivíduos.

Nas palavras de Ribeiro (2013), o debate acerca da inserção de temas sobre sexualidade no currículo escolar tem início, no país, a partir do século XX, mas estando presentes interferências de concepções médico-higienistas do século XIX. Dessa forma, a partir do século XX as publicações demonstravam preocupação com a masturbação, doenças sexuais transmissíveis, prostituição e com as “funções” de mãe e esposa, ressaltando-se o papel de cuidado exercido pela mulher.

Conforme Figueiró (1998), no Brasil, o começo dos trabalhos sobre Educação Sexual nas escolas, aconteceu nas décadas de 1920 e 1930, com as iniciativas de educadores e médicos. Ambos defendiam a disciplina de Educação Sexual nas escolas com a função de ensinar a fisiologia sexual, mediante uma prática higienista e com a finalidade de modernizar o debate, aos moldes do que ocorria em países europeus. As falas dos médicos e educadores eram voltadas para a melhoria da saúde das mulheres, mas com cunho moralista. Segundo Ribeiro (2013), o movimento feminista, fomentado por Bertha Lutz¹⁰, nesse período, tinha a intenção de implantar a Educação Sexual nas escolas com a finalidade de propor a proteção à infância e à maternidade. Diante de tal quadro, pode-se constatar o quanto a existência de projetos diferenciados, ou mesmo antagônicos, em relação à educação sexual não representa exclusividade da contemporaneidade no Brasil, com o atual recrudescimento de discursos moralizantes.

No que tange ao quarto importante momento histórico, Ribeiro (2013) sinaliza que, no decorrer da década de 1960, inicia-se a inserção de programas de Educação Sexual em algumas escolas no Brasil. Isto ocorreu devido ao momento social, cultural e político naquele momento. Esse momento se configura como a efervescência de movimentos sociais e debates públicos sobre direitos civis.

¹⁰ A feminista Bertha Lutz foi uma ativista pela luta dos direitos políticos das mulheres brasileiras, além de ser uma líder no movimento feminista. No decorrer de suas lutas se empenhou pela aprovação da legislação que outorgou o direito às mulheres de votar e de serem votadas.

No entanto, a partir do ano de 1964, o país passa por um longo período de instabilidade política com presença das forças armadas no governo, imposta por um golpe de Estado. O regime militar produziu um contexto de redução das liberdades individuais e coletivas, além de grande repressão política e social.

Segundo Ribeiro (2004), devido ao golpe 1964, restringiu-se o debate sobre manifestações da sexualidade, influenciando um retrocesso na consolidação da Educação Sexual e acarretando o fechamento de escolas e denúncias contra professores que permaneciam abordando a temática.

O quinto momento retratado por Ribeiro (2004) se configura com o movimento de reabertura política, a partir do ano de 1978, onde a temática da Educação Sexual nas escolas volta e órgãos públicos assumem projetos institucionais em unidades de ensino, não mais sob a responsabilidade individual de professores.

O sexto momento do processo de consolidação da Educação Sexual no Brasil, apresentado por Ribeiro (2004), visa ao atendimento da necessidade de alunos vivenciarem sua sexualidade. A partir de 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a orientação sexual passou a ser visualizada como tema de grande importância. Tal tendência seguiu se reafirmando e contribuindo para ampliação do debate em torno da temática por duas décadas, embora não livre de permanentes controvérsias.

No entanto, com o início do governo de Jair Bolsonaro, e mesmo durante a campanha que culminou com sua eleição, o Brasil conheceu um contundente retrocesso quanto à legitimidade de tal discussão nas escolas ou em quaisquer ambientes públicos, sustentado em discursos de forte viés moralizante e criminalizador, resultando no banimento da educação sexual de todo o material didático oficial patrocinado pelo governo federal.

Assim que, no atual contexto, a questão de pesquisa aqui proposta adquire ainda mais relevância, mesmo para além da possível contribuição da educação sexual como estratégia de prevenção à violência sexual praticada contra crianças e adolescentes.

3.5.1. Debate da educação sexual no mundo

A educação sexual no Brasil ainda é vista com um tabu, as capitais enfrentam questões culturais, políticas e religiosas que interferem no esclarecimento em torno desse assunto. Diferente do Brasil, experiências internacionais têm compartilhado suas vivências em como educar crianças e adolescentes diante os saberes que envolvem a sexualidade preparando-os para escolhas saudáveis, conscientes e sem violência, de acordo com sua faixa etária, levando em consideração a participação dos responsáveis e identificando a escola como um ambiente essencial para o compartilhamento de informações cientificamente adequadas sobre a temática.

Existe um documento mundial norteador, que muitos países seguem, sobre Educação Integral em Sexualidade (EIS) promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) que aborda Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: Uma abordagem baseada em evidências, Unesco (2019, p. 16).

A EIS é um processo de ensino e aprendizagem com base em um currículo sobre os aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais da sexualidade. Tem por objetivo transmitir conhecimentos, habilidades, atitudes e valores a crianças, adolescentes e jovens de forma a fornecer-lhes autonomia para: garantir a própria saúde, bem-estar e dignidade; desenvolver relacionamentos sociais e sexuais de respeito; considerar como suas escolhas afetam o bem-estar próprio e o de outras pessoas; entender e garantir a proteção de seus direitos ao longo de toda a vida.

As orientações desta cartilha são divididas em sete seções, cujo as primeiras quatro seções abordam a definição e a fundamentação da EIS com atualização da base de evidências. A quinta seção aborda os conceitos-chave e tópicos, presente os objetivos de aprendizagem separados por idade, as últimas duas seções sinalizam orientações, recomendações sobre a construção de apoio para a EIS e a realização de programas que sejam eficazes. A sigla integral remete à profundidade dos tópicos e ao conteúdo que é desenvolvido com os educandos no decorrer desse processo, de maneira sistemática e contínua, não somente por uma intervenção pontual ou uma oficina (Unesco, 2019).

Esse documento é baseado em estudos científicos por profissionais qualificados que abordam caminhos para desenvolver e aplicar o tema através de um currículo base, ressalta-se que a elaboração de um programa para educação sexual pode ser ministrada em uma disciplina específica ou de forma transversal em escolas e precisa ter um envolvimento de um especialista na área.

A temática é trabalhada de acordo com a faixa etária de cada criança e adolescente; “o conteúdo da Educação Integral em Sexualidade EIS leva em consideração as mudanças nas necessidades e nas capacidades da criança e do adolescente à medida que vão crescendo” (Unesco, 2019, p. 16).

Ao tratar sobre esse tema é preciso ir além da sexualidade, pois esse assunto envolve questões de gênero e diversidade; incentivar a participação da família e da comunidade nesse ambiente; no decorrer do processo é preciso estar presente uma sequência lógica no processo de ensino, como por exemplo consenso e prevenção devem ser tratados antes das instruções sobre a atividade sexual; além disso nesse espaço precisa conter informações científicas sobre doenças sexualmente transmissíveis e gravidez, informar sobre a rede de serviços de saúde disponíveis e por fim, a educação sexual pode ser um meio de prevenção a violência sexual.

Mesmo com um documento norteador, onde fundamenta a experiência e benefícios ao serem trabalhados com essa temática no Brasil ainda não existe nenhuma regulamentação que obrigue a inserção da educação sexual nos currículos escolares. Diferente de outros países que regulamentam essa prática.

Albuquerque (2019), ressalta que a educação sexual na Argentina é obrigatória, mas cada escola pode escolher a forma que aplicará os conteúdos estabelecidos pelo Ministério da Educação da Argentina. A temática é abordada de forma transversal em outras disciplinas, onde professores de matérias como história, literatura, inglês, filosofia, inserem projetos em suas aulas que dialogam com a educação sexual.

O objetivo da orientação sexual nas escolas é preparar os adolescentes para a vida sexual de uma forma segura. Enquanto no Brasil o tema ainda é cercado de polêmicas e projetos que visam proibir o debate, na Argentina, a Lei Nacional de Educação Sexual Integral (ESI) garante aos estudantes das redes pública e particulares de todo o país, da educação infantil ao ensino médio, o direito aprender em sala de aula conteúdos relacionados à sexualidade. (Albuquerque, 2019).

A educação sexual na Argentina é adotada através de duas idades: 12 e 13 anos com temas introdutórios a vida sexual, mudanças psicológicas e hormonais que o corpo do jovem sofrerá, métodos de prevenção, doenças sexualmente transmissíveis e diversidade. A outra faixa etária que é trabalhada: 17 e 18 anos, aprofundamentos do tema citado (na faixa etária de 12 e 13 anos), aborto e relações sexuais (Albuquerque, 2019).

Na Alemanha o Estado tem o dever de ensinar as crianças sobre a vida sexual, a partir do ensino primário os educandos iniciam as aulas sobre educação sexual. Através das legislações os dezesseis estados federais são obrigados a

aplicar a educação sexual nas instituições de ensino em colaboração com instituições de aconselhamento familiar, tendo como referência o currículo nacional. A Central Alemã de Esclarecimentos sobre Saúde, fundada em 2003 como um centro especializado da Organização Mundial da Saúde (OMS), é a principal responsável pela implementação das diretrizes, que são orientados pelos Padrões para a Educação Sexual na Europa (Gomes, 2018).

Os responsáveis são informados antes de as aulas de educação sexual iniciarem, no entanto não podem decidir se os filhos poderão ou não comparecer às aulas, pois existe uma legislação no país que pune os pais que deixam os filhos faltarem à aula dessa temática. Além dos professores ensinarem métodos contraceptivos e os aspectos biológicos dos órgãos sexuais, também discutem igualdade de gênero, valores sociais e emoções relacionadas à sexualidade e a relacionamentos. Nesse país, a abordagem sobre a temática é holística, levando em consideração os diversos aspectos da sexualidade humana, por isso em grande parte dos estados, a educação sexual é integrada a outras disciplinas, como ética, biologia, religião e ciências sociais, no entanto, alguns estados ocorrem as disciplinas específicas de educação sexual nas escolas (Gomes, 2018).

Em 01 de Junho de 2021 entrou em vigor a lei em que o governo chinês declarou a inclusão da disciplina educação sexual nas escolas, iniciando com o pré-escolar, cujo a nova disciplina será abordada de acordo com a idade, onde visa a aumentar a consciencialização e capacidade de se protegerem contra o abuso e agressão sexual. Nota-se que anterior a essa legislação, as políticas relacionadas com educação sexual tinham sua implementação limitada. A formalização da lei se deu devido ao grande número de denúncias de abuso sexual, realizadas nos últimos anos (Reuters, 2020).

Na Holanda, a educação sexual nas escolas é obrigatória e faz parte do currículo escolar é aplicada nas séries primárias e secundárias, onde crianças de quatro anos iniciam as aulas sobre a temática. Os conteúdos abordados possuem tópicos como identidade de gênero, homossexualidade, opções contraceptivas e autoimagem. A instituição responsável pela inserção da educação sexual nas escolas é o Rutger WPF, que defende, o direito de LGBTQ's "desfrutarem de uma vida sexual saudável". Conforme Dutch Review: "As crianças aqui aprendem cedo que é perfeitamente natural que dois homens ou duas mulheres estejam apaixonados. Nenhum assunto sobre sexo é um tabu nessas aulas, e não é incomum encontrar discussões sobre assuntos como masturbação e sexo oral". Nesse país, o desenvolvimento sexual é um processo normal que todos os jovens

experimentam e têm o direito de obter informações confiáveis sobre a temática (Barone, 2019).

Em 2019, o Reino Unido divulgou uma revisão no currículo de educação sexual e foi a primeira vez que relacionamentos LGBTQ foram incluídos nessa disciplina. Além disso, a educação sexual passou a ser obrigatória em todas as escolas, a nova legislação aborda mudanças nas atitudes sociais em relação ao sexo e gênero. Muitas das novas orientações abordam a prevenção de perigos, especialmente em termos de segurança online, compartilhamento de imagens de nudez, pornografia de vingança, *sexting* e uma série de questões de saúde reprodutiva e direitos das mulheres. Isso ocorre a partir de emendas à Lei das Crianças e Assistência Social de 2017, onde essa legislação apresenta a preocupação com a proteção e o bem-estar. Visa informar ao público infanto-juvenil e fornece ferramentas para tomar decisões e se manterem seguros. Portanto, a educação sexual no Reino Unido está mudando e a nova lei é a primeira tentativa de padronizar o conhecimento ao longo de uma geração, onde se tornarão obrigatórios em todas as escolas secundárias (Siddons, 2019).

Desde 1970 a educação sexual é obrigatória nas escolas públicas na Dinamarca. As crianças têm aulas sobre o corpo, sexo e conhecimento do funcionamento dos órgãos sexuais, onde os educandos participam desde a série 0, quando começam a aprender o que significa ser saudável fisicamente e mentalmente. Nesta fase também aprendem sobre relacionamentos respeitosos com seus pares, amigos e familiares. Na quarta série aprendem sobre identidade, puberdade, gêneros, sentimentos e relações com a família. Por fim, nos últimos três anos de educação sexual, os temas abordados são a adolescência, o sexo e a sexualidade, gravidez e contracepção. Observa-se que o sexo na Dinamarca não é um tabu, pois desde criança aprendem sobre seu próprio corpo, os pais, em geral, abordam com os filhos sobre sexo de forma simplista e aberta. Além disso, no país tem o menor índice de gravidez na adolescência nos últimos dez anos, embora seja legalizado, o número de abortos tem caído, tendo o menor índice entre os países escandinavos. Nota-se que, os dados reduzidos de gravidez precoce se devem ao fato de jovens realizarem aulas de educação sexual (Hansen, 2019).

A Organização das Nações Unidas (ONU) é conivente com a inserção da educação sexual nas escolas, pois a temática está relacionada à promoção de direitos humanos, onde as crianças, adolescentes e jovens, tem direito a informação e educação. No entanto, no Brasil a educação sexual ainda continua sendo um tema difícil de ser discutido, pois está presente questões religiosas,

políticas, culturais que persuadem no esclarecimento sobre a sexualidade. A implementação da proposta enfrenta uma parte de resistência social de uma ala fortemente conservadora, onde o aprofundamento dos debates acaba sendo pouco abordado.

3.6.

Práticas e depoimentos da educação sexual no Brasil

Nota-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi publicada em 1996 e neste documento não está registrado as instruções para a aplicabilidade da educação sexual nas escolas, percebe-se que “as escolas agem como centros de apoio social com a capacidade de interligar estudantes, pais, famílias e comunidades com outros serviços [...]” (Unesco, 2019, p. 19). Dessa forma, a participação desta instituição frente o fornecimento desse conteúdo é imprescindível.

A falta de uma lei que regule sua aplicação, ou seja, a ausência de um dispositivo obrigatório, dificulta que o assunto seja tratado. Constata-se que, desenvolver tópicos sobre sexualidade na escola pode ser um desafio, pois este tema ainda é visto com tabus e preconceitos, porque as concepções acerca da sexualidade estão conectadas às dimensões culturais, históricas, sociais, religiosas e políticas; existem escolas que permanecem caladas diante esse assunto, muitas optam por não abordar esse conteúdo para não ter conflitos com os familiares.

Todavia, como vivemos em um sistema democrático, presente a Carta Magna que visa a implementação de direitos aos cidadãos, não pode ocorrer a proibição desse tema nas escolas, sendo assim, as mesmas têm autonomia para definir como a matéria deve ser apresentada aos educandos.

A aplicabilidade da educação sexual deve ter influência além da escola, a atuação da família, dos espaços de socialização (igrejas, clubes, cursos etc.), das ONG's e do Estado - com a articulação da assistência, saúde, educação etc. através das políticas públicas. Conforme Unesco (2019, p. 87):

Os pais e a família exercem um papel fundamental como fontes primárias de informação, de apoio e de cuidado na formação de uma abordagem saudável à sexualidade e aos relacionamentos. No entanto, por meio dos ministérios da educação, das escolas e dos professores, o governo deve apoiar e complementar o papel dos pais e das famílias ao proporcionar educação integral para todas as crianças e jovens em um ambiente de aprendizagem seguro e acolhedor, bem como

garantir ferramentas e materiais necessários para o fornecimento de programas de EIS de alta qualidade.

Além disso, a tarefa de envolver a mídia, os *influencers* digitais, os formadores de opinião podem contribuir para ampliar a conscientização de uma abordagem positiva em relação à educação em sexualidade, a cooperação desses meios pode favorecer para a diminuição de resistências sobre a temática.

A seguir são apresentados alguns relatos de crianças e adolescentes, vítimas de violência sexual, que após a aula de educação sexual se sentiram seguros para denunciar seus supostos abusadores. Nesta etapa é visível notar quanto o acesso à educação sexual pode interromper o ciclo da violência, deflagrar a denúncia dos abusadores e promover conhecimento sobre o cuidado ao corpo, reforçando o quanto tal prática pode ser utilizada como estratégia de prevenção ao abuso sexual.

Conforme a reportagem *on-line* do site Pragmatismo (2022), na cidade de Mundo Novo em Mato Grosso do Sul, uma adolescente de 14 anos após assistir a uma palestra de prevenção violência sexual infantil na escola promovida pelo Conselho Tutelar se sentiu confiante para denunciar o abusador, seu padrasto, que a abusava todos os dias desde aos oito anos de idade. Os momentos do crime ocorriam quando a mãe dela saía para trabalhar e ela ficava sozinha em casa com o padrasto, segundo os relatos da mãe da adolescente, não sabia de nada, nunca tinha percebido nenhum comportamento diferente. O abusador foi preso em flagrante por estupro de vulnerável, durante interrogatório, o padrasto confessou que estuprava a vítima há alguns anos.

Outro depoimento também foi através de uma reportagem on-line Yahoo Notícias (2022), em Jaborandi, na Bahia, onde uma criança de 9 anos, após assistir uma palestra sobre educação sexual na escola, relatou a sua mãe que era abusada sexualmente pelo padrinho desde que tinha apenas 5 anos. Com isso, a mãe da vítima registrou queixa na delegacia da cidade. Posterior essa etapa, a criança realizou exames de perícia e está recebendo apoio do Conselho Tutelar do município. Após a realização do exame, a polícia pediu o mandado de prisão preventiva do suspeito, onde foi preso, o acusado não teve a identidade revelada e os agentes apreenderam o aparelho celular do homem, onde foram encontradas imagens da criança sem roupa.

Por fim a última reportagem trazida é da G1, Globo realizado por Mayer (2022), onde ressalta os depoimentos feitos de oito adolescentes ao Conselho Tutelar que teriam sofrido abuso sexual na cidade de Guatambu, no oeste catarinense. Os estudantes denunciaram casos de violência sexual após palestras

sobre educação sexual proporcionadas pela escola. De acordo com os relatos dos alunos, os conselheiros afirmam que as violências sexuais, teriam acontecido dentro do convívio familiar e as vítimas estão tendo acompanhamento psicológico.

A prefeitura relatou que os educandos procuraram ajuda através das conselheiras, do diretor da escola e da própria palestrante. Além disso, instituição afirmou que quatorze palestras foram proporcionadas a crianças e adolescentes entre 6 e 18 anos e acontecerem em reflexão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infantil. O ciclo de palestras e oficinas foi concedido em torno de dois mil estudantes das redes municipal e estadual. Conforme as informações do Colegiado Superior de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina registrou 714 casos abuso e exploração sexual infantil entre janeiro e abril de 2022 (Mayer, 2022).

É visível notar que, após a uma exposição de aula de educação sexual, os educandos se sentiram seguros e confiantes em denunciar os supostos abusadores. O quanto a abordagem desse conteúdo pode ser benéfica para as crianças e adolescentes. Uma criança informada vai estar menos vulnerável a ser vítima de violência sexual, pois ao conhecer o seu próprio corpo- suas partes íntimas, pode identificar qualquer aproximação inapropriada de um adulto. Quando a criança e o adolescente possuem ferramentas de saberes para se protegerem, contribuiu também para a realização do autocuidado. Daí a relevância em abordar a educação sexual nas escolas, pois não é somente falar sexualidade, mas sim preparar a criança para identificar questões de violência sexual, esse conteúdo pode ser uma forma eficaz de prevenir e enfrentar a violência sexual contra o público infanto-juvenil. Portanto, trabalhar desde cedo e com abordagens apropriadas para cada faixa etária é essencial para proteger crianças e adolescentes de possíveis violações, pois a educação sexual é toda oportunidade que têm de receber informações e esclarecimentos, sobre tudo que diz respeito ao seu corpo, onde principal objetivo é promover conhecimento do desenvolvimento da sexualidade às questões de gênero.

3.6.1.

Crianças e adolescentes, e a luta pelos direitos sexuais

Nota-se, que a Declaração dos Direitos Sexuais aprovada pela *World Association for Sexual Health* (WAS, 2014) - que significa Associação Mundial pela Saúde Sexual, foi proclamada no 13º Congresso de Sexologia em Valencia, na Espanha em 1997 e então em 1999, ocorreu uma revisão que foi aprovada

em Hong Kong pela Assembleia Geral da WAS e reafirmada na Declaração WAS: Saúde Sexual para o Milênio (2008). A presente declaração revisada foi aprovada pelo Conselho Consultor da WAS em março de 2014.

Observa-se que a WAS é um grupo mundial multidisciplinar composto por sociedades científicas, ONGs e profissionais da área da sexualidade humana que realiza a saúde sexual por todas as fases da vida pelo mundo por meio do desenvolvimento, promoção, apoio à sexologia e a direitos sexuais para todos os indivíduos. Além disso, a WAS realiza através de uma abordagem multidisciplinar seus propósitos por meio de ações de defesa e integração, promovendo a permuta de informações, ideias, experiências e avanços científicos fundamentados na pesquisa da sexualidade, educação e sexologia clínica (WAS, 2014). Observa-se, que esse documento declara que os direitos sexuais são os direitos que fazem parte da sexualidade humana:

1. O Direito à igualdade e a não discriminação; 2. O Direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal; 3. O direito à autonomia e à integridade corporal; 4. O direito de estar isento de tortura, tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante; 5. O direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção; 6. O direito à privacidade; 7. O direito ao mais alto padrão de saúde atingível, inclusive de saúde sexual, com a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras; 8. O direito de usufruir dos benefícios do progresso científico e suas aplicações; 9. O direito à informação; 10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora; 11. O direito de constituir, formalizar e dissolver casamento ou outros relacionamentos similares baseados em igualdade, com consentimento livre e absoluto; 12. O direito a decidir sobre ter filhos, o número de filhos e o espaço de tempo entre eles, além de ter informações e meios para tal; 13. O direito à liberdade de pensamento, opinião e expressão; 14. O direito à liberdade de associação e reunião pacífica; 15. O direito de participação em vida pública e política; 16. O direito de acesso à justiça, reparação e indenização (WAS, 2014).

O documento na íntegra, foi explicitado na conferência para Organização das Nações Unidas (ONU) e se expõe como um dos documentos de referência até a atualidade. Dessa forma, a Declaração dos Direitos Sexuais (2014) ressalta que essas concessões são fundamentadas nos direitos humanos universais e reitera a sexualidade como uma parte central do indivíduo. Portanto, esse documento propõe refletir a conceituação de sexualidade e saúde sexual, tendo o incentivo da liberdade, da dignidade e da equidade como valores centrais dos seres humanos, presente nos dezesseis artigos apresentados.

Segundo Rios (2006) ressalta que a procura pela concepção dos direitos sexuais proporciona que os movimentos sociais e os profissionais, um instrumento de intervenção eficaz, pois os direitos sexuais se inserem em um modelo de garantia do direito democrático da sexualidade, fomentado pelos princípios da

igualdade, da liberdade e do respeito à dignidade através dos direitos constitucionais e dos direitos humanos.

Direito à liberdade sexual; direito à autonomia sexual, integridade sexual e à segurança do corpo sexual; direito à privacidade sexual; direito ao prazer sexual; direito à expressão sexual; direito à associação sexual; direito às escolhas reprodutivas livres e responsáveis; direito à informação sexual livre de discriminações. Estes são alguns dos desdobramentos mais importantes dos princípios fundamentais da igualdade e da liberdade que regem um direito da sexualidade. Liberdade, privacidade, autonomia e segurança, por sua vez, são princípios fundamentais que se conectam de modo direto ao direito à vida e ao direito a não sofrer exploração sexual (Rios, 2006, p. 85).

Sendo assim, a base dos direitos sexuais como garantia fundamental para os indivíduos viabiliza o enfrentamento das violações de direitos por discriminações de gênero e homofobias, que sejam diferentes da “normalidade” muitas vezes são discriminadas pela sociedade conservadora. Portanto, os direitos sexuais fazem parte dos direitos fundamentais do indivíduo, onde adquirir o direito de vivenciar sua sexualidade sem discriminações, sem violência de uma maneira satisfatória e saudável.

O Ministério da Saúde do Brasil (2009) divulgou um caderno temático em que os direitos sexuais são pronunciados como direitos humanos estimados por leis nacionais e documentos internacionais, onde aborda:

a) o direito de viver e expressar livremente a sexualidade sem violência, discriminações, e imposições e com respeito pelo corpo do(a) parceiro(a); b) direito de escolher o(a) parceiro(a) sexual; c) direito de viver plenamente a sexualidade sem medo, vergonha, culpa e falsas crenças; d) direito de viver a sexualidade independentemente de estado civil, idade ou condição física; e) direito de escolher se quer ou não ter relação sexual; f) direito de expressar livremente sua orientação sexual: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, entre outras; g) direito de ter relação sexual independente da reprodução; h) direito ao sexo seguro para prevenção da gravidez indesejada e de DST/HIV/Aids; i) direito aos serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e atendimento de qualidade e sem discriminação; j) direito à informação e à educação sexual e reprodutiva (Brasil, 2009, p. 04).

Percebe-se que o debate sobre sexualidade na perspectiva dos direitos ainda é tímido e com práticas sociais discriminatórias, no entanto existe regulamentações que afirmam que os direitos sexuais são a concretização da sexualidade no escopo da política dos direitos, que permanece em fase de elaboração, asserção, debates e reflexões.

De acordo com as Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: Uma abordagem baseada em evidências, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, orienta aos Estados a promoção de campanhas educativas sobre direitos sexuais e reprodutivos e a

inserção deste assunto nos currículos escolares nacionais. Além disso, incentiva participação das/os adolescentes no planejamento das políticas públicas, a abordagem de conteúdos sobre comportamentos sexuais seguros, doenças sexualmente transmissíveis, proteção crianças e os adolescentes de informações sobre violência sexual (Unesco, 2019).

No que tange à política de saúde, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989) ressalta que o Governo deve fomentar o exercício dos direitos sexuais para crianças e adolescentes sem práticas conservadoras, propondo que no decorrer dos atendimentos e acompanhamentos com esse público sejam enfatizados a proeminência da autonomia, do sigilo e da privacidade deles diante os atendimentos sobre à sexualidade e reprodução e demais assuntos.

Nota-se que a atuação das políticas públicas nas abordagens mais atuais diante a sexualidade, pode contribuir para que o Estado crie legislações para a inserção desse assunto nos espaços de socialização. Promovendo estratégias que incentivem a participação do público infantojuvenil na gestão das políticas públicas, na destinação de verba pública para a efetivação dos direitos, que incentive programas de equidade de gênero, ações de superação de preconceitos e discriminação. Sendo assim, propor a atuação do público infanto- adolescente em todas as políticas públicas, averiguar que as crianças, adolescentes e seus responsáveis tenham acesso os princípios básicos de saúde sexual e reprodutiva, assim como a compreensão sobre infecções sexualmente transmissíveis. Com a finalidade de proporcionar orientações o Ministério da Saúde desenvolveu o *Manual de Rotinas para Assistência a Adolescentes Vivendo com HIV/Aids Brasil* (2006, p. 9):

Estima-se que, a cada ano, um contingente de 4 milhões de jovens torna-se ativo sexualmente no Brasil. O início precoce da vida sexual pode ser considerado um agravante para o comportamento de risco frente ao HIV/ aids. O número elevado de ocorrências de gravidez na adolescência em jovens entre 10 e 19 anos, somado ao aumento da ocorrência de doenças sexualmente transmissíveis e à intensificação do consumo de drogas, ajuda-nos a entender melhor porque os jovens brasileiros são, cada vez em maior número, vulneráveis à infecção pelo HIV/aids.

Observa-se que a negação dos parceiros sexuais em colocar a camisinha como meio de proteção fez com que os índices de HIV/ aids aumentassem e a ausência de esclarecimentos diante o cuidado com a saúde das meninas. Nota-se, que esse fator está relacionado a várias práticas culturais, como o machismo, a relação de poder do homem sobre a mulher, o não uso de camisinha como um ato de fidelidade, a ausência de esclarecimentos, o tabu em abordar questões

relacionadas a sexualidade fazem com que os jovens tenham consequências desastrosas.

Outro dado não menos preocupante é a crescente incidência da aids em relação à faixa etária de 13 a 19 anos em adolescentes do sexo feminino, o que pode provocar uma regressão na luta contra a epidemia no Brasil, principalmente pelo perigo de umaumento da transmissão vertical do vírus (de mãe para filho, durante a gestação, parto ou amamentação). Tal fato pode ser explicado pelo início precoce da atividade sexual em relação aos adolescentes do sexo masculino, normalmente com homens com maior experiência sexual e mais expostos aos riscos de contaminação por DSTe pela aids. (Brasil, 2006, p.19).

Frente aos dados onde informam que os adolescentes e jovens são os maiores grupos afetados pela infecção por HIV/aids, é de extrema relevância a presença dos direitos sexuais como forma de acesso ao cuidado. Além disso, o acesso à informação pode prevenir diversos desconfortos como: realização de abortos (legalizados) por crianças e adolescentes, contração do vírus HIV/Aids na adolescência, gravidez precoce, evasão escolar por gravidez e a violência sexual. Acrescenta também a ausência de conversas sobre a sexualidade entre os familiares e criança/ adolescente tornando-se um entrave para concretização dos direitos sexuais das crianças e adolescentes, além de se exporem em ambientes de inseguranças por falta de orientações e conversas que poderiam efetivar o cuidado e a proteção para eventuais riscos.

Do ponto de vista de um direito democrático da sexualidade, a esfera privada, especialmente familiar, não pode converter-se em refúgio para o machismo ou o heterossexismo, implicando a desvalorização cultural e econômica, feminina, infantil, adolescente ou homossexual. De fato, tais desigualdades no seio familiar atuam de modo decisivo e contínuo para a restrição da autonomia e da igualdade de oportunidades entre os sexos e entre pais e filhos. (Rios, 2006, 93).

O debate sobre direitos sexuais de crianças e adolescentes ainda é um campo minado, ainda é visto com resistência por uma parcela da sociedade, que possuem ideais conservadores e tabus sobre o tema. Essas pessoas veem a sexualidade, somente como assunto destinado ao mundo do adulto, pelo fato de crianças e adolescentes serem indivíduos em estado próprio de desenvolvimento. O direito sexual não instiga o incentivo ao sexo durante a infância e sim aos processos que estão envolvidos no modo como a sexualidade se manifesta durante a infância e a adolescência, e a garantia de condições necessárias ao acesso a informações de acordo com a faixa etária e adequadas a vivência sexual, portanto, o direito sexual fomenta o acesso à autonomia e o direito à proteção. Sendo necessário uma agenda política brasileira atenciosa para o direito sexual de crianças e adolescentes como uma estratégia de cuidado, pois a negação da participação deste público nesse processo é uma violação dos direitos humanos.

4

Educação Sexual como estratégia de prevenção ao abuso de sexual de crianças e adolescentes

Considera-se de suma importância questionar as condições socioculturais que ainda permitem, na atualidade, a reprodução de tabus sobre sexualidades. Portanto, acredita-se que este tema também seja de responsabilidade daqueles que produzem conhecimento científico, ao auxiliar na indicação de possíveis parcerias políticas e sociais com a sociedade civil.

Para a presente pesquisa, parte-se da premissa que no imaginário coletivo socioculturalmente construído, familiares e responsáveis podem interpretar a educação sexual como estímulo para que crianças e adolescentes aprendam a “fazer sexo” de acordo com as propagações do senso comum. Além disso, acredita-se que as campanhas de prevenção à violência sexual realizadas no país permanecem limitadas à campanha de prevenção do dia 18 de maio, que é reconhecido como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, não se caracterizando como uma política social continuada, mas fragmentada e pontual. Acredita-se, ainda, que temas acerca de sexualidades e gênero são pouco discutidos no âmbito da família, em virtude de crenças moralizantes e tabus.

Como possibilidade, discussões que abordam a sexualidade, seja por meio de temas transversais ou como tema principal durante o processo de socialização, parecem ser um dos caminhos para o esclarecimento e prevenção ao abuso sexual no autocuidado e na preservação do direito às experiências sexuais saudáveis.

Portanto, o tema de estudo proposto para a dissertação trata da introdução da educação sexual como fator de desconstrução do tabu em torno da sexualidade nos espaços de socialização de crianças e adolescentes e como estratégia de prevenção ao abuso sexual. Em face deste tema, através da pesquisa de campo foi possível compreender sobre essa temática no imaginário social, de crianças, adolescentes e seus responsáveis de como compreendem sobre esse assunto.

4.1. Percurso metodológico

A presente dissertação utilizou a abordagem qualitativa, presente a revisão bibliográfica acerca das categorias centrais de análise que foram: prevenção, abuso sexual e educação sexual, a fim de conhecer e fundamentar teoricamente o objeto de análise da pesquisa. Além disso, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas para produção de dados primários e como método de análise das informações produzidas, à metodologia, Conforme Minayo (2015 p.14):

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). A metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está referida a elas.

Sendo assim, a metodologia através de sua teoria é o caminho que o pesquisador encontra para colocar sua pesquisa em prática, utilizando o método desejado e favorável, além das técnicas e da imaginação do pesquisador para conhecer a realidade social.

A realidade social é o local onde ocorre a movimentação da vida do indivíduo e da coletividade, neste espaço que é cheio de significados, rico em teoria, pensamento e discurso. Sendo assim, somente os códigos teóricos são insuficientes para compreender toda a vida social.

As Ciências Sociais propõem ferramentas e teorias que podem fazer uma aproximação com a existência dos indivíduos na sociedade mesmo que de forma incompleta, imperfeita ou que não traga satisfação. Portanto para Minayo (2015), as Ciências Sociais se baseiam nas expressões humanas permanentes, nas estruturas, nas maneiras, nas exhibições sociais, nas expressões das subjetividades, nos significados e símbolos. Assim, o meio social e sua realidade são espaços onde estão contemplados diversos significados das ações humanas, sendo um local propício e enriquecedor para realizar pesquisas.

As Ciências Sociais são um campo amplo que estuda os aspectos importantes de uma determinada sociedade, assim como suas origens, costumes, características, transformações, entre outros. Na opinião de Minayo (2015, p. 14), “é preciso afirmar que o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo”.

Diante disso, a pesquisa qualitativa se torna grandiosa porque ela é essencialmente humana e reporta a indagações particulares, Minayo (2015, p. 21) relata que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos.

Desta forma, a utilização da pesquisa qualitativa nesta dissertação é devido aos benefícios que essa abordagem proporciona e a adequação do método para as análises em questão.

Vale destacar que o objetivo geral do projeto visa a identificar e analisar sentidos atribuídos por famílias atendidas no projeto Talentos do Tatame, em Petrópolis, acerca da educação sexual de crianças e adolescentes. Os objetivos específicos são: identificar se e como campanhas de prevenção ao abuso sexual atingem crianças, adolescentes e familiares; analisar resistências à temática da educação sexual nos espaços de socialização de crianças e adolescentes e verificar a existência de diálogo, no seio da família, sobre proteção do corpo como forma de cuidado.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas junto aos participantes e familiares do projeto Talentos do Tatame, buscando identificar, nas respostas dos entrevistados sentidos atribuídos à educação sexual, bem como tabus e resistências acerca do tema.

Foram realizadas 18 entrevistas, divididas entre três públicos, sendo o primeiro as crianças de 6 até 11 anos, quatro do sexo feminino e dois do sexo masculino. O segundo grupo foram entrevistas com adolescentes, de 12 até 17 anos, sendo 3 do sexo feminino e 3 do sexo masculino; por fim, o último conjunto analisado foram os responsáveis composto 5 do sexo feminino e 1 do sexo masculino, com idade de 27 até 46 anos. Vale destacar, que nesta etapa, todos se voluntariam para participar da pesquisa, crianças e adolescentes mediante a autorização de seus pais ou responsáveis. Além disso foi explicitado sobre os termos de consentimento e assentimento. Os familiares, crianças e adolescentes foram convidados a participar da pesquisa, primeiramente, pelo critério de maior tempo de participação no projeto, atingindo o quantitativo estipulado.

Após essa etapa foi realizada a análise do material, procurando classificá-lo em categorias que pudessem favorecer a compreensão do objeto da pesquisa, por meio daquilo que está presente nas falas dos entrevistados e, então, utilizar a interpretação de sentidos.

A interpretação de sentidos se baseia em uma perspectiva socioantropológica, com ênfase no fenômeno cultural, cuja influência é um trajeto da análise de significados no interior de uma perspectiva de correntes compreensivas das ciências sociais que analisa: ações, palavras, conjuntos e inter-relações, grupos, instituições, conjunturas entre outros (Gomes, 2005).

Para análise do material resultante do trabalho de campo, utilizou-se o método de interpretação de sentidos, considerando princípios indicados por Gomes (2015) que consistem na busca da lógica interna dos fatos e dos relatos e identificam tais relatos no contexto dos sujeitos. A teoria de interpretação de sentidos articula as perspectivas hermenêutica e dialética, com o objetivo de considerar, a um tempo, o “significado consensual daquilo que nos propomos interpretar e estabelecermos uma crítica acerca dos dissensos e das contradições dos significados e sobre as suas relações com o contexto (Minayo, 2002; 2006)” (Gomes, 2015, p. 99).

Ressalta-se que o estudo seguiu todas as normativas éticas de preservação da integridade dos participantes e respeitando a disposição voluntária dos entrevistados, conforme disposto na Resolução 510/16, do Conselho Nacional de Saúde, que regula a realização de pesquisas envolvendo seres humanos.

4.2. Apresentação do campo

No que se refere ao campo de estudo, Flick (2009, p. 109-110) afirma: “O termo genérico ‘campo’ pode designar uma determinada instituição, uma subcultura, uma família, um grupo específico de pessoas com uma biografia especial, tomadores de decisões em administrações ou empresas, e assim por diante”.

Atualmente, esta pesquisadora trabalha em um projeto social, desde 2017, fundamentado na lei Federal de Incentivo ao Esporte¹¹ desenvolvido pela Federação da Indústria do Rio de Janeiro (Firjan) em parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi) e a Prefeitura Municipal de Petrópolis, com patrocínio da empresa GE Celma e Ministério da Cidadania - Secretaria Especial do Esporte, com gestão da Divisão de Projetos Integrados em Responsabilidade Social (DPIRS) da Firjan.

Este projeto é chamado “Talentos do Tatame”, localizado no endereço: Avenida Barão do Rio Branco, 1564, Centro, Petrópolis- Rio de Janeiro presente seis turmas sendo elas nos dias e horários: terças-feiras e quintas-feiras 15h, 16h e 17h e quartas-feiras e sextas-feiras 8h, 9h e 10h, com o tempo de duração de 60 minutos em cada aula.

Sendo os objetivos específicos: promover a aprendizagem do judô para 80 crianças e jovens participantes do projeto; oportunizar a prática de um esporte, estimulando a melhoria da qualidade de vida e a convivência social por meio da prática esportiva, promover o acompanhamento social das crianças e familiares envolvidos no projeto e estimular a melhoria do rendimento escolar dos participantes (Firjan, 2017).

O Projeto Talentos do Tatame, trabalha através da modalidade esportiva judô, cuja manifestação desportiva descrita no projeto é o esporte educacional que visa a inclusão social, onde seu alicerce é o processo de aprendizagem e desenvolvimento pleno do ser humano, para além da formação da criança/adolescente como atleta (Firjan, 2017).

O Talentos do Tatame, por ser um projeto de continuidade com mais de 6 anos de execução, sempre recebeu crianças e adolescentes de diferentes perfis, faixa etária, com e sem deficiência e por isso se tornou uma referência no município de Petrópolis por proporcionar a prática do judô na cidade e com lista de espera.

Dessa forma, a atuação da pesquisadora é como assistente social, realizando os acompanhamentos sociais com familiares e alunos. Neste espaço são proporcionadas reuniões mensais com responsáveis favorecendo o estreitamento dos laços afetivos e de solidariedade com a comunidade local; por

¹¹ Lei n.º 11.438/2006, sancionada em 29 de dezembro de 2006, autoriza empresas e pessoas físicas a aplicarem parte do que pagariam de Imposto de Renda em projetos esportivos aprovados pela Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania. As empresas podem investir até 1% desse valor e as pessoas físicas, até 6% do imposto.

fim também é realizado o acompanhamento escolar com a finalidade de incentivar a permanência nas escolas e a melhorar seu rendimento escolar.

Além disso, na atuação da profissional está presente Metodologia do Acompanhamento para o Desenvolvimento Humano, que faz parte da Divisão de Projetos Integrados em Responsabilidade Social. Essa metodologia é composta por um itinerário informativo que norteia as ações para a aplicabilidade dessa prática, em cujo espaço é estimulado o desenvolvimento de habilidades e competências socioemocionais, abordando temáticas como: identidade, diversidade, autocuidado, projeto de vida, mercado de trabalho, empatia, respeito, solidariedade, resiliência, proatividade, autonomia, cooperação, autogestão, comprometimento etc. Priorizando pleno desenvolvimento humano, assim como seus potenciais, visando o indivíduo de forma integral, sendo composto por oficinas, palestras, capacitações, torneios, dinâmicas, roda de reflexão, passeios etc.

Portanto, o Talentos do Tatame tem a finalidade de garantir a crianças e adolescentes de famílias que vivem em condições de vulnerabilidade social, o acesso ao Esporte através de aulas de Judô, como instrumento de inclusão social, saúde e lazer, a crianças e jovens das comunidades do entorno dos bairros Retiro, Correias e adjacências no município de Petrópolis, promovendo a melhoria da qualidade de vida dos participantes.

Em face do campo apresentado, nota-se que é um ambiente familiar à pesquisadora, importando em desafio para a pesquisa, pois o processo de estranhamento do que é familiar, como sugere Gilberto Velho, precisa ser enfrentado intelectualmente e emocionalmente, permitindo diversas interpretações relacionadas aos fatos que se pretende estudar. Velho (1978, p. 131) aponta:

[...] o estudo do familiar oferece vantagens em termos de possibilidades de rever e enriquecer os resultados de pesquisa. Acredito que seja possível transcender, em determinados momentos, as limitações de origem do antropólogo e chegar a ver o familiar não necessariamente como exótico, mas como uma realidade bem mais complexa do que aquela representada pelos mapas e códigos básicos nacionais e de classe através dos quais fomos socializados. O processo de estranhamento familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito dos fatos, situações. O estudo de conflitos, disputas, acusações, momentos de descontinuidade em geral é particularmente útil, pois, ao se focalizarem situações de drama social, podem-se registrar os contornos de diferentes grupos, ideologias, interesses, subculturas etc., permitindo remapeamento da sociedade.

Por conseguinte, ao investigar esse campo familiar permitiu a realização da pesquisa com os participantes e seus familiares da instituição, onde esta pesquisadora atua há mais de cinco anos, realizando interação e intervenção social. Segundo Velho (1978, p. 132):

[...] o familiar, com todas essas necessárias relativizações é cada vez mais objeto relevante de investigação para uma antropologia preocupada em perceber a mudança social não apenas ao nível das grandes transformações históricas, mas como resultado acumulado e progressivo de decisões e interações humanas.

No que se refere à aproximação dos participantes nas instituições, o pesquisador pode enfrentar a dificuldade da disponibilidade (Flick, 2009). Com isso, a relevância em ter escolhido esse campo para realizar a pesquisa, assim como o critério de seleção aos participantes mais antigos da instituição, devido aos laços de afinidade e solidariedade construídos no decorrer desses anos, podendo facilitar a abordagem de temática que ainda representa tabu no Brasil.

4.3. Aspectos éticos da pesquisa

Nota-se, que a construção da pesquisa está baseada nos aspectos éticos, levando em consideração as normas que regem essa documentação, além disso, é claro da metodologia auxiliando todo o processo da dissertação. Conforme Costa (2021, p. 7):

[...]entendemos metodologia como uma preocupação epistemológica e ontologicamente alinhada com a lógica da pesquisa, seus processos e sua estrutura. É através da metodologia que garantimos que os métodos, como técnicas instrumentais de coleta e análise de dados, estejam alinhados com nossas visões de mundo, isto é, nossa ontologia e nossa epistemologia.

Desta forma, a construção da metodologia é um processo decisivo e desafiador para pensar sobre análises e coletas dos dados que se pretende usar na pesquisa, pois estes fatores têm relação direta com as visões e percepções de mundo assim como ética em pesquisa.

A pesquisadora faça o trabalho completo de esclarecer como entende seu papel no mundo (ontologia); sua forma de acessar esse mundo (epistemologia) e, portanto, de produzir conhecimento; sua maneira de organizar a estratégia para esse “acesso” de forma a não contradizer sua ontologia e epistemologia (metodologia); e o “acesso” em si (método). (Costa, 2021, p. 7).

Ao construir a metodologia sob uma visão de mundo é necessário pensar nos aspectos éticos dos atores envolvidos neste processo, assim como nos riscos e benefícios.

Nota-se que, para compreender os riscos e benefícios que perpassam o projeto de pesquisa e construir os aspectos éticos da pesquisa foi necessária leitura aprofundada das normas das resoluções nº 466/12 e n.º 510/16, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), bem como a obra intitulada *Breve Guia Sobre Ética em Pesquisa: parâmetros éticos de pesquisa e submissão junto à Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio* (Costa, 2021).

Após aprovação pela banca de qualificação do presente projeto e o envio do material à Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio, para sua análise, avaliação e autorização. Somente após sua aprovação foi realizado a pesquisa de campo, enquanto era aguardado a resposta da Câmara de Ética, a autora se debruçava ao referencial teórico.

Após o parecer da Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio foi realizado a pesquisa de campo, esta que teve um convite para os atuantes do projeto Talentos do Tatame e seus responsáveis explicando o processo e o objetivo da pesquisa. Após o aceite voluntário da participação na pesquisa, foram fornecidos aos sujeitos pesquisados os seguintes termos, constantes na seção Apêndices: Termo de Consentimento Livre Esclarecido (adulto), para os adultos participantes da pesquisa, Termo de Consentimento Livre Esclarecido (responsáveis) que foram assinados por seus responsáveis legais com o intuito de obter autorização para participação das crianças e adolescentes na pesquisa; Termo de Assentimento Livre Esclarecido que foram assinados por crianças e adolescentes participantes da pesquisa.

As entrevistas foram construídas de forma semiestruturada com perguntas abertas e fechadas, constantes na seção de Apêndices, as quais permitirão também o conhecimento do perfil dos participantes, uma vez que se considera relevante para a análise das informações obtidas na pesquisa.

A partir disto, a fim de refletir criticamente acerca das percepções dos participantes do projeto Talentos do Tatame e seus familiares em torno dos sentidos atribuídos sobre educação sexual, tendo em vista as complexidades que atravessam essa temática, o método de análise a ser empregado nesta pesquisa foi por base a interpretação dos núcleos de sentidos identificados nas falas dos sujeitos pesquisados.

Esta pesquisadora se comprometeu a respeitar as opiniões dos participantes, assim como as informações obtidas durante esse processo reassumindo o compromisso em defender e nortear-se pelos princípios do Código de Ética do Assistente Social, buscando a eliminação de todas as formas de preconceito, o incentivo da liberdade como valor ético central, a estimulação da autonomia, do incentivo à participação social e política, o favorecimento da diversidade e inclusão e, por fim, a defesa e a garantia dos direitos humanos.

Ao reafirmar o comprometimento com o código de ética do Serviço Social, durante a elaboração dos cuidados éticos da pesquisa, enfatizando principalmente seu artigo 1º que preconiza o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (Brasil, 2012, p. 23). Sendo assim, esta pesquisadora se responsabilizou por reforçar o compromisso com a liberdade dos participantes deixando-os à vontade para responderem ou não a pesquisa. Sinalizando que a participação é voluntária e a qualquer instante o sujeito pesquisado poderia desistir da entrevista ou recusar-se a respondê-la. Reforçando que a recusa não implicaria negativamente em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição.

Durante a elaboração do Termo de Consentimento e Assentimento da pesquisa foi considerada uma linguagem acessível tanto para os responsáveis que possuem baixa escolaridade, como para as crianças e adolescentes, de acordo com suas idades. Ademais está presente nestes termos o incentivo à diversidade e à inclusão, evitando-se toda forma de preconceito.

Vale ressaltar, que no documento constou que a pesquisadora esteve à disposição para esclarecer qualquer dúvida sobre a participação dos sujeitos pesquisados e sobre o projeto de pesquisa.

Nos termos apresentados foi explicada a finalidade da pesquisa que é compreender e analisar os sentidos atribuídos por familiares em torno a temática educação sexual como meio de prevenção ao abuso sexual, levando em consideração os aspectos culturais que permeiam esse assunto.

Nesse processo foi reforçado que a execução dessa pesquisa pode ser pertinente para a ciência como suporte para fortalecimento de políticas públicas para o enfrentamento da violência sexual. No que tange à relevância social, este projeto visa à garantia do acesso à informação como meio de prevenção e conseqüentemente à garantia do direito em preservar o corpo e a saúde mental da criança e do adolescente, do direito à proteção e à consolidação da cidadania.

Além disso, foi informado ao sujeito pesquisado sobre o tempo que desejasse para responder as questões, sendo informado sobre o quantitativo das perguntas e sua finalidade.

Foi enfatizado que todas as informações obtidas na entrevista serão utilizadas somente para os fins da pesquisa acadêmica e qualquer elemento que possa identificá-los receberá um tratamento sigiloso com a finalidade de resguardar suas identidades, reforçando que a participação na pesquisa será tratada de forma anônima.

Vale ressaltar que os artigos nº 15 e 17 do código de ética do assistente social preconizam o compromisso com o sigilo profissional (Brasil, 2012, p. 35). Portanto, além das diretrizes éticas profissionais o documento cumprirá as exigências das resoluções nº 466/12 e nº 510/16, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e as orientações do *Breve Guia Sobre Ética em Pesquisa: parâmetros éticos de pesquisa e submissão junto à Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio* (Costa, 2021).

No que se refere ao resultado da pesquisa, tais dados serão apresentados em conjunto, não sendo possível identificar quem participou da pesquisa. As apurações das informações serão divulgadas na defesa da dissertação, em eventos acadêmicos e periódicos científicos. Desta forma, a pesquisa buscou atuar em conformidade com o Código de Ética dos Assistentes Sociais, no que tange art. 5º, alínea d: “devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses” (Brasil, 2012, p. 29) reforçando assim os deveres do assistente social com o/a usuário/a.

Além disso, foi informado que as entrevistas iriam ser gravadas para que, posteriormente, fosse possível proceder às transcrições destes dados com a finalidade de reunir as informações coletadas. Os conteúdos das gravações ficarão guardados em um arquivo sob a responsabilidade desta pesquisadora e serão descartados cinco anos após a finalização da pesquisa.

Além disso, foi informado sobre o risco da participação neste estudo, uma vez que as perguntas poderiam acarretar desconfortos emocionais, timidez em responder, sensação de invasão de privacidade etc. Contudo, caso a pesquisadora observasse algum desconforto no decorrer da entrevista, a pesquisa seria interrompida e a atenção seria voltada para a resolução de demanda do sujeito pesquisado. Caso seja necessário, após esse evento, o participante seria encaminhado para profissionais especializados da rede pública socioassistencial do município de acordo com a demanda apresentada.

Foram disponibilizados no documento os contatos da pesquisadora, do orientador da pesquisa e da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio. Ressaltando que após a conclusão da dissertação, os/as participantes serão convidados/as para conhecer a pesquisa, assim como seus resultados.

Por fim foi informado aos sujeitos envolvidos na pesquisa não teriam custo algum ao participar desta atividade, que foram arcados pela pesquisadora, como transporte e alimento. Vale salientar que a pesquisa não contempla qualquer compensação financeira, tanto pela parte da pesquisadora e das instituições envolvidas, nem por parte dos participantes.

No que se refere aos custos alusivos à execução da presente pesquisa limitaram-se ao transporte desta pesquisadora até a instituição na qual foi realizado o trabalho de campo, e ao custeio do transporte e da alimentação dos sujeitos pesquisados, devido a configuração do projeto Talentos do Tatame de atender criança e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e econômica esses custos serão arcados pela pesquisadora. O valor gasto pelas despesas totais aproximadamente R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Vale destacar que esta pesquisadora recebe bolsa de fomento Capes que financia somente o pagamento das taxas de mensalidade da universidade referente ao curso de mestrado acadêmico. Portanto, o custeio dos gastos referentes à execução da pesquisa, acima descritos, foi arcado por conta da pesquisadora.

4.4.

A Pesquisa de Campo e Aplicação da Técnica de Entrevista Semiestruturada

Essa experiência foi realizada no espaço em que acontece o projeto Talentos do Tatame, a seleção dos participantes está relacionada ao tempo de permanência na instituição e aos vínculos estabelecidos no projeto, os agendamentos das entrevistas foram realizados de acordo com a disponibilidade de cada participante, estes receberam uma ajuda de custo simbólica para que pudessem se deslocar até o encontro. Os participantes da pesquisa são todos moradores da redondeza do bairro, com baixo poder aquisitivo, com renda mensal entre R\$900 até R\$ 1.600,00 e todas crianças e adolescentes estudam em rede pública de ensino.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas nos meses de setembro e outubro, nos três públicos selecionados com o total de dezoito entrevistas. No decorrer desse processo foi reservado uma sala para que os entrevistados pudessem se sentir à vontade para responder as perguntas, antes de iniciar a pesquisa era apresentado e explicado sobre os termos de consentimento para responsáveis e assentimento para crianças e adolescentes.

Além de tratar-se de uma pesquisa qualitativa durante o processo da entrevista foi fundamental compreender os sentidos que sujeitos dão a suas ações, vivências e fenômenos históricos, pois as contribuições de suas percepções e sentidos estão relacionadas à sua experiência social. Nesta ocasião foi necessário afastar do meio e se adentrar na pesquisa para compreender os sentidos que cada participante trazia, à medida que a pesquisa avançava.

A seguir encontram-se os dados coletados das entrevistas com os participantes, nesta fase foi possível perceber os sentidos atribuídos sobre o cuidado ao corpo como forma de cuidado e o que eles compreendem sobre educação sexual.

4.4.1. Grupo 1, Crianças

No que diz respeito aos participantes da pesquisa: crianças e adolescentes, conforme o Estatuto da Criança e Adolescente evidencia no art. 2º “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (Brasil, 1990). A legislação reforça que art. 7º “A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” (Brasil, 1990). Portanto, essa pesquisa procura conhecer os sentidos atribuídos por crianças e adolescentes em torno da educação sexual, tendo como objetivo adquirir conhecimentos que possam subsidiar políticas sociais e públicas para a implementação da garantia de direitos, nesse caso o direito ao acesso ao conhecimento sobre educação sexual, como forma de cuidado e prevenção.

Na pesquisa de campo foram realizadas 9 perguntas aos participantes. Quanto a características sociodemográficas, trata-se de quatro crianças do sexo feminino, duas crianças do sexo masculino, sendo três brancas, um pardo, uma

preta e um preto, com idades de 6 até 10 anos. O restante das perguntas estava destinado propriamente aos sentidos por elas atribuídos à educação sexual.

No que concerne, a quinta pergunta: *Você sabe o que é educação sexual?* Todas as crianças responderam que não sabiam do que se tratava. Nesse tópico é visível notar o tabu que permeia esse tema e que os sujeitos pesquisados não souberam identificar o conteúdo tratado.

Diferente, da visão sobre esse assunto em outros países onde a educação sexual é legislada e com a participação do governo, como citado no capítulo II, os depoimentos de outros países como Holanda, Alemanha etc., ressaltam que as crianças que têm acesso a esse conteúdo, conseguem falar e abordar sobre essa questão com naturalidade e menos timidez.

Devido às respostas negativas das crianças entrevistadas em não conhecer a temática, nessa questão é visível notar o quanto ainda ocorre resistência por parte das instituições em abordar a educação sexual nos espaços de socialização de crianças e adolescentes, conforme descrito no segundo objetivo específico do projeto.

Em relação a sexta pergunta: *Alguma professora ou professor já falou sobre educação sexual para você?* Nesta ocasião todas as crianças responderam que não tiveram acesso a esse conteúdo na escola. Por conseguinte, o não debate da educação sexual nas escolas, dificultam a propagação de conhecimento diante esse quesito. Conforme Furlani (2009, p. 45) “A educação sexual deve começar na infância e, portanto, fazer parte do currículo escolar – as temáticas discutidas na educação sexual são conhecimentos imprescindíveis à formação integral da criança e do/a jovem.”

A falta de uma legislação que propague o conhecimento sobre educação nas escolas pode fazer com que as crianças não tenham acesso a esse conteúdo e assim podem não identificar os possíveis riscos de violência sexual. Conforme Meyer (2017, p. 45) “É por meio da educação sexual que se cria um ambiente seguro e de liberdade para que os alunos se comuniquem com pais e educadores abertamente, tendo uma fonte de proteção contra os eventuais perigos”. Além disso, a ação de cuidado e proteção de crianças e adolescentes é dever de toda a sociedade civil.

Diante disso, a função de proteger o público infanto-juvenil é da sociedade como um todo, sendo um dos meios mais eficazes para o enfrentamento ao abuso sexual a denúncia; e o ECA afirma que é dever de todas as pessoas denunciar situações de violência incluindo o abuso sexual (Brasil, 2022b).

Desta forma, é pertinente que as crianças tenham acesso à educação sexual, pois através desse conteúdo podem identificar situações de perigo e comunicar aos responsáveis e professores, além de realizar o cuidado como prevenção.

Neste tópico também foi visível notar a ausência das informações sobre educação sexual nos espaços de socialização de crianças e adolescentes, principalmente nas escolas, assim como a inexistência de campanhas de prevenção ao abuso sexual nesses espaços.

A respeito da sétima pergunta? *Você gostaria de aprender sobre cuidar do seu corpo?* Nesta pergunta, todas as crianças responderam que sim e somente uma participante complementou “sim, eu queria” (criança 3). Esse tópico demonstrou o quanto todas as crianças têm o interesse de saber sobre como se cuidar. Portanto, a educação sexual seria mais uma possível ferramenta para que a criança possa iniciar o autocuidado, que está relacionado aos conjuntos de ações que cada pessoa realiza para cuidar de si visando a qualidade de vida e ensinando desde cedo sobre a educação sexual como uma forma de cuidado com seu corpo.

Desta forma é relevante refletir sobre o papel da proteção integral para crianças e adolescentes, pois essa ação é primordial para o pleno desenvolvimento do público infanto-juvenil, pois a criança e o adolescente não deveriam sofrer violação de seus direitos, conforme art. 5º “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (Brasil, 1990).

No mais, o Estatuto complementa no o Art. 4º que é o dever das instituições, da família, da comunidade, do poder público e da sociedade como um todo garantir os direitos das crianças e adolescentes como: o direito, à vida, à alimentação, ao lazer, à cultura, ao esporte, à educação etc. são direitos básicos que fazem parte da proteção integral (Brasil, 1990).

Em vista disso, a atuação do Estado junto com a sociedade civil é essencial para a implementação da garantia dos direitos. Sendo assim, nesta pergunta todas as crianças afirmaram que gostariam de aprender sobre o cuidado com o corpo, essa questão esbarra no art. 4 do ECA, onde afirma que todas crianças e adolescentes têm o direito à educação, no entanto conforme os relatos dos participantes, a educação sexual ainda não é trabalhada nas escolas. Esse tópico confirma novamente a ausência da temática da educação sexual nos espaços de socialização de crianças e adolescentes.

No tocante a pergunta oitava: *Você tem vergonha de falar sobre o cuidado com as partes íntimas?* Todos os participantes responderam que têm vergonha em abordar sobre o cuidado com suas partes íntimas. Esse assunto está relacionado ao tabu que a sociedade tem em falar sobre a sexualidade. Desta forma, é necessário que o conteúdo sobre sexualidade comece a inserido na infância, Furlani corrobora:

[...] A sexualidade se manifesta na infância, na adolescência, na vida adulta e na terceira idade. Esperar para abordar a sexualidade, apenas na adolescência, reflete uma visão pedagógica limitada, baseada na crença de que a “iniciação sexual” só é possível a partir da capacidade reprodutiva (puberdade). Com isso, a Escola está sempre atrasada: em relação às expectativas e as vivências das crianças e jovens, em relação a sua capacidade de mudar comportamentos com a informação que oferece. (Furlani, 2009, p. 45).

Por isso, a inserção na infância sobre a sexualidade pode trazer efeitos benéficos, pois munidos de informações sobre esse tema, estes podem viver mais seguros através do acesso a informações, promovendo a qualidade de vida, o autocuidado e principalmente viverem bem e felizes. Segundo Furlani (2009, p.46) “As manifestações da sexualidade, em crianças, jovens e adultos produzem efeitos. Esses efeitos nos permitem compreender os significados culturais dessas práticas e as normas e regras da vida em sociedade, construídas discursivamente, na cultura”.

O tabu em falar sobre certos assuntos está relacionado, ao contexto cultural em que determinada sociedade se encontra. Neste caso, a falta do debate sobre a educação sexual, gerou aos entrevistados a vergonha em abordar sobre o cuidado com as partes íntimas. Portanto, mais uma vez é reforçado o quanto ocorre resistência dos espaços de socialização de crianças e adolescentes ao pontuarem sobre esse assunto, questão retratada no objetivo específico.

Vale destacar que, somente na última questão: *Seus familiares conversam sobre não deixar as pessoas encostarem em suas partes íntimas como, por exemplo, na figura abaixo?* As crianças afirmaram que todos os parentes conversam com elas sobre o cuidado ao corpo. Essa questão foi a única onde desenvolviam um pouco mais, além de responder sim ou não. Sendo, a maioria das respostas relatando que era a mãe que realizava a maior parte do cuidado e informação com seus filhos, somente uma criança que relatou que era seu pai que realizava esse cuidado “Sim, às vezes, meu pai disse que ninguém pode colocar a mão no meu peru e na minha bunda” (criança 2), outro relato de uma menina “Sim minha mãe ela sempre fala que eu não posso sentar no colo das pessoas,

que só mulher pode me dar banho e ninguém pode tocar no meu peito, perereca e bunda, só a mamãe” (criança 3).

Vale destacar, que a família está adentrada em determinado contexto político e sociocultural, onde através destes expõem sua visão e posicionamento de vida. E a atuação do papel do cuidado familiar no processo de desenvolvimento da criança é primordial, pois é no meio do seio familiar que seus membros constroem as relações de afetividade, solidariedade e confiança, onde também criam e transmitem crenças, valores, conhecimentos, hábitos e práticas de cuidado.

No que se refere ao cuidado, de acordo com os entrevistados, cinco crianças relatam que é sua mãe que conversa sobre o cuidado com o corpo e apenas uma criança informou que é seu pai que aborda sobre esse assunto.

A presença do papel paterno vincula-se com a relação afetiva e cotidiana com os filhos, mais presente em atividades de diálogo e brincadeiras, deixando para a mulher o papel dos cuidados diários de higiene, alimentação, etc. Com isso, as ações maternas e paternas ainda estão sob a égide de valores patriarcais (Araújo e Scalón, 2003).

Apesar da inserção do papel masculino em relação à divisão dos encargos domésticos e do cuidado com a prole, ocorre expectativas de que as mulheres continuem como responsáveis principais pelas atividades privadas, cuidado com os filhos e o lar.

Com isso, é visível notar nas falas da maioria das crianças a presença do sentido atribuído do papel da mulher com o cuidado com seus filhos.

Percebe-se, que a família se expressa como a primeira socialização, com transmissão de valores, costumes, ideais e cuidado, tendo a figura da mãe como cuidadora principal, historicamente responsável por essa função. Nota-se, que ainda ocorre a associação da mulher às tarefas domésticas e do homem ao papel do provedor.

Constata-se, que as transformações realizadas em relação a inclusão da mulher no mundo do trabalho refletem nos papéis desempenhados pelos seus membros. Com isso, as modificações realizadas no ambiente familiar concebem mudanças e permanências diante os papéis sociais apresentados na sociedade. No que tange, a mulher em muitos casos a sobrecarga recai exclusivamente para ela, pois além de desempenhar sua atuação no mercado de trabalho, ainda precisam lidar com as demandas das tarefas domésticas e cuidado com seus filhos, pois continuam se dedicando mais tempo que os homens nos serviços domésticos, além de desempenharem dupla jornada de trabalho, onde podem

ocorrer os desgastes físicos e emocionais, conforme atestam Araujo e Scalon (2003). No que se refere aos homens, estes passaram a ter uma participação maior diante aos cuidados com os filhos e em alguns casos na atuação dos serviços domésticos. Portanto, os papéis sociais assumidos dentro do lar podem gerar fragilidades em relação a desigualdade entre homem e mulher que podem influenciar na dinâmica familiar.

Conforme as exposições dos participantes, nota-se que em todas as respostas ocorre a existência de diálogo, no seio da família, sobre proteção do corpo como forma de cuidado.

Por conseguinte, ao realizar as pesquisas todas as crianças apresentavam timidez em suas respostas sendo a maioria sinalizando com sim ou não, poucas desenvolviam sobre as questões, sendo visível notar a dificuldade desses participantes ao abordarem sobre esse tema e o quanto o tabu sobre a sexualidade ainda está presente.

4.4.2. Grupo 2, Adolescentes

No que se refere as pesquisas realizadas com os adolescentes, estes desenvolveram um pouco mais sobre as questões, diferente das crianças a grande maioria não apresentou timidez ao responderem as perguntas, estas eram similares das realizadas com crianças.

A primeira pergunta era sobre nome, a segunda pergunta referente ao sexo, terceira pergunta sobre a idade, a quarta sobre cor/raça, sendo as perguntas quinta até a nona referente as percepções dos adolescentes sobre a temática. No que se diz a respeito dos entrevistados é composto por: seis adolescentes com idades de 12 a 16 anos, três do sexo masculino e três do sexo feminino, sendo duas pretas, um preto, um pardo, uma branca e um branco.

A quinta pergunta era sobre: *Você sabe o que é educação sexual?* Neste tópico, grande parte dos entrevistados responderam com naturalidade, no entanto é visível notar o sentido atribuído sobre o que se compreende por educação sexual, como a resposta dessa participante “sim, é o ato de penetração entre uma mulher e o homem que dá prazer em ambas as partes” (adolescente 1). Na percepção dela está relacionado ao ato de realizar sexo especificamente entre um homem e uma mulher.

O segundo participante relatou que “Já ouvi falar, mas não sei o que é” (adolescente 2). Mostrando que não tem domínio sobre o conteúdo, mas já escutou sobre a temática. A terceira entrevistada pontuou:

Mais ou menos, é...tipo assim, e que você não esteja ensinando a criança gostar do mesmo sexo, você está ensinando a ela que ser diferente não é um crime não é errado, você tem que ensinar ela a respeitar, educação sexual é você ensinar uma pessoa a respeitar a sexualidade e ensinar a respeitar a sexualidade de outras pessoas, não achar como uma coisa errada uma coisa feia porque é o que a pessoa é então a pessoa tem que respeitar e não gostar só respeitar (adolescente 3).

Percebe-se que a entrevistada 3, não pontuou exatamente o significado de educação sexual e sim as temáticas que perpassam por esse conteúdo. Portanto, o sentido atribuído que a adolescente 3 se refere a educação sexual está relacionada orientação sexual e a identidade de gênero, com destaque ao respeito às diferenças. Na visão de Furlani:

A educação sexual pode discutir valores como respeito, solidariedade, tolerância... E assim, questionar preconceitos – sempre que possível, as atividades programadas devem levar as crianças e jovens a refletir sobre a importância de se aceitar “o outro”, “o diferente”. Essa educação pode ser vista como uma forma da Escola contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, na busca pela paz, contra as muitas formas de exclusão baseadas no sexo (o sexismo e o machismo), no gênero (a misoginia), na raça (o racismo) e na sexualidade (a homofobia, a lesbofobia, a transfobia), na origem e classe social (a xenofobia). Resgatar valores humanos e considerar a diferença como positiva é contribuir para uma sociedade onde as pessoas sejam, efetivamente, mais felizes. (Furlani, 2009, p. 47).

Desta forma, a relevância de um espaço onde seja possível discutir sobre educação sexual e temas que tangenciam sobre essa questão, pois com a discussão de gênero e orientação sexual retirada da BNCC, os alunos não possuem acesso a esses conteúdos e com isso pode ocorrer dificuldades para sanar suas dúvidas com os educandos.

A seguir dois participantes responderam que não conheciam sobre educação sexual “Não” (adolescentes 4 e 5). O último participante relatou: “sei, é quando você ensina a criança sobre o que é, não sei explicar com uma palavra o que é” (adolescente 6). Percebe-se que o adolescente 6 não conseguiu expressar o que compreendia sobre o conteúdo, mas conforme seu relato sabe o que significa, denotando entender se tratar de um processo que designa como de “ensino”.

Portanto, nesta questão identifica-se que houve dois participantes que desconheciam sobre o conteúdo, sendo que um já tinha ouvido, mas não sabia do que se tratava e os restantes responderam que conheciam sobre o assunto. Dessa forma, é possível observar que o tema transita entres os adolescentes, não

atingindo a todos, mas uma parcela. Sendo assim, ainda está presente a resistência em abordar sobre a temática nos locais de socialização desse público, embora de maneira menos contumaz que em relação ao segmento infantil.

A sexta pergunta era: *Você já assistiu alguma palestra sobre educação sexual? Se sim o que você achou?* Todos os participantes responderam que não. Nessa questão é visível notar a falta de acesso que os adolescentes têm por essa temática, o quanto esse assunto ainda é visto como um tabu e com isso a falta de acesso a uma palestra, oficina, debate e disciplina.

Vale pontuar, que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, norteia o ensino no país e é um documento que estabelece os conteúdos primordiais que todos os educandos da educação básica devem aprender em cada ano escolar, tanto para escola pública e particular. A BNCC é obrigatória e é necessário o cumprimento dos currículos nas redes de ensino e nos projetos políticos pedagógicos. Sendo assim é a base dos currículos e todas as instituições devem seguir conforme está descrito neste documento. Cada rede poderá incluir, além do que determina a BNCC, como por exemplo, os temas transversais como a ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, educação financeira, educação sexual, etc.

Todavia, o currículo que crianças e adolescentes têm no Brasil a grande maioria das escolas não disponibilizam a educação sexual, que é disciplina considerada importante à promoção dos direitos humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Conforme as orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: Uma abordagem baseada em evidências, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, 2019, p. 16):

Baseada em direitos humanos – a EIS [Educação Integral em Sexualidade] se baseia e promove um entendimento da universalidade dos direitos humanos – incluindo os direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens – e do direito de todas as pessoas à saúde, à educação, à igualdade de informações e à não discriminação. A utilização de uma abordagem baseada em direitos humanos dentro da EIS também envolve a conscientização entre jovens, incentivando-os a reconhecer os próprios direitos, reconhecer e respeitar os direitos das outras pessoas, e defender aqueles cujos direitos são violados. Proporcionar aos jovens igual acesso à EIS significa respeitar seu direito ao mais alto padrão possível de saúde, incluindo escolhas sexuais seguras, responsáveis e respeitadas, livres de coerção e violência, bem como seu direito às informações necessárias para garantir o autocuidado eficaz.

Sendo assim, o acesso a uma disciplina de Educação Integral em Sexualidade, compreendida como educação sexual também seria uma forma de

garantir os direitos humanos, onde a criança e o adolescentes tem o direito ao acesso ao conhecimento sobre o corpo e a sexualidade.

Observa-se que nesta pergunta todos os adolescentes responderam que nunca assistiram nenhuma palestra sobre educação sexual e assim pode-se confirmar a dificuldade deste assunto nos espaços de socialização.

A sétima questão era: *Você gostaria de aprender/ saber mais sobre educação sexual?* Conforme o relato, “Sim, para não fazer merda porque de poder dar errado e minha mãe sempre disse que isso é uma coisa que não é para fazer de qualquer jeito” (adolescente 1), nesse caso o sentido atribuído para esta entrevistada está relacionado as práticas sexuais e o medo de poder dar algo errado. Outra participante relata a curiosidade em saber sobre o tema “Sim, porque é uma coisa que eu não sei e quero saber” (adolescente 2), a próxima participante respondeu com “Talvez” (adolescente 3) e o restante com “Sim” (adolescentes 4, 5 e 6).

Constata-se que cinco participantes gostariam de conhecer sobre a educação sexual, apenas um que respondeu com talvez, com isso, identifica-se abertura e interesse sobre a aquisição desse saber. Mesmo que os espaços de socialização não estimulem esse debate aos adolescentes, conforme as perguntas coletadas estes têm interesse em conhecer sobre o tópico.

A oitava questão era: *Seus familiares conversam sobre o cuidado com suas partes íntimas?* A entrevistada relatou que devido à dificuldade de diálogo com seus responsáveis abordou que “Não, prefiro manter distância desse assunto com os familiares pois eles são complicados” (adolescente 1). O próximo adolescente compartilhou sobre o diálogo aberto com seu pai sobre esse assunto “Sim, meu pai conversa, se prevenir, usar camisinha, lavar bem o pinto e pedir p tomar remédio, essas coisas e perguntar se ela está indo ao médico, porque tem risco, não sei...” (adolescente 2) sendo três participantes informaram que suas figuras femininas familiares abordam sobre o cuidado com as partes íntimas: “Sim, minha mãe conversa muito comigo sobre isso” (adolescente 3), “Sim, minha mãe e minha avó” (adolescente 4) e “Sim, minha mãe” (adolescente 5) por fim a última entrevistada relatou que não possui esse diálogo na família: “Não, ninguém” (adolescente 6). Esse tópico se trata da prevenção e como a família se apropria desse assunto para conversar com seus adolescentes e fornecer esclarecimentos. Nesta ocasião dois adolescentes responderam que não tem acesso a esse tipo de conversa com seus familiares, quatro adolescentes apontam que possuem esse diálogo, permitindo antever como não se trata de temática ampla e abertamente abordada em família.

Neste tópico, quatro adolescentes responderam que sim e dois responderam que não possuem o diálogo com seus familiares sobre proteção ao corpo como forma de cuidado, sendo 4 participantes que possuem esse diálogo com a família 3 são meninos e 1 é menina, no entanto 2 adolescentes são do sexo feminino e não possuem essa conversa com seus familiares. Sobretudo tendo em conta que é bem mais comum a preocupação das famílias (tarefa que, na ampla maioria dos casos, cabe à mãe ou outra mulher) em instruir adolescentes do sexo feminino, devido ao receio de gravidez precoce. Meninos tendem a ter mais acesso a imagens sexuais, mas em contrapartida, dispor de bem menos informações qualificadas acerca do funcionamento do próprio aparelho reprodutor e de autocuidado. Uma evidência clara de tal disparidade de tratamento entre os sexos feminino e masculino consiste na frequente consulta de meninas ao um especialista (ginecologista) ao se aproximar ou ocorrer a menarca, algo que raramente acontece com meninos ao terem sua primeira ejaculação (semenarca) ou outros indícios físicos de entrada na puberdade. Com isso, repara-se que ainda ocorrem tabus em algumas famílias sobre a sexualidade.

A última pergunta era: *Você tem vergonha de falar sobre a educação sexual e o cuidado com o corpo?* Nota-se, que a entrevistada 1 relacionou novamente a educação sexual, como um ato sexual e a mesma não apresentou vergonha a falar sobre educação sexual, “Não, porque eu acho que uma coisa normal e em algum momento da sua vida você vai ter que fazer” (adolescente 1). O segundo entrevistado relatou: “Não, porque precisa prevenir e saber da HIV” (adolescente 2), esse participante teve o sentido atribuído referente a educação sexual como prevenção a HIV, sendo, portanto, que a educação sexual em seu conceito também trabalha com a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, embora sua proposta seja bem mais abrangente, no sentido de autocuidado, realização e obtenção de prazer – em lugar de somente prevenir potenciais “problemas”. No que se refere aos adolescentes 3 e 5 ambos informaram que não possuíam vergonha, enquanto os adolescentes 4 e 6 relataram que sim e a última entrevistada falou: “Sim, porque não é uma coisa que as pessoas falam” (adolescente 6).

Percebe-se que o não dito pela sociedade pode gerar em alguns casos, como a resposta da adolescente 6, a vergonha por não dominar o assunto tratado, pois é algo que a sociedade discute pouco.

Por fim, quatro adolescentes responderam que não possuíam vergonha em falar sobre educação sexual e cuidado com o corpo, todavia dois participantes informaram que possuíam vergonha em tratar do assunto. Nesta ocasião, detecta-

se a ausência das campanhas de prevenção ao abuso sexual que atingem crianças, adolescentes e familiares; resistências das instituições em tratar a temática da educação sexual nos espaços de socialização de crianças e adolescentes e a ausência de diálogo de alguns familiares sobre proteção do corpo como forma de cuidado.

Logo, a pesquisa com os adolescentes demonstrou que diferente das crianças entrevistadas a grande maioria não apresentava timidez ao abordar sobre a educação sexual e conseguia desenvolver mais as respostas de acordo com seus conhecimentos. No entanto, foi perceptível o quanto a educação sexual ainda não atinge o público infanto-juvenil, ou seja, as crianças e os adolescentes em sua grande maioria não possuem o acesso sobre a educação sexual, sendo que esta temática perpassa as relações pessoais e são constituintes dos sujeitos e suas identidades no seu processo de desenvolvimento. Enquanto de um lado temos a opção de não discutir sexualidade, gênero e educação sexual nas escolas, onde os professores são apoiados pelas inexistências da temática nos currículos escolares, os educandos ficam sem acesso a esses saberes, dificultando assim seu processo de aprendizagem como um todo.

4.4.3.

Grupo 3, responsáveis / familiares

O terceiro grupo de entrevistados foram os responsáveis dos participantes do projeto, neste meio tinha: cinco pessoas do sexo feminino, uma do sexo masculino, sendo quatro mães, uma avó e um pai. Com idades de 27 anos, 39 anos, 38 anos, 39 anos, 35 anos e 46 anos. Sendo a raça/cor, três brancas, um pardo, uma parda e uma preta. No que se refere as atividades remuneradas: seis realizam atividades remuneradas sendo três com carteira assinada, trabalhando formalmente e três com trabalho informal ou “bicos”. A renda mensal dos entrevistados eram: responsável 1 (R\$ 900,00) responsável 2 (R\$ 1.600), responsável (R\$ 700,00) responsável 4 (R\$ 1000,00) responsável 5 (R\$ 950,00) e responsável 6 (R\$ 1.200). No que se diz aos benefícios cinco responsáveis possuem benefício (Auxílio Brasil e Cartão Imperial, que é destinado aos petropolitanos de baixa renda o valor de R\$70,00 mensais que tem como finalidade contribuir com a renda familiar para a aquisição de alimentos) e um não possui. As perguntas 1 ao 8 estavam relacionadas ao perfil do/a entrevistado/

família, o restante das perguntas era relacionado as percepções dos responsáveis.

A nona pergunta era: *Como são as conversas sobre a sexualidade e o cuidado com as partes íntimas com sua criança e/ ou adolescentes?*

Não entramos muito em assunto sobre sexualidade pelo fato das crianças terem uma distância de idade e fico sempre perdida de quando é a hora de entrar no assunto. Deixo sempre muito claro que as partes íntimas as quais eles sabem quais são só devem ser tocadas pela mãe em caso de necessidade por um médico sempre respondo de simples e clara as dúvidas, sem rodeios, mas só o quê pergunta, nada além... (responsável 1).

Nota-se, que a responsável 1 não entra em muitos detalhes sobre a educação sexual, pois não se sente segura em abordar sobre o conteúdo pois não sabe a hora adequada, mas deixa claro para os filhos sobre quem pode tocar nas partes íntimas.

Os responsáveis 2 e 3 relatam que conversam de acordo com a idade e o entendimento da criança, “As conversas são de acordo com a idade, aumentando conforme ela avança” (responsável 2) e “São conversas francas, mas nos termos que são entendidos por ele de acordo com sua idade” (responsável 3).

Com isso, vale ressaltar conforme a cartilha promovida pela Unesco: Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: Uma abordagem baseada em evidências, frisa o quanto o conteúdo é aplicado de acordo com a faixa etária de cada criança e adolescente, conforme vão se desenvolvendo, sendo a cartilha elaborada com estudos científicos por profissionais qualificados que propõem meios para aplicar o conteúdo através de um currículo base (Unesco, 2019).

Desta forma, a aplicabilidade da Educação Integral em Sexualidade tem em sua metodologia as faixas etárias para maior compreensão dos conteúdos que assim também podem ser apropriados pelos responsáveis, caso se sintam seguros também podem replicar esse estudo para as crianças e adolescentes.

A responsável 4 pontuou que tem um diálogo aberto com a filha e está sempre conversando com ela, principalmente ao cuidado com as partes íntimas.

Então com ela eu converso assim, é eu já expliquei qual é a parte íntima toda dela faço tudo na frente dela, mostro as partes íntimas, falo que tem que ter o cuidado e falo com ela pra nunca deixar ninguém encostar nela. Sempre que encostar, ela é minha amiga, então ela tem que vir conversar comigo não importa se é tio, se é tia então assim ninguém tem que ficar encostando nela a menos que precisem em alguma ocasião específica tipo, precisou ir numa piscina alguma coisa assim mas fora isso ela conversa. (responsável 4).

Percebe-se que a responsável 4 aborda sobre o cuidado com as partes íntimas procurando alertar sua filha, se colocando à disposição para conversar, afirmando se alguém tocar nela que a criança precisa falar com a mãe, pois elas são amigas, ou seja, possuem vínculos e têm espaço para confiança.

A responsável 5 relatou que sempre conversa com seu neto/filho sobre o cuidado com as partes íntimas e que sempre é muito aberta com a criança sobre esse assunto.

Em relação a isso, né? De cuidar, de falar, falar olha X a mãe eu sou a única pessoa que posso mexer no teu piruzinho, que posso lavar a sua bunda. [...] Porque eu sei que a gente criou ele dessa forma com esse tipo de preocupação porque hoje está muito difícil. **Eu sou da época que você acreditava que o pai era um super-homem.** Não pode muito afirmar isso, né? Então eu tenho muito medo. E hoje não, hoje ele tem o pai dele, o pai dele tá com a gente, né? Quer dizer, então ele tem a figura de um homem, então hoje a gente já não conversa muito é tudo com o pai dele. [...]. Em relação a isso Sim. (responsável 5).

Nota-se que a fala da avó demonstra a preocupação com o neto/filho e tenta ser clara sobre os toques nas partes íntimas, pois conforme relata hoje está difícil para confiar nas pessoas. Ressalta ainda que é de uma época em que os pais eram heróis e hoje já não pode afirmar sobre isso, demonstrando certa idealização quanto ao exercício da parentalidade em período histórico anterior.

A última entrevistada deixou claro que conversa com sua filha sobre o cuidado com o corpo e sobre o sexo, conforme seu relato, engravidou pois não sabia como acontecia e por isso procura sempre ter um diálogo com a filha.

Como eu engravidei com 14 anos da W eu não sabia que fazer sexo gerava um bebê, minha mãe e ninguém conversou comigo sobre isso. Então converso com a W sobre sexo e sobre o corpo dela que é dela e ninguém toca só ela. Que no banho o pai dela, somos separados né ele me batia muito e não deixava eu fazer nada, mas graças a Deus eu tenho um outro namorado que é maravilhoso e o pai da W me traiu e casou c essa mulher, já falei p ela que no banho só pode ser eu, ou avó e a minha irmã e mais ninguém. (responsável 6).

A responsável 6 em sua resposta acabou relatando sobre seu antigo relacionamento e as violências domésticas que sofria por ele e a preocupação com sua filha em relação ao ex-companheiro, principalmente nas horas do banho, explicando para a criança quem eram as pessoas que poderiam dar banho nela.

No que se refere às fontes primárias de informação, os responsáveis e familiares são os primeiros a realizarem essa conversa. A escola, professores e governo deve estender o conteúdo e complementar o ensino sobre a Educação Integral em Sexualidade em um espaço adequado, proporcionar recursos e matérias para a aplicação de um ensino de qualidade (Unesco, 2019).

Portanto, a aplicabilidade da Educação Sexual deve ser levada em consideração a atuação da família através das fontes primárias e a escola com apoio do governo complementar esse ensino com a finalidade de reforçar o conhecimento sobre essa temática.

No que se refere a nona pergunta: *Como são as conversas sobre a sexualidade e o cuidado com as partes íntimas com sua criança e/ ou adolescentes?* Nesta questão 5 responsáveis afirmaram que exercem o diálogo sobre o cuidado com as partes íntimas, somente a responsável 1 informou que não entra em muitos detalhes, mas que conversa sobre as pessoas específicas para tocarem nas partes íntimas de seus filhos, sendo os responsáveis 2 e 3 falam de acordo com a faixa etária criança e os responsáveis 4, 5, 6 possuem um diálogo aberto. Portanto, através das respostas da nona pergunta foi possível identificar que os responsáveis realizam o diálogo sobre proteção do corpo como forma de cuidado.

A décima questão era: *Já escutou sobre educação sexual?* Os responsáveis 1 e 3 responderam que “sim” (responsáveis 1 e 3)”, a entrevistada 2 relatou que nunca escutou sobre o tema. A seguinte entrevistada relata:

Então no colégio a gente não tinha tanto assunto era aquele assunto básico né? Que era só explicar a figurinha que estava ali e também assim os professores nem entravam muito nesse assunto hoje você já tem uma conversa mais íntima, né? Os professores já falam um pouco mais sobre o assunto, mas eu não sei como que anda isso no colégio, tá? (responsável 4)

De acordo com sua resposta a responsável 4, relata que na sua época escolar a educação sexual não era tão aprofundada e acredita que hoje as escolas devem abordar sobre essa temática.

Hoje algumas escolas abordam a Educação Sexual como um tema transversal e outras instituições ainda não debatem sobre esse conteúdo, porque ainda não tem nenhuma lei que regule a obrigatoriedade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) não aborda parâmetros para a educação sexual, no entanto, o Ministério da Educação garante que as instituições têm autonomia para propor quais temáticas devem ser ministradas aos educandos. Dessa forma, a ausência de uma lei para que a Educação Sexual seja abordada nas escolas dificultam a aplicação deste tópico, atualmente o que existe são as orientações técnicas que sugerem como a instituição poderiam conversar sobre sexualidade com as crianças e adolescentes.

A próxima entrevistada relata que:

Assim quando eu comecei né? Com ele eu assisti assim por exemplo vários programas né? Eu sempre procurava e pedia ajuda a minhas filhas né? [...] Que a gente então por exemplo, o X eu disse que seja um primo que for brincar com ele e mexer em alguma parte dele ele não vai brincar e assim que ele me ver ou o pai que ele vai falar X é desse, assim, a gente sempre mostrou isso a ele. Até as meninas, por exemplo, eu tenho duas filhas, né? A gente foi sempre criada com muito carinho. Aí quando o X, estava em uma fase que ele não podia ver o peitinho da irmã que ele queria botar a mão. Né? Ele coisa de criança né? Mas está errado. Aí a Y ah mãe que não tem nada a ver não. Eu falei tem sim Y. Porque ele está que ele está crescendo. Ele tem que entender. Ele não é um bebê. O bebê quer tocar o peito. Ele já ele está crescendo. Ele está virando um homenzinho. Né? Então a gente começou a cortar isso. Por exemplo. Se eu tomar um banho se eu estiver tomando banho X não entra. Biquíni é uma coisa normal. Não é uma coisa normal? Mas Deus me livre se o X me ver de calcinha e sutiã. Oh mãe, você está muito assanhada. Vai botar uma roupa. Você está entendendo o biquíni se eu tiver na piscina com ele. Eu falo X isso é a mesma coisa. Mas pra você ver que ele educou dessa forma, entendeu? Não olha se eu tiver trocando um pijama, uma né? Que às vezes a gente está ali, né? Conversando. Ah! Vou botar um pijama. Ele vira, entendeu? Então, assim, eu acho que nessa parte eu acho que a gente conseguiu assim distinguir, né? (responsável 5).

A entrevistada 5 relata que assistiu diversos programas e pedia ajuda de suas filhas para assistir documentários que abordassem sobre educação sexual e com isso foi aprendendo e orientando o filho/neto. Citou o exemplo do banho, quando está tomando a criança não entra no banheiro, assim como fica incomodado quando vê ela com calcinha e sutiã, no entanto quando a responsável está usando biquíni não ocorre esse desconforto. Vale destacar que o quanto a construção social influencia no julgamento dos indivíduos mesmo usando o biquíni que traje que cobre as partes íntimas como a calcinha e sutiã não gera desconforto, pois culturalmente o outro foi criado para serem usados na praia e piscina.

Por fim, a última entrevistada pontuou que só teve acesso a essa temática quando começou a realizar curso técnico de enfermagem, antes disso não conhecia sobre o tema. “Escutei depois de velha no curso técnico de enfermagem, fizemos um trabalho e um grupo explicou sobre a educação sexual, mas só aprendi disso no curso” (responsável 6).

Constata-se que com o acréscimo da escolaridade, acesso às universidades e a inserção no mercado de trabalho são fatores que contribuíram para a luta da emancipação feminina. Além do mais, a partir década de 1990 é apontado o aumento de mulheres em nível de escolarização no Brasil, ultrapassando os homens, reforçando que as condições de acesso de mulheres à educação aconteceram de maneira distinta colocando-as em desvantagem em relação aos homens (Stamatto, 2002).

Identifica-se que cada vez mais as mulheres estão ocupando os diversos espaços da sociedade que outrora era destinado ao sexo masculino, rompendo

barreiras e quebrando tabus, mostrando o quanto a questão de gênero é uma construção social, sendo cada vez mais necessário desconstruí-los.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988 foi estabelecido a igualdade dos direitos dos homens e mulheres por lei, todavia ainda há muito que se avançar em termos de igualdade de gênero, pois os ideais presentes no imaginário social, mesmo com a entrada no mercado de trabalho e a inserção nos estudos, a transformação do papel da mulher em relação ao cuidado doméstico com sua prole, ainda está ligada a essência feminina.

Dito isso, a entrevista 6 compartilhou que teve acesso a educação sexual quando estava fazendo seu curso técnico, além de retornar aos estudos a mesma continuou com os cuidados com sua filha. Desta forma, essa reflexão revela que cada vez mais as mulheres estão ocupando os espaços de saberes, equilibrando trabalho e cuidado com seus filhos, realizado triplas jornadas.

Nesse tópico, os quatro responsáveis relataram que conheciam o conteúdo, uma informou que não sabia e outro responsável pontuou que em sua época de colégio isso não era muito tratado e acredita que hoje nas escolas os professores abordam mais sobre o tema. Desta forma, não foi identificado sobre a atuação das campanhas de prevenção ao abuso sexual. No que se refere as resistências à temática da educação sexual, pelo fato de cinco participantes conhecerem a temática e apenas um não ter acesso a ela, isso revela que esse conhecimento não está sendo tão difuso para toda sociedade.

A próxima questão (décima primeira): *Para você o que é educação sexual?* “Vejo a educação sexual como uma maneira de conhecer o nosso corpo, saber sobre os limites de cada um” (responsável 1). Essa entrevistada compreende como uma forma de conhecer o corpo e acrescenta sobre o limite de casa pessoa. A próxima entrevistada acha que está relacionada ao sexo: “Acho que está relacionado ao sexo” (responsável 2). O entrevistado 3 alcançou o significado da educação sexual, que é propor o ensino e esclarecer sobre questões relacionadas a sexualidade, além de informar sobre: gravidez, métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis e riscos de violência sexual. “Conhecer sobre o corpo, sobre a sexualidade, sobre o ato sexual e todas nuances e consequências e risco e prazeres” (responsável 3).

O entrevistado 3 teve seu sentido atribuído se referindo a educação sexual para usufruir do próprio corpo, obter prazer, se relacionar bem consigo mesmo e com outras pessoas, reconhecer e respeitar as diferenças.

Outra entrevistada relacionou com a sexualidade “Para mim é saber sobre a sexualidade e tudo que envolve ela” (responsável 6). A entrevistada 4 abordou

que a educação sexual tinha que estar relacionada com o ensino do corpo para a criança sobre o funcionamento do corpo humano, nada além disso.

Eu acho que a educação sexual tinha que ser algo que ensinasse a criança a lidar com o corpo dela não importa não tinha que ensinar o que são outras pessoas, outras situações. Ensinar o básico, a filosofia normal do corpo do ser humano. Mas nada além disso (responsável 4).

No entanto, o ensino da educação sexual está relacionado a todos os assuntos que perpassam a vida do indivíduo. Segundo Unesco (2019), a educação sexual proporciona a construção da igualdade de gênero, favorecendo a diversidade na vida dos indivíduos, com incentivo de relacionamentos saudáveis e equitativos construídos com fundamentos na compreensão e na empatia.

A entrevistada 5 relacionou a educação sexual como uma prevenção, um “alerta”, portanto é uma forma prevenir e enfrentar o abuso sexual contra crianças e adolescentes, além de prevenir gravidez indesejadas e doenças sexualmente transmissíveis.

Na minha opinião assim que eu entendo eu acho que é um alerta. É você ensinar mais ou menos, tipo assim, como se fosse uma prevenção. Tipo assim, eu não sei me expressar, mas eu vejo assim eu estou mostrando-o através daquilo que pode acontecer outra coisa, mais ou menos isso, né? É assim que é isso (responsável 5)

Conforme a entrevistada 5, o sentido atribuído para a educação sexual é como um alerta, uma prevenção. Segundo ABRAPIA (2002) a prevenção primária realiza um trabalho informativo com os responsáveis sobre os processos de desenvolvimento do público infanto-juvenil, além de realizar a sensibilização da população como um todo procurando proporcionar informações sobre sexualidade, além de propor um espaço de reflexão. A presença da escola é também um local essencial para um trabalho informativo com a presença dos professores, responsáveis, adolescentes e crianças. Portanto, a prevenção primária procura sensibilizar e mobilizar a sociedade como um todo.

Nota-se que o sentido atribuído mais frequente nas falas é de evitar complicações, aborrecimentos, problemas e prevenir “daquilo que pode acontecer”.

Nesta ocasião, foi identificado a ausência de campanhas de prevenção ao abuso sexual, a compreensão da educação sexual a como um alerta, sobre proteção do corpo como forma de cuidado.

A seguir a pergunta foi: *Você gostaria que as crianças e adolescentes aprendessem sobre educação sexual?*

Gostaria muito que meus filhos aprendessem a respeito com um profissional para que pudesse esclarecer todas as dúvidas e deixasse de lado os "mitos" e "tabu" que vem das gerações passadas e para que saibam se defender e pedir ajuda diante de qualquer tipo de abuso (responsável 1).

A entrevistada 1 teve apresentado o sentido atribuído da educação sexual, como um espaço de esclarecimento, que está permeados por tabus e que gostaria que seus filhos tivessem acesso a tal conteúdo.

Além dessa afirmação os entrevistados 3, 4, 5 e 6 concordavam com a exposição da temática, apenas o entrevistado 3 respondeu com "sim", a entrevistada 4 deixou bem claro que a criança deve aprender o que está dentro da "lógica normal":

Sim eu acho legal aprender a educação sexual, porém sem distinção querendo indicar outras coisas que a gente vê que tem muito disso né? Querendo ah é tudo muito normal. Não é normal. O que é o quê? Separar não sou contra ninguém mas acho que tinha que ser dentro da lógica normal ensinar o que é a lógica normal. Não sei se você compreende o meu pensamento (responsável 4).

A entrevistada 5 pontuou que o acesso a disciplina é uma abertura de mente, e explicou citando exemplos o quanto as crianças modificam os hábitos dos responsáveis quando compartilham conhecimentos ensinados nas escolas:

Então uma aula para abertura de mente nas crianças seria muito bom. Porque eles iam até levar para casa como teve várias coisas que teve no colégio, né? Que teve aquela prevenção de incêndio, de da dengue, isso tudo foi incentivado lá onde eu morava era um horror, você achava a garrafa lata aí teve tantas campanhas isso eu me lembro bem que eu bati palma eu falei ó nego acha que não mas olha a importância por quê? As crianças pequenas no dia de domingo iam catar lata que estava jogada, hoje pelo menos a rua onde eu moro tem mais aquela lixarada porque a gente aprendeu com eles, entendeu? Eu mesma as vezes ia na cachoeira lá perto tá cansada, né? Sem você nem faz de maldade, né? E é o que que acontece? Aí começou aquele negócio da dengue, os pequeninhos, ouvindo falar, não sei o que. Cara, tu vai se sentir naquilo, vai servindo pra você e você vai mudando, né? Então isso eu acho que seria muito bom para as crianças. Eu acho que evitaria muita coisa. [...] Porque hoje assim o colégio apesar de muita gente achar que não, mas hoje a educação de muita gente é só o colégio. [...] Então, eu acho muito bom, seria muito bom até mesmo para eles, né? Para eles ter uma visão. As meninas você vê, hoje em dia, tão muito desenvolvida, teve a vizinha que ficou menstruada e não sabia, tinha acontecido no colégio e ficou toda suja. Espera aí porque eu sou de uma época que não existia absorvente, mas a minha mãe já sabia a idade você tem que levar essa bolsinha com esse paninho que se acontecer isso e assim a menina ficou assim desesperada, envergonhada entendeu? Quer dizer uma aula disso seria uma coisa bonita porque eles iam ter assim uma noção né? De prevenção né? (responsável 5).

A entrevista 5 relatou o quanto a educação de filhos contribui para educação de pais e responsáveis, demonstrando a não linearidade do processo educativo, como uma vida de mão dupla.

Por fim, a última entrevistada compartilhou que a falta do acesso a informações contribuiu para que tivesse uma gravidez indesejada:

Sim, pois se eu soubesse não teria engravidado da W tive que parar os estudos pois tive vergonha de ir para escola com barrigão voltei depois de velha quando W estava maior hoje estou com 24 anos e fazendo o técnico de enfermagem para sair do comércio e ter uma profissão (responsável 6).

De acordo com a responsável 6, se ela tivesse tido o contato com a educação sexual, talvez poderia ter evitado a gravidez, visto que a estrutura da educação sexual contempla informações sobre a prevenir a gravidez indesejada, assim como as doenças sexualmente transmissíveis.

No que se refere a responsável 2, que foi a única que não concorda com a exposição da educação sexual, essa negação pode estar relacionada, ao fato da mesma não saber o significado da educação sexual, conforme respondido na decima questão. No entanto, não se pode subestimar a influência de um contexto atual bastante refratário à abordagem ampla da temática, bem como moralizador do que se tem convencionado designar uma pretensa “ideologia de gênero” – cuja definição está longe de ser precisa, de forma a que se possa ter uma referência palpável para debate e análise detida.

Portanto, nesta questão há maior tendência do grupo de responsáveis a considerar apropriada a realização de atividades de educação sexual, com apenas uma, dentre os 6 entrevistados, se opondo.

A décima terceira questão era: *Você acha que esse assunto (educação sexual) deveria ser mais discutido?*

A entrevistada 1, pensa que as crianças e adolescentes não se sentiriam confortáveis em abordar esse assunto na família. “Acredito que as crianças e adolescentes não se sentem à vontade com os pais, mesmo que tenham liberdade” (responsável 1). Já a entrevistada 2 pontua que é um assunto delicado e que considera que seja papel da família abordar sobre a educação sexual:

Acredito que deve ser abordada, mas no momento correto e com idade de entendimento é um assunto muito delicado e deve ser abordado com cuidado pois algumas famílias podem interpretar como um incentivo e não como uma educação. Acredito que não é papel do educador e sim da família (responsável 2).

O entrevistado 3 concorda que deveria ser mais discutido mais de acordo com a idade: “Sim, de acordo com a idade” (responsável 3). Já a entrevistada 4, concorda que deve ser discutido mais com parâmetros definidos:

Eu acho que tem vários assuntos a ser discutido. Esse é um dos assuntos sim. É só que lembrando sempre que quando toca nesse assunto tem uma outra parte da sociedade que fica contra isso porque hoje está muito complicado. Eu acho que tem que sim ser discutido, mas tem que ter alguns parâmetros. Você gostaria que tá e aí é o que você falou dessa questão, né? A educação sexual nas escolas deveria ter um parâmetro também. Um parâmetro, por quê te falo no sentido o que eu ensino para Z que ela tem que respeitar todos eu ensino respeito a pessoa então eu acho que quando eu ensino respeito a pessoa eu não preciso ensinar de que aquela pessoa é diferente aquela pessoa tem outras escolhas. Eu ensino eu dou a educação para todos. Então acho que quando a criança tem uma educação para todos você não precisa discutir, por que que ela tem que aceitar uma pessoa diferente? Ela já vai aceitar normal porque é regra dela ter aquilo como regra de aceitar a todos com as suas diferenças, entendeu? (responsável 4).

A entrevistada 5 ressalta que a educação sexual abre um campo de conhecimento “leque”, tanta para a criança tanto para a família:

Muito mais, principal não só no colégio assim uma coisa assim ah não fazem tanta coisa pra família não sei o quê. Vamos fazer uma aula da família, né? [...]. Mas aí como o X veio eu me deparei com isso. Entendeu? Eu falei gente daqui a pouco né até mesmo pelas minhas atitudes que eu sou muito assim eu falei pô imagina o X falar assim, vamos supor eu fui lá quero uma explicação de quando eu levei ele ao médico para tratar da fimose porque você tinha que puxar pra limpar eu ficava assim ó eu nossa eu passava mal né? Aí eu falei com o pediatra eu falei doutor e se eu machuco ele? E x chega no colégio e fala isso tu entende? O que que o colégio ia fazer? Como que eu provo? Exatamente. Né? Eu tive essa preocupação, né? Assim, tanta coisa que acontece, né? E eu falei, gente, eu toda doida, eu brinco sempre brinquei muito com o X como eu trabalhava muito às vezes tipo assim de sábado pra domingo dez horas da noite estava eu e X na cama jogando bola porque estava chovendo queria que ele, né? Interagisse, peteca, tipo assim, umas doideira assim, né? Porque não tinha espaço. Aí eu sempre ficava com aquilo. Eu falava, gente, pensa alguma besteira. Então, eu sempre tive. Então, uma coisa dessa é bacana porque abre a né? Um leque, né? Para todo mundo, né? (responsável 5).

A participante 6 acrescenta a atuação da igreja nesse processo “Sim deveria falar na escola e na igreja também” (responsável 6). Nota-se que a última participante acrescenta a igreja, ou seja, uma instituição forte que tem acesso a família que poderia também contribuir para a disseminação desse conhecimento.

Nesta análise, sobre a educação sexual ser mais discutida, a entrevistada 2 afirma que esse assunto deveria ser destinado apenas a família, no entanto a entrevistada 1 acredita que os filhos não se sentem à vontade de tratar esse assunto com seus responsáveis, outro responsável pontua que deve ser falado de acordo com a idade, a entrevistada 4, afirma que deve ser tratado mas com a presença de parâmetros, a participante 6 pontua a participação da igreja e por fim a entrevistada 5 contribuiu que a educação sexual abre fornece conhecimento tanto para a criança tanto para a família. Diante disso, pode-se afirmar que os cinco entrevistados apoiam mesmo com alguns critérios a inserção da educação sexual nos espaços de socialização de crianças e adolescentes, no entanto

somente uma entrevistada se opôs afirmando que é um papel da família, onde a própria realiza o diálogo sobre proteção do corpo como forma de cuidado.

Por fim, a última questão: *Você conhece alguém que tenha sofrido abuso sexual na infância ou na adolescência?*

A entrevistada 1 informou “conheço pessoas que sofreram abuso na infância por familiares” (responsável 1). Os responsáveis 2 e 3 informaram que não conheciam ninguém. A entrevistada 4 informou que sim “Já conheci. Já não tenho mais contato com a pessoa, mas conheci sim” (responsável 4).

A entrevistada 5, no decorrer da resposta, compartilhou pela primeira vez que já sofreu abuso e que só conseguiu identificar que era abuso anos depois após assistir um programa:

Olha, como é que eu vou te dizer, eu vou te ser sincera, eu sou de um padrão assim, eu não sofri o abuso assim de ter sexo, nada disso. Eu fui entender que eu era olha eu vou te falar que você que eu descobri isso quando eu descobri isso depois de muitos anos né eu descobri isso há pouco tempo e fiquei apavorada, não estou desmentindo se a pessoa tocar já é abuso. Não, mas eu a vida inteira eu não achava, eu não achava assim, né? [...] Então assim, a gente está sempre, eu estou sempre ligada nisso eu me encaixei num perfil estou a primeira pessoa que eu conto é você. Ninguém sabe disso. Eu chorei muito, eu fiquei muito mal e assim são pessoas no caso né? São né você tem vínculo né? Gente que eu tinha como se fosse um irmão eu falei caramba eu falei assim sabe? Não que meus irmãos agissem daquela forma, meus irmãos assim a nossa criação é diferente. Mas eu não achava errada, eu achava que era um gesto de carinho, né? Tipo assim, meu amigo, né? E aí eu depois que eu vi isso, eu não falei isso pra ninguém, mas eu não consigo nem cumprimentar, entendeu? Porque também eu não sei se fez dessa forma que eu vejo por que também poderia ser inocente como eu, não sei se haveria mal. Não sei. Eu prefiro até no já tem tanto tempo, né achar que não tinha essa essência de maldade, né? Não sei. O negócio é muito mais. Se a gente ficar, se a gente analisar por isso é muito bom isso porque muita gente não vai passar por essas coisas, entendeu? Nem sabe. Quando eu me encaixei no fato eu vou te falar que eu fiquei mal. (responsável 5).

A entrevistada 6 fechou com o bloco de perguntas, relatando que uma parente sua sofreu abuso sexual:

Sim conheço minha prima ela sofreu abuso do pai da amiguinha dela, ela ia para casa dela brincar e dormia lá ela conta que o pai contava historinha e depois no escuro ela sentia a mão dele na perereca e na bunda, contou para minha tia que nunca mais deixou ela ir na casa da amiga e ficar fora de casa. (responsável 6).

Neste tópico final, foi possível identificar que três responsáveis conheciam alguém que já sofreu abuso sexual, dois entrevistados pontuaram que não conheciam ninguém e uma participante relatou que sofreu abuso quando era adolescente, mas só foi saber que era abuso quando era mais velha. Diante disso, percebe a ausência de campanhas de prevenção ao abuso sexual, o quanto o conservadorismo ainda está presente quando se trata sobre a sexualidade.

Esse entrave levou esta pesquisadora a refletir sobre a seguinte pergunta: por que falar de sexualidades ainda hoje é um tabu? Para tentar buscar resposta a este questionamento, acredita-se na importância de estimular a participação da sociedade nesta discussão, ampliando os debates nos espaços de socialização de crianças e adolescentes. Portanto, proporcionar a discussão sobre abuso sexual consiste em iniciativa importante para ressaltar sua relevância e desenvolver ações continuadas para o seu enfrentamento.

Informa-se, que os responsáveis entrevistados participaram com êxito das perguntas realizadas, na maioria das entrevistas permaneciam confortáveis e disponíveis. No entanto, é visível notar que em alguns casos ainda ocorre tabu ao abordar sobre a sexualidade.

Nota-se que o retrato da pesquisa mostra o quanto essa temática é complexa e a estratégia de usar o critério de seleção favoreceu muito esse processo, pela questão do vínculo da pesquisadora com os participantes onde todos puderam ficar confortáveis. Todavia, no que tange ao limite da pesquisa as crianças apresentaram timidez e em alguns casos desconforto, principalmente quando era mostrado a tabela do semáforo (apêndice 7.2), nesse tópico a grande maioria apenas concordava.

No segundo grupo, os adolescentes se sentiam um pouco mais confortáveis e contribuíam com suas percepções para a pesquisa, no entanto tiveram dois adolescentes que estavam extremamente desconfortáveis, nesta etapa foi um grande desafio deixar esses adolescentes confortáveis, mesmo com contato diário e os vínculos estabelecidos, ali a pesquisadora observou o limite do íntimo com o público, o quanto tratar dessa temática deixou esses participantes tímidos. Outro desafio no processo foi a entrevista com os responsáveis, como por exemplo as entrevistadas 5 e 6 no decorrer da entrevista acabavam desabafando questões relacionadas à sua vivência e que não tinham relação com o conteúdo e neste espaço não era viável interromper a entrevistada e sim deixá-las à vontade.

Vale ressaltar que foi fornecido todo suporte para ambas entrevistadas, no momento da exposição foi realizada a escuta empática e após suas falas foi feito o acolhimento. Neste espaço foi garantido que as participantes saíssem em condições adequadas e confortáveis após o término das entrevistas e, ao concluir o procedimento, foi reforçada a disponibilidade para suporte posterior, assim como encaminhamento para um profissional de psicologia, se necessário.

Para maior organização das falas dos participantes, a pesquisadora realizou um documento para melhor visualização das respostas coletas, estas que encontram-se no apêndice 7.1, nos quadros 7, 8, 9 e 10.

5

Considerações Finais

O presente estudo visou identificar e analisar sentidos atribuídos por famílias atendidas no projeto Talentos do Tatame, em Petrópolis, acerca da educação sexual de crianças e adolescentes.

Em se tratando de um tema pouco pesquisado na área do Serviço Social, o levantamento das produções publicadas acerca do mesmo resultou em uma revisão bibliográfica que deu fundamentação aos capítulos teóricos da dissertação.

O início da reflexão teórica se deu com o conceito de família, assim como as transformações sucessivas ao longo do tempo, com ênfase em aspectos contemporâneos e seus embates no seio familiar e em sua dinâmica. Igualmente relevante à abordagem da questão de pesquisa se mostrou a discussão sobre violência intrafamiliar, que está relacionada aos rebatimentos da atualidade, com um recorte que busca sua compreensão em uma perspectiva de desigualdades nas relações de gênero. Em se tratando de pesquisa sobre educação sexual de crianças e adolescentes em âmbito familiar, diferenças e especificidades de lugares atribuídos a homens e mulheres – muitas vezes no exercício da função parental – constitui uma dimensão que não poderia ser negligenciada.

Em aproximações sucessivas acerca da violência contra crianças e adolescentes, foram abordados os principais tipos conceituados na bibliografia especializada, porém com destaque ao abuso sexual, sua dinâmica e consequências mais frequentes para as vítimas e suas famílias, por sua centralidade na questão de pesquisa. Com a finalidade de demonstrar a magnitude da ocorrência de tais violações de direitos e a dimensão das referidas consequências, conformando o contexto que circunda o objeto de estudo, optou-se por apresentar dados estatísticos disponíveis em fontes confiáveis e públicas.

Complementando a tríade de conceitos centrais na construção do objeto de estudo, comparece o conceito de prevenção, em seus três níveis primária, secundária e terciária. E, dando continuidade ao delineamento do contexto sociopolítico em que está envolta a questão, alguns elementos são apresentados e discutidos, dentre os quais o Plano de Enfrentamento de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e a atuação de campanhas de combate à violência sexual, que caracterizam estratégias de incentivo à dimensão preventiva.

Na direção oposta e evidenciando o contexto de permanente tensão que cerca o debate da educação sexual de crianças e adolescentes, é refletido sobre a retirada da temática gênero e orientação sexual da BNCC, como uma das expressões do recrudescimento do conservadorismo presente em boa parte da sociedade contemporânea, marcadamente fortalecido em suas manifestações públicas, nos últimos anos, em nosso país.

Finalizando a contextualização, discorreu-se acerca da história da educação sexual no Brasil, do debate desta no mundo e de práticas que a envolvem em outros países, articulando tais dimensões à reflexão sobre crianças e adolescentes e a luta pelos direitos sexuais.

A reflexão teórica acerca das categorias educação sexual, abuso sexual e prevenção constituiu o suporte conceitual para análise dos dados empíricos produzidos junto a crianças, adolescentes e seus responsáveis, através de entrevistas semiestruturadas, cujos principais elementos estão sistematizados em seguida.

No que concerne aos resultados, ressalta-se que o adentrar ao campo, a fim de conhecer os sentidos atribuídos à educação sexual, as crianças apresentaram timidez ao participarem da pesquisa e a maioria das vezes respondiam com sim ou não, denotando o quanto o tabu ainda está imbricado quando envolve a questão da sexualidade.

As respostas das crianças entrevistadas em não conhecer sobre a educação sexual demonstram o quanto ainda ocorre resistência por parte das instituições em abordar a temática nos espaços de socialização de crianças e adolescentes. O fato de não terem acesso a esse conteúdo reforça novamente a não inserção deste tema nas unidades educacionais, assim como a inexistência de campanhas de prevenção ao abuso sexual nesses espaços. No que se refere a aprender a cuidar do corpo todas as crianças apresentaram interesse, mas que não possuíam o acesso, afirmando assim a ausência deste assunto nos espaços de socialização de crianças e adolescentes. Outro ponto a ressaltar, todos os participantes frisaram que possuíam vergonha em abordar o cuidado com as partes íntimas, deste modo esse tópico está relacionado ao tabu que a sociedade tem em falar sobre a sexualidade e a resistência desse debate nos espaços de socialização. Por fim na última análise deste grupo, todas as crianças afirmam possuir o diálogo com seus familiares sobre não deixar as pessoas tocarem em suas partes íntimas, afirmando a existência de diálogo, no seio da família, sobre proteção do corpo como forma de cuidado.

O segundo grupo de entrevistados, os adolescentes, todos conseguiram contribuir e desenvolver com a pesquisa. Nota-se que nenhum adolescente teve acesso a nenhuma palestra sobre educação sexual, reforçando o tabu sobre essa discussão e a dificuldade da presença deste assunto nos espaços de socialização. No que tange o item sobre conversas dos familiares sobre o cuidado com as partes íntimas, dois adolescentes responderam que não possuíam esse tipo de conversa com seus familiares, quatro adolescentes apontam que realizavam, neste tópico se refere a prevenção e a atuação de algumas famílias ao tratar desse assunto com seus adolescentes. No quesito sobre se possuíam vergonha em abordar sobre a educação sexual e o cuidado com o corpo, quatro adolescentes responderam que não tinham vergonha em falar sobre, no entanto, dois participantes relataram vergonha ao abordar o tema. Nesta etapa, identifica-se a falta de diálogo de alguns familiares sobre proteção do corpo como forma de cuidado, a escassez das campanhas de prevenção ao abuso sexual que atingem crianças, adolescentes e familiares e a falta do debate da educação sexual nos espaços de socialização de crianças e adolescentes. Portanto, na pesquisa com os adolescentes a grande maioria dos participantes não apresentava timidez ao pontuar sobre a educação sexual e conseguia colaborar de acordo com suas percepções e vivências.

Por fim, o último grupo, responsáveis também estão presentes os sentidos atribuídos. No que se refere o diálogo sobre a sexualidade e o cuidado com as partes íntimas com sua criança e/ou adolescentes, todos os responsáveis afirmaram que abordam sobre esse assunto, com isso percebe-se o diálogo da família sobre o cuidado ao corpo. No que concerne a compreensão sobre a educação sexual, nesta ocasião foi notado a ausência de campanhas de prevenção ao abuso sexual, o entendimento da educação sexual a como um alerta, sobre proteção do corpo como forma de cuidado. Outro ponto a ressaltar foi que apenas um responsável não gostaria que crianças e adolescentes aprendesse, sobre a educação sexual. Seguidamente na percepção dos responsáveis se achavam que a educação sexual deveria ser mais discutido, apenas uma responsável se opôs afirmando que é um papel da família. No que concerne ao conhecimento de vítimas de abuso sexual, uma entrevistada compartilhou ter sido vítima de abuso sexual, nessa questão foi visível notar a ausência de campanhas de prevenção ao abuso sexual e tabu sobre sexualidade ainda está presente.

Portanto, através dos resultados da pesquisa foi possível reconhecer a ausência e presença dos objetivos específicos como: a identificação ou não como

campanhas de prevenção ao abuso sexual atingem crianças, adolescentes e familiares; as resistências à temática da educação sexual nos espaços de socialização de crianças e adolescentes e a existência ou não de diálogo, no seio da família, sobre proteção do corpo como forma de cuidado.

Dessa forma, é necessário que a sociedade desconstrua os tabus sobre a educação sexual, pois esse tema não estimula a curiosidade e o desejo sexual entre crianças e adolescentes. O que acontece é o ocultamento sobre esse saber, com a presença do mistério e tabu, que geram idéias confusas, dúvidas e inseguranças. Todavia, pelo fato de o tema ainda estar permeado por tabus é necessário que ocorra maior incentivo da sociedade civil, do Estado, dos movimentos sociais, das instituições, da academia, dos formadores de opinião, dos influencers digitais para o compartilhamento dessa reflexão da inserção da educação sexual como estratégia de prevenção ao abuso sexual, usando a prática da educação sexual como forma de cuidado ao corpo.

Ao refletir sobre a Educação Sexual como estratégia de prevenção ao abuso de sexual de crianças e adolescentes, é visível notar o quanto esse assunto traz desafios, como: a implementação dessa temáticas nos debates, a pouca inserção deste tema nas redes de apoio, dificultando assim a implementação dos direitos das crianças e adolescentes, a terem o acesso a informação como estratégia de prevenção e assim proporcionar a Proteção Integral.

A reflexão desse trabalho pode significar uma relevante contribuição para a construção de parâmetros menos condicionados por preconceitos e tabus, onde crianças e adolescentes, através do acesso à educação sexual, consigam realizar o autocuidado e assim evitar que seus direitos sejam violados, que possam ser reconhecidos como sujeitos de direitos. Visto que a atuação das políticas públicas acaba sendo cada vez mais pontual e focalizadora, atendendo demandas emergenciais e não intervindo nas causas, na raiz dos problemas, não realizando a plenitude da garantia dos direitos destas crianças e adolescentes proclamados no ECA, sendo um desafio constante e diário aos profissionais que atuam na ação direta junto ao público infantojuvenil e suas famílias. Vale também destacar sobre a ordem vigente capitalista, com a afirmação da sua hegemonia, que influencia nas modificações no mundo do trabalho e suas relações, inclusive na reprodução social, causando rebatimentos nas dinâmicas familiares, e refletindo na vivência de crianças e adolescentes.

Deste modo, as contribuições desta dissertação para o campo de garantia de direitos de crianças e adolescentes podem trazer o acesso à informação como uma forma de cuidado, onde esses sujeitos de direitos, empoderados, conseguem

se proteger e realizar o autocuidado.

Presume-se que esta dissertação tenha promovido recursos mínimos que incentivem a novos estudos acerca do tema proposto, cujo debate precisa estar inserido em todos os níveis da sociedade, devido ao tabu que ainda perdura sobre esse assunto, tornando-se complexo e dificultando a transformação de saberes e práticas.

No que tange ao Serviço Social, a produção e o acúmulo de conhecimentos sobre esta temática pode contribuir para o campo de investigação, para os arsenais instrumentais da profissão, assim como para as três dimensões – técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica – sobretudo em considerando que o tema possui espaço restrito no Serviço Social, de acordo com as pesquisas realizadas no levantamento do estado da arte. Vale salientar que os resultados da pesquisa também podem contribuir na compreensão da prática do assistente social mediante seus acompanhamentos com crianças, adolescentes e seus familiares, com a finalidade de ampliar os horizontes para as múltiplas dimensões de saber.

Constata-se que através das pesquisas teóricas, presente a revisão bibliográfica, o estado da arte, a elaboração da pesquisa de campo e os registros destas, assim como a identificação dos sentidos atribuídos, foi possível realizar essa dissertação, mesmo com um tema que para muitos ainda é um tabu.

Por fim, vale pontuar que as leituras foram enriquecedoras, a metodologia adotada se mostrou assertiva e produtiva e os objetivos propostos foram concluídos assim como o tema atendeu às expectativas da autora para a construção esta dissertação. Desta forma, esperamos que a pesquisa possa contribuir para se pensar em estratégias de prevenção frente ao abuso sexual contra crianças e adolescentes, levando em consideração os benefícios que a educação sexual pode promover como acesso à informação e à ampliação do autocuidado. Portanto, esta dissertação não apresenta conclusão, pois o conhecimento científico não se esgota e está sempre em construção e aprimoramento, com a atual pesquisa representando reflexões que, futuramente, poderão ser aprofundadas e continuadas.

Referências Bibliográficas

ABRAPIA - Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência. **Abuso sexual: mitos e realidade**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes Associados, 2002.

ALMEIDA, S. S. Essa violência mal-dita. In: ALMEIDA, S. S. (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. p. 23-41.

ALMEIDA, S. S. Violência e Direitos Humanos no Brasil. **Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**, Rio de Janeiro, n.11, p. 40-68, 2004.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, p. 45-68, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/wBw6Kdj3Dc9qdNmvqqjNP6d/?lang=pt>>. Acesso em: 01 out. 2022.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Orgs.). **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ, 2003, p. 15-78.

ARAÚJO, L. M. C. **Violência e saúde: limites e desafios para atendimento a casos de violência doméstica na Maré por profissionais da atenção básica à saúde**. Rio de Janeiro, 2019. 186 p. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

AZEVEDO, M. A **Bibliografia seletiva anotada sobre prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes (2000-2007)**. São Paulo: LACRI, 2008.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Pele de asno não é só história: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família**. São Paulo: Roca, 1988.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Telecurso de Especialização na Área da Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes**. São Paulo: Laci/USP, 2000.

BARONE, I. Em vídeo, Damares diz que, na Holanda, pais são ensinados a masturbar bebês. Isso é verdade? **Gazeta do Povo**, 25 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/em-video-damares-diz-que-na-holanda-pais-sao-ensinados-a-masturbar-bebes-isso-e-verdade-1dzhtcdzdzquc53b7ojumxj9lp/>>. Acesso em: 09 nov. 2022.

BRASIL. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes:** abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar. Brasília, 2022a. Disponível em: <https://ceiiias.org.br/semabusos/publicacoes/Cartilha_Abuso_Sexual_contra_Crianças_e_Adolescentes_Maio_Laranja_2022.pdf>. Acesso: 12 out. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base. Brasília: ME, CONSED, UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acesso: 26 ago. 2022.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos da Criança.** New York: 1989. Disponível em: <<http://www.unric.org/html/portuguese/humanrights/Crianca.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. **Disque Direitos Humanos:** Relatório 2019. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Disque100Relatorio.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2021.

BRASIL. **Lei Diretrizes Básicas.** Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso: 26 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 junho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei nº. 13.431,** de 04 de abril de 2017. Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde. **Notificação de Maus-Tratos contra Crianças e Adolescentes pelos Profissionais de Saúde:** um passo a mais na cidadania em saúde. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais.** Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids. **Manual de rotinas para assistência de adolescentes vivendo com HIV/Aids**. Brasília: MS, 2006. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/10001021667.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para prática em serviço. Brasília: 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência contra a criança e ao adolescente**: proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica. Violência contra menor. I. Serviço de Assistência à Saúde do Adolescente. Brasília: MS, SASA, 1997.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Violência contra Crianças e Adolescentes**: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas / elaboração de Marcia Teresinha Moreschi – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 494 p. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas-2.pdf>>. Acesso em: 22 de out. de 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Criança e Adolescente**, maio de 2013. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/08_2013_pnevsca.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Criança e Adolescente**. Matriz 02: Exploração Sexual. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/planevca-matriz-02-exploracao-sexual>>. Acesso em: 28 out. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Criança e Adolescente**. Brasília 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/protege-brasil/plano-nacional-de-enfrentamento-da-violencia-contra-criancas-e-adolescentes_defeso.pdf>. Acesso em: 29 out. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BUENO, R. C. P.; RIBEIRO, P. R. M. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 29, n. 1, p. 49-56, 2018.

CAMINHA, R. M. **A violência e seus danos à criança e ao adolescentes.** Violência doméstica, Brasília: UNICEF, 2000.

CNS, Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº. 510, de 07 de abril de 2016.** Brasília, 2021. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html>. Acesso em: 20 fev. 2022

COSTA, V. S. et al. **Breve Guia Sobre Ética em Pesquisa:** parâmetros éticos de pesquisa e submissão junto à Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio. Rio de Janeiro: Laboratório de Metodologia do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2021.

CRENSHAW, K. W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, a. 10, p. 177-188, 2002.

DAHER, J. Base Nacional aprovada, como fica a questão de gênero na escola? **De olho nos Planos**, abr. 2018 Disponível: <<https://deolho.nosplanos.org.br/bncc-aprovada-genero-orientacao-sexual/>>. Acesso em: 26 ago. 2022.

FERNANDES, N. C. B. B. (Org.). **Violências contra Crianças e Adolescentes:** redes de proteção e responsabilização. Rio de Janeiro: NOVA Pesquisa, 2007, p. 53-71.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Revendo a história da educação sexual no Brasil: ponto de partida para construção de um novo rumo. **Nuances**, v. 4, p. 123-133, 1998.

FIRJAN. SESI. Divisão de projetos Integrados em Responsabilidade Social. **Projeto Talentos do Tatame.** Rio de Janeiro. 2017.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, S. M. A instrumentalidade dos conservadorismos no atual contexto de hegemonia do capital. **Quadrantil - Revista Internazionale di Filosofia Contemporânea**, v. 6, n. 2, 2018.

FREITAS, R. C. S.; MUSMANNO GONÇALVES, R.; DE SOUZA CARVALHO, M. Violência de gênero: o caso da Universidade Federal Fluminense. **Argumentum**, v. 12, n. 3, p. 102-116, 2020. DOI: 10.47456/argumentum.v12i3.28387. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/28387>>. Acesso em: 05 set 2022.

FREITAS, R. Famílias, violência contra as mulheres, gênero e proteção social – desenhando uma proposta de estudos. **Revista Indagatio Didactica**, Aveiro, v. 5, 2013.

FREITAS, R. **Relatório Final do Projeto de Pesquisa: Famílias, violência contra as mulheres, gênero e proteção social.** Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2013.

FURLANI, J. **Mitos e tabus da sexualidade humana:** subsídios ao trabalho em Educação Sexual. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FURLANI, J. Encarar o desafio da Educação Sexual na escola. In: **Sexualidade.** Curitiba: SEED, 2009.

FURNISS, T. **Abuso Sexual da Criança:** uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

G1 PB. Após palestra de educação sexual na escola, criança revela abuso e homem é condenado a prisão. **G1**, 04 nov. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/11/04/apos-palestra-de-educacao-sexual-na-escola-crianca-revela-abuso-e-homem-e-condenado-a-prisao-na-pb.ghtml>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

GABEL, M. (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual.** São Paulo: Summus, 1997.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 79-108.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria C.S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 79-108.

GOMES, R. et al. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos:** abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 185-223.

HANSEN, L. **Liberdade sexual na Dinamarca.** 28 out. 2019. Disponível em: <<https://www.brasileiraspelomundo.com/liberdade-sexual-na-dinamarca-3401125700>>. Acesso em: 08 nov. 2022.

HARVEY, D. **O neoliberalismo:** História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre a população transgênero:** conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília: [s.n.], 2012.

LISBOA, T. K. Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do serviço social. **Revista Temporalis**, v. 14, n. 27, 2014,

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MANIAUDET, S. N. B. **O enfrentamento de abuso sexual contra criança e adolescente no município de Petrópolis-RJ**. Rio de Janeiro, 2019. 56 p. Monografia (Especialização em Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MAYER, S. Estudantes relatam abuso no convívio familiar após palestras sobre educação sexual em SC: 'Não imaginávamos'. **G1**, Santa Catarina, 20 maio 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/05/20/estudantes-relatam-abuso-no-convivio-familiar-apos-palestras-sobre-educacao-sexual-em-sc-nao-imaginavamos.ghtml>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MEYER, C. A. **Livro "O que é privacidade?"**: uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças. Araraquara, 2017. 110 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MIOTO, R. C. T. A centralidade da família na política de assistencial social: contribuições para o debate. **Revista De Políticas Públicas**, v. 8, n. 1, p. 133-142, 2015. Disponível em: <<http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3756>>. Acesso em: 01 out. 2022.

OLIVEIRA, A. C. (Org.). **Abuso sexual de crianças e adolescentes**: desafios na qualificação profissional. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 2003.

OLIVEIRA, A. C. (Org.). Atuação em redes em casos de violência contra crianças e adolescentes: desafios no reordenamento institucional. In: OLIVEIRA, A. C.; FERNANDES, N. C. B. B. (Org.). **Violências contra Crianças e Adolescentes**: redes de proteção e responsabilização. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 2007, p. 53-71.

OLIVEIRA, A. C. Abuso sexual intrafamiliar de crianças e a família como totalidade. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, a. XV, n. 28, p. 233-262, 2012.

OLIVEIRA, A. C. **Abuso sexual intrafamiliar de crianças e ruptura do segredo**: consequências para as famílias. Rio de Janeiro, 2011. 233 p. Tese de doutorado, Pontifícia universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social.

OLIVEIRA, A. C. Famílias, cuidados e políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, v. 30, p.195-208, 2017.

OLIVEIRA, A. C. Violência contra crianças e adolescentes em uma perspectiva de gênero. In: MEDEIROS, L. (Org.). **Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher**. Rio de Janeiro: Letra Capital/PUC-Rio, Departamento de Serviço Social, 2018.

OLIVEIRA, A. C. **Violências contra crianças e adolescentes**: qualificação para intervenção. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20624/20624.PDF>>. Acesso em: 07 set. 2022.

OLIVEIRA, A. C; MIOTO, R. C. T. Famílias, Cuidados e Políticas Públicas. **O Social em Questão**, a. XXII, n. 43, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_43_Apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2021.

OLIVEIRA, J. Adolescente denuncia abuso após participar de palestra sobre educação sexual em Goiás. **Mais Goiás**, Goiânia, 26 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.maisgoias.com.br/adolescente-denuncia-abuso-apos-participar-de-palestra-sobre-educacao-sexual-em-goias/>>. Acesso em : 11 nov. 2022.

OMS – Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002. Disponível em: <<https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201706/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2022.

PINHEIRO, R. Cuidado em saúde. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/cuisau.html#:~:text=Cuidado%20%C3%A9%20um%20modo,tempos%20distintos%20de%20sua%20realiza%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 12 out. 2022.

PRAGMATISMO. Após palestra sobre violência sexual menina revela que era estuprada todos os dias. **Pragmatismo Político**, 04 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2022/06/palestra-violencia-sexual-menina-revela-que-era-estuprada-todos-os-dias.html>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

RIBEIRO, D. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. (Portuguese). Sur: **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016.

RIBEIRO, P. R. C. Revisitando a história da educação sexual no Brasil. In: _____. (Org.). **Corpos, gêneros e sexualidades**: questões possíveis para o currículo escolar. 3. ed. Rio Grande: FURG, 2013. p. 11-16.

RIBEIRO, P. R. M. Os momentos históricos da educação sexual no Brasil. In: _____. (Org.). **Sexualidade e educação**: aproximações necessárias. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. p. 15-25.

RIBEIRO, T. S. **Cuidar em Família**: uma análise sobre os significados atribuídos por famílias atendidas no Centro Cultural “A História Que Eu Conto”. Rio de Janeiro, 2016. 164 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/27557/27557.PDF>>. Acesso em: 29 ago. 2021.

RIO DE JANEIRO (Município). **Prefeitura do Rio promove ações de conscientização contra a exploração sexual de crianças e adolescentes**. 15 maio. 2020. Disponível em: <<https://prefeitura.rio/assistencia-social-direitos-humanos/prefeitura-do-rio-promove-acoes-de-conscientizacao-contraviolencia-sexual-de-criancas-e-adolescentes/>>. Acesso em: 13 out. 2022.

RIOS, R. R. Para um direito democrático da sexualidade. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, a. 12, n. 26, 2006.

RODRIGUES, G. Em aula de educação Sexual, menina denunciou abuso; idoso é condenado. **Metrópoles**, 15 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/em-aula-de-educacao-sexual-menina-denunciou-abuso-idoso-e-condenado>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SAFFIOTI, H. **A Publicização da Violência**. 1997. Disponível em: <<http://server.cfch.br/jorpesq/Violenc/Saffioti.html>>. Acesso em: 13 out. 2022.

SAFFIOTI, H. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. (Orgs.). **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 2007.

SAKAMOTO, L. ‘Pintou um clima’ com meninas gera pedido de impeachment contra Bolsonaro. **Uol Notícias**, 28 out. 2022 Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/10/28/pintou-um-clima-com-meninas-gera-pedido-de-impeachment-contrabolsonaro.htm>>. Acesso: 29 out. 2022.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SIDDONS, E. A educação sexual no Reino Unido está mudando - mas as leis podem mudar a cultura? **Apolitical**, 18 mar. 2019. Disponível em: <<https://apolitical.co/solution-articles/pt/sex-education-in-the-uk-is-changing-but-can-law-change-culture>>. Acesso em: 07 nov. 2022.

SILVA, C. G. P. P. **Proteção social básica e prevenção dos casos de negligência contra crianças e adolescentes**: para além da assistência social. Rio de Janeiro, 2018. 216 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SOARES, B. M. **Mulheres invisíveis**: violência conjugal e novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 117-179.

STAMATTO, M. I. S. Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549-1910). In: **História e Memória da educação brasileira**, Natal, 2002.

UNESCO. **Orientações Técnicas de Educação em Sexualidade para o Cenário Brasileiro**: tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Brasilia/pdf/Orientacoes_educacao_sexualidade_Brasil_preliminar_pt_2013.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2021.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. O. (Org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WAS – World Association for Sexual Health. **Declaração dos Direitos Sexuais**, 2014. Disponível em: <<http://www.worldsexology.org/wp-content/uploads/2013/08/DSR-Portugese.pdf>> Acesso em: 08 nov. 2022.

WAS – World Association for Sexual Health. The Sexual Health for the Millennium Declaration. In: WAS. **Sexual Health for the Millennium**. A Declaration and Technical Document. Minneapolis, MN, USA: World Association for Sexual Health, 2008. Disponível em: <http://www.europeansexology.com/files/WAS_2008.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2022.

YAHOO. Criança de 9 revela que é abusada pelo padrasto após aula de educação sexual. **Yahoo Notícias**, 14 de junho de 2022. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/crianca-de-9-revela-que-e-abusada-pelo-padrasto-apos-aula-de-educacao-sexual-151920739.html>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

YAZBEK, M. C. Sistemas de proteção social, intersectorialidade e Integração das Políticas Sociais. In: MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T.; SOUZA, R. G. (Orgs.). **A Intersectorialidade na Agenda das Políticas Sociais** Campinas: Papel Social, 2014.

7 Apêndices

7.1. Apêndice 1 – Levantamento bibliográfico

Quadro 1 - Refinamento de autores selecionados com resumos e categorias separadas. (Abuso Sexual)

Título	Ano	Fonte	Autor	ABUSO SEXUAL	Referência
				Resumo	
Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise da prevalência e fatores associados	2019	Scielo Monografia	Miranda, Millena Haline Hermenegildo	Analisar a prevalência e os fatores associados à violência sexual contra crianças e adolescentes, residentes no município de Petrolina/Pernambuco. Nesta pesquisa foram registrados 1.232 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, com uma prevalência de 30,6%. A violência sexual apresentou maior chance de ocorrência para vítimas do sexo feminino, em sua própria residência, sendo o pai o agressor com mais chance de praticar o ato violento. O consumo de álcool pelo agressor aumentou a chance para o desfecho.	Miranda, Millena Haline Hermenegildo et al. Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise da prevalência e fatores associados* Extraído da monografia: "Prevalência da violência contra crianças e adolescentes e fatores associados", Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira, Hospital Dom Malan, Programa de Residência em Área Profissional de Saúde, Residência de Enfermagem em Saúde da Criança, 2019. Revista da Escola de Enfermagem da USP [online]. 2020, v. 54 [Acessado 13 Outubro 2021]. e03633. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2019013303633>. Epub 06 Nov 2020. ISSN 1980-220X. https://doi.org/10.1590/S1980-220X2019013303633.
Abuso sexual infantil - uma cartografia: silenciamento, testemunho, ressentimento, esquecimento	2016	Capes teses e dissertações	CAMARGO, KARINA ACOSTA	É uma pesquisa que busca ir além da dicotomia vítima-agressor, para pensar a complexa trama que se estabelece invisivelmente e possibilita a incitação e a continuidade dos abusos sexuais, principalmente no âmbito familiar. Além disso, ressalta as modalidades de invenção vital a partir do insuportável, excessivo e cruel, e a arte como possibilidade de resistência e criação de novos modos de existência	CAMARGO, KARINA ACOSTA. Abuso sexual infantil - uma cartografia: silenciamento, testemunho, ressentimento, esquecimento* 21/03/2016 78 f. Mestrado em PSICOLOGIA (PSICOLOGIA CLÍNICA) Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: PUC/SP

Fonte: Própria autoria (2022).

Quadro 2 - Refinamento de autores selecionados com resumos e categorias separadas. (Educação Sexual)

Título	Ano	Fonte	Autor	EDUCAÇÃO SEXUAL	Bibliografia
				Resumo	
EDUCAÇÃO SEXUAL, SAÚDE E SEXUALIDADE: (re) significando as relações entre pais e filhos	2015	Capes teses e dissertações	CAYRES, ANDREIA SERRANO.	No contexto da sexualidade ainda observamos a dificuldade em dialogar sobre o tema, tanto por parte dos professores como também pela família. Neste contexto, o objetivo principal do presente estudo foi o de (re) significar as relações entre a família e educandos, no tocante ao processo de constituição da educação sexual, saúde e da sexualidade. Abordar a sexualidade junto à família é algo que precisa existir e proporcionar estratégias para acolher esta família; além disso, é preciso entendê-la no seu contexto, na sua realidade. Então, a família merece estar inserida em programas de educação sexual, pois assim contribuirá para uma construção da sexualidade mais saudável e com o pensamento crítico e reflexivo.	CAYRES, ANDREIA SERRANO. EDUCAÇÃO SEXUAL, SAÚDE E SEXUALIDADE: (re) significando as relações entre pais e filhos* 28/09/2015 119 f. Mestrado Profissional em EDUCAÇÃO SEXUAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST. PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/ARARAQUARA, Araraquara Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, campus de Araraquara
ANÁLISE DO JOGO "TRILHA DA PROTEÇÃO"- COMO AUXILIAR NA DIMINUIÇÃO DA VULNERABILIDADE PARA A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL	2017	Capes teses e dissertações	MEYER, FABRICIO.	A elaboração de estratégias e materiais didáticos que possam auxiliar no seu enfrentamento tem sido objetivo de inúmeros autores, para diminuir a vulnerabilidade das crianças e ajudar os adultos a trabalharem com este tema da melhor maneira possível. Os jogos têm sido utilizados como ferramentas pedagógicas de sucesso em outras áreas do ensino/aprendizado. O jogo Trilha da Proteção é uma ferramenta lúdica criada por um grupo de professores para auxiliar na prevenção de violência sexual de crianças de 6 a 12 anos.	MEYER, FABRICIO. ANÁLISE DO JOGO "TRILHA DA PROTEÇÃO"- COMO AUXILIAR NA DIMINUIÇÃO DA VULNERABILIDADE PARA A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL* 17/03/2017 115 f. Mestrado Profissional em EDUCAÇÃO SEXUAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (ARARAQUARA), Araraquara Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Fonte: Própria autoria (2022).

Quadro 3 - Refinamento de autores selecionados com resumos e categorias separadas (gênero)

Título	Ano	Fonte	Autor	Gênero Resumo	Referência
EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE, SEXUALIDADE E GÊNERO: desafios para professoras(es) do Ensino Infantil	2017	Capas teses e dissertações	BORGES, RITA DE CASSIA VIEIRA	Concepções das(os) professoras(es) e funcionárias do Ensino Infantil sobre sexo, sexualidade e educação em sexualidade no tocante à orientação do trabalho pedagógico frente às manifestações da sexualidade das(os) alunas(os). Reconhecendo gênero como forma primária de dar significado às relações de poder, cujo processo de construção se inicia na infância; compreendendo a centralidade da Escola na socialização de meninos e meninas; considerando a transversalidade dos temas sexualidade, gênero e violências.	BORGES, RITA DE CASSIA VIEIRA. EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE, SEXUALIDADE E GÊNERO: desafios para professoras(es) do Ensino Infantil. 16/02/2017 188 f. Mestrado Profissional em EDUCAÇÃO SEXUAL. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (ARARAQUARA), Araraquara. Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
Gênero e sexualidade na infância: circulação de ideias na internet	2016	CAPEs periodicos	Filha, Constantina Xavier	Para as pessoas adultas, seria a sexualidade na infância uma terra incógnita? Ou um campo discursivo e normativo destinado à vigilância e ao controle dos corpos infantis? Discuto a problemática há alguns anos. Volto agora a pensá-la a partir de textos publicados na internet. Pretendo questionar o que se entende por criança sexuada, por educação sexual e de gênero na infância e problematizar as ideias que circulam na atualidade.	Filha, Constantina Xavier. Gênero e sexualidade na infância: circulação de ideias na internet. Revista Ártemis (João Pessoa), 2016-01-01, Vol.22 (1)

Fonte: Própria autoria (2022).

Quadro 4 - Refinamento de autores selecionados com resumos e categorias separadas. (prevenção)

Título	Ano	Fonte	Autor	Prevenção Resumo	Referência
A prática de professores da Educação Infantil como ação preventiva da violência sexual de crianças	2020	CAPEs periodico	MENDES, Márcia Cristiane Ferreira, MOURA, Anaís Alves de, ARAGÃO, Maria da Paz Arruda ARAGÃO	O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a prática docente para o combate ao abuso e a exploração sexual de crianças, através das experiências obtidas no projeto de extensão e das ações pedagógicas ocorridas nos Centros de Educação Infantil públicas de Sobral - CE. s. Como resultado, apontamos a importância da formação de professores para a prevenção ao abuso sexual de crianças e da relevância de planejar suas ações pedagógicas nesta perspectiva, e proporcionar palestras para as famílias dos alunos como esclarecimento quanto à valorização familiar e à proteção e garantia de direito das crianças.	MENDES, Márcia Cristiane Ferreira, MOURA, Anaís Alves de, ARAGÃO, Maria da Paz Arruda ARAGÃO. A prática de professores da Educação Infantil como ação preventiva da violência sexual de crianças. Política e Gestão Educacional, 2020-09-01, Vol.24 (esp3)
A DIFICULDADE NA PROMOÇÃO DE MEDIDAS PREVENTIVAS CONTRA O ABUSO SEXUAL INFANTIL NAS ESCOLAS	2019	CAPEs periodico	Lessa, Camila Bahia ; Mayor, Andréa Soutto	O presente artigo objetivou compreender se na perspectiva de alunos de licenciatura e profissionais da área da educação existe capacitação, durante sua formação, para lidar com possíveis casos de ASI defrontados no ambiente escolar. Conclui-se que a formação acadêmica em licenciatura não tem sensibilizado e preparado seus professores para identificar sinais indicativos de ASI e nem mesmo quanto aos procedimentos para denúncias de possíveis casos nos órgãos competentes.	Lessa, Camila Bahia ; Mayor, Andréa Soutto. A dificuldade na promoção de medidas preventivas contra o abuso sexual infantil nas escolas. Perspectivas online. Humanas & sociais aplicadas, 2019-08-31, Vol.9 (25)

Fonte: Própria autoria (2022).

Quadro 5 - Exposição realizada pelo Excel presente: título, ano, fonte, autor, resumo e referência

Título	Ano	Fonte	Autor	Resumo	Referência
Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise da prevalência e fatores associados	2019	Scielo Monografia	Miranda, Millena Haline Hermenegildo	Analisar a prevalência e os fatores associados à violência sexual contra crianças e adolescentes, residentes no município de Petrolina/Pernambuco. Nesta pesquisa foram registrados 1.232 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, com uma prevalência de 30,6%. A violência sexual apresentou maior chance de ocorrência para vítimas do sexo feminino, em sua própria residência, sendo o pai o agressor com mais chance de praticar o ato violento. O consumo de álcool pelo agressor aumentou a chance para o desfecho.	Miranda, Millena Haline Hermenegildo et al. Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise da prevalência e fatores associados" Extraído da monografia: "Prevalência da violência contra crianças e adolescentes e fatores associados", Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira, Hospital Dom Malan, Programa de Residência em Área Profissional de Saúde, Residência de Enfermagem em Saúde da Criança, 2019. Revista da Escola de Enfermagem da USP [online]. 2020, v. 54 [Acessado 13 Outubro 2021]. e03633. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2019013303633>. Epub 06 Nov 2020. ISSN 1980-220X. https://doi.org/10.1590/S1980-220X2019013303633.
Abuso sexual infantil - uma cartografia: silenciamento, testemunho, esquecimento	2016	Capas teses e dissertações	CAMARGO, KARINA ACOSTA	É uma pesquisa que busca ir além da dicotomia vítima-agressor, para pensar a complexa trama que se estabelece invisivelmente e possibilita a incitação e a continuidade dos abusos sexuais, principalmente no âmbito familiar. Além disso, ressalta as modalidades de invenção vital a partir do insuportável, excessivo e	CAMARGO, KARINA ACOSTA. Abuso sexual infantil - uma cartografia: silenciamento, testemunho, esquecimento. 21/03/2016 78 f. Mestrado em PSICOLOGIA (PSICOLOGIA CLÍNICA) Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA

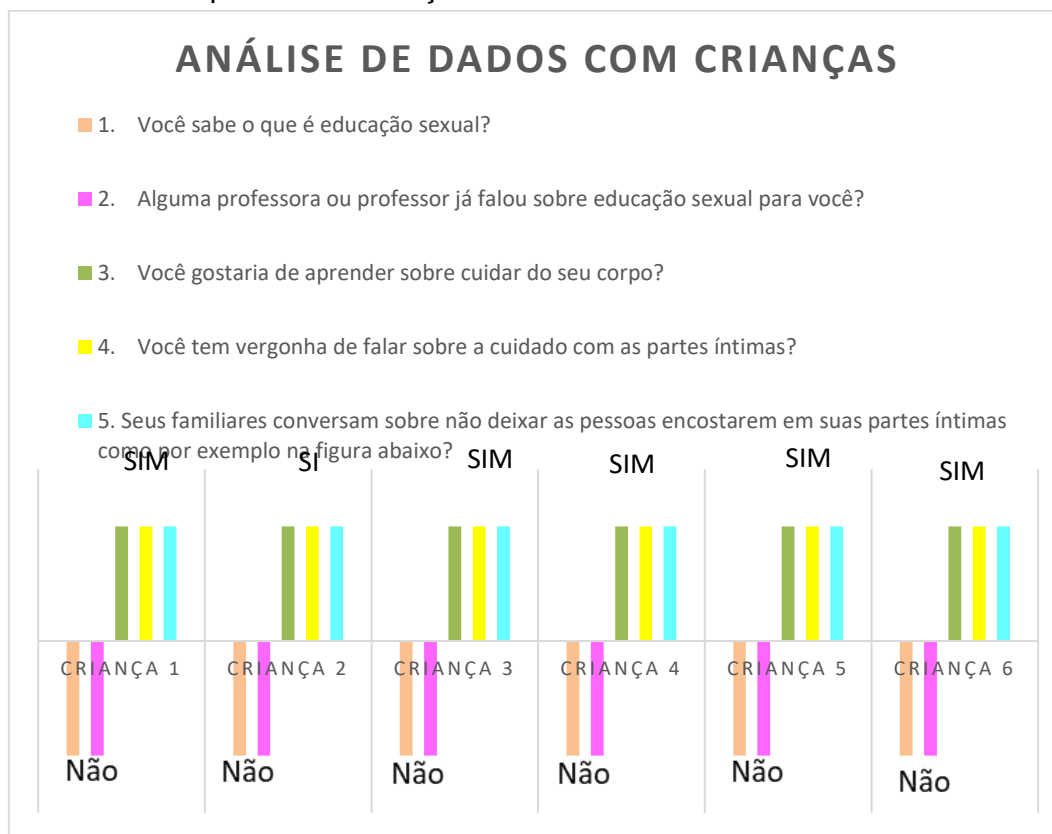
Fonte: Própria autoria (2022).

Quadro 6 - Cronograma planejado com data para a entrega da dissertação

Elaboração dissertação	Entrega
Cap 2. Gênero, o grande guarda-chuva.	
2.1 Compreendendo a violência na perspectiva de gênero	08 de setembro de 2022
2.2 Estatísticas de violências contra crianças e adolescentes	08 de setembro de 2022
2.3 Violência doméstica contra crianças e adolescentes	08 de setembro de 2022
2.4 Violência sexual contra crianças e adolescentes	08 de setembro de 2022
2.5 Abuso sexual contra crianças e adolescentes	11 de outubro de 2022
2.5.1 Dinâmica do abuso sexual contra crianças e adolescentes	11 de outubro de 2022
2.6 Campanha de enfrentamento a violência sexual	25 de outubro de 2022
Cap 3. Prevenção	
3.1 Tipos de prevenção	04 de novembro de 2022
3.2 História da Educação sexual no Mundo	21 de novembro de 2022
3.2.1 História da Educação sexual no Brasil	21 de novembro de 2022
3.3 Prática da Educação sexual controvérsias	22 de dezembro de 2022
3.3.1 Depoimentos sobre Educação sexual	22 de dezembro de 2022
3.4 Crianças e adolescentes: cadê os direitos sexuais?	27 de dezembro de 2022
Cap.4 Educação Sexual como estratégia de prevenção ao abuso de sexual de crianças e adolescentes.	
4.1. Percurso metodológico	31 de janeiro de 2023
4.2 Apresentação do campo	31 de janeiro de 2023
4.3 Pesquisa de campo	31 de janeiro de 2023
4.3.1 Aplicação da técnica de entrevista	31 de janeiro de 2023
4.3.1.1 Retrato da pesquisa de campo	31 de janeiro de 2023
4.3.1.2 Aspectos éticos da pesquisa	31 de janeiro de 2023
Considerações Finais	06 de fevereiro de 2023
Introdução	13 de fevereiro de 2023

Fonte: Própria autoria,

Quadro 7 - Respostas das crianças entrevistadas



Fonte: Própria autoria (2022).

Quadro 8 - Sistematização dos dados coletados grupo: crianças

Perguntas	Criança 1	Criança 2	Criança 3	Criança 4	Criança 5	Criança 6
2) Qual é o seu sexo?	branca	masculino	feminino	feminino	masculino	feminino
3) Qual é a sua idade?	7 anos	7 anos	6 anos	6 anos	8 anos	8 anos
4) Cor /raça	branca	pardo	preta	branca	preto	branca
5) Você sabe o que é educação sexual?	Não	Não, faço ideia disso	Não	Não	Não	Não
6) Alguma professora ou professor já falou sobre educação sexual para você?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
7) Você gostaria de aprender sobre cuidar do seu corpo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim, eu queria
8) Você tem vergonha de falar sobre a cuidado com as partes íntimas?	Sim tenho vergonha, só falo com minha mãe	Sim, eu tenho	Sim	sim	sim	Sim
9) Seus familiares conversam sobre não deixar as pessoas encostarem em suas partes íntimas como por exemplo na figura abaixo?	Sim só com minha mãe	Sim, às vezes, meu pai disse que ninguém pode colocar a mão no meu peru e na minha bunda.	Sim minha mãe ela sempre fala que eu não posso sentar no colo das pessoas, que só mulher pode me dar banho e ninguém pode tocar no meu peito, perereca e bunda, só a mamãe.	Sim com minha mãe	Sim, com mamãe	Sim, minha mãe sempre conversa comigo

Fonte: Própria autoria (2022).

Quadro 9 - Sistematização dos dados coletados grupo: adolescentes

Perguntas	Adolescente 1	Adolescente 2	Adolescente 3	Adolescente 4	Adolescente 5	Adolescente 6
2) Qual é o seu sexo?	Feminino	masculino	Feminino	masculino	masculino	Feminino
3) Qual é a sua idade?	14 anos	16 anos	14 anos	13 anos	12 anos	13 anos
4) Cor /raça	Branca	pardo	preta	preto	branco	preta
5) Você sabe o que é educação sexual?	Sim, é o ato de penetração entre um mulher e o homem que dá prazer em ambas as partes.	Já ouvi falar, mas não sei o que é	Mais ou menos, é...tipo assim, e que vc não esteja ensinando a criança gostar do mesmo sexo, vc está ensinando a ela que ser diferente não é um crime não é errado, vc tem que ensinar ela a respeitar, educação sexual é vc ensinar uma pessoa a respeitar a sexualidade e ensinar a respeitar a sexualidade de outras pessoas, não achar como uma coisa errada uma coisa feia porque é o que a pessoa é então a pessoa tem que respeitar e não gostar só respeitar	Não	Não	Sei, e quando vc ensina a criança sobre o que é, não sei explicar com uma palavra o que é
6) Você já assistiu alguma palestra sobre educação sexual? Se sim o que você achou?	Não	não	Não	Não	Não	Não
7) Você gostaria de aprender/ saber mais sobre educação sexual?	Sim, para não fazer merda porque de poder dar errado e minha mãe sempre disse que isso é uma coisa que não é para fazer de qualquer jeito.	Sim, porque é uma coisa que eu não sei e quero saber.	Talvez	Sim	Sim	Sim eu queria
8) Seus familiares conversam sobre o cuidado com suas partes íntimas?	não, prefiro manter distancia desse assunto com os familiares pois eles são complicados.	Sim, meu pai conversa, se prevenir, usar camisinha, lavar bem o pinto e pedir p tomar remédio, essas coisas e perguntar se ela está indo ao médico, porque tem risco, não sei...	Sim, minha mãe conversa muito comigo sobre isso.	sim, minha mãe e minha avó	sim, minha mãe	Não, ninguém
9) Você tem vergonha de falar sobre a educação sexual e o cuidado com o corpo?	Não, porque eu acho que uma coisa normal e em algum momento da sua vida você vai ter que fazer.	Não, porque precisa prevenir e saber da HIV.	Não.	Sim	Não	Sim, porque não é uma coisa que as pessoas falam

Fonte: Própria autoria (2022).

Quadro 10 - Sistematização dos dados coletados grupo: responsáveis

Perguntas	Responsável 1	Responsável 2	Responsável 3	Responsável 4	Responsável 5	Responsável 6
1. Nome	X	X	X	X	X	X
2. Sexo	Feminino	Feminino	Masculino	Feminino	Feminino	Feminino
3. Grau parentesco.	mãe	mãe	pai	mãe	avó	mãe
4. Idade	35 anos	39 anos	39 anos	38 anos	45 anos	27 anos
5. Raça/cor	Branca	Branca	Pardo	Branca	preta	parda
6. Realiza Atividades remuneradas.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
7. Renda mensal						
8. Possuem benefícios	Sim	Sim	não	Sim	Sim	Sim
9. Como são as conversas sobre a sexualidade e o cuidado com as partes íntimas com sua criança e/ou adolescentes?	Não entramos muito em assunto sobre sexualidade pelo fato das crianças terem uma distância de idade e fico sempre perdida de quando é a hora de entrar no assunto. Deixo sempre muito claro que as partes íntimas as quais eles sabem quais são só devem ser tocadas pela mãe em caso de necessidade por um médico sempre respondendo de simples e clara as dúvidas, sem rodeios, mas só o que	As conversas são de acordo com a idade, aumentando conforme ela avança.	São conversas francas, mas nos termos que são entendidos por ele de acordo com sua idade.	Então com ela eu converso assim, é eu já explico qual é a parte íntima toda dela faço tudo na frente dela, mostro as partes íntimas, falo que tem que ter o cuidado e falo com ela pra nunca deixar ninguém encostar nela. Sempre que encostar, ela é minha amiga, então ela tem que vir conversar comigo não importa se é tio, se é tia então assim ninguém tem que ficar encostando nela a menos que precisem em alguma ocasião	Em relação a isso, né? De cuidar, de falar, falar olha X a mãe eu sou a única pessoa que posso mexer no teu piruzinho, que posso lavar a sua bunda. Então por exemplo quando o X começou no colégio, todos os colégios que ele estudou né? De crechezinha eu ia lá e eu explicava. Olha se o X fizer ele não quiser que limpa eu não quero que trocada. Não se preocupa porque eu ensino assim. Então eu tinha muito medo porque por exemplo onde eu moro tem muito garoto né? Morro, entendem? Nem todo mundo tem essa preocupação, você sabe disso né. Eu sempre tive muito medo, né? No colégio, eu falo com ele, falo, ô X, agora tu já é um homem, hein? Eu falo pra ele, ô, segura lá e mas ele não é desse	Como eu engravidel com 14 anos da W eu não sabia que fazer sexo gravava um bebê, minha mãe e ninguém conversou comigo sobre isso. Então conversei com a W sobre sexo e sobre o corpo dela que é dela e ninguém toca só ela. Que no banho o pai dela, somos separados né ele me batia muito e não deixava eu fazer nada, mas graças a Deus eu tenho um outro namorado que é maravilhoso e o pai da W me traiu e casou c essa mulher, já

Fonte: Própria autoria (2022).

7.2.**Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Olá, através deste documento gostaríamos da sua autorização para convidar seu/sua filho/filha para participar da pesquisa denominada: **“Educação Sexual como estratégia de prevenção ao abuso sexual de crianças e adolescentes”**. Esta pesquisa é de responsabilidade da aluna Sylvia Nikitskaja Barragat Maniaudet, mestranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), sob orientação do Professor Doutor Antonio Carlos de Oliveira, na esfera do Grupo de Pesquisa do CNPq "Famílias, Violência e Políticas Públicas.

Esse projeto tem como finalidade compreender o que seu/sua filho/filha acha sobre educação sexual como prevenção ao abuso sexual contra crianças e adolescentes. A participação dele/a é fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa; caso concorde, as respostas fornecidas por ele/a serão anônimas e confidenciais. Nesse momento seu/sua filho/filha terá o tempo que desejar para concluir as perguntas. Caso cite alguma pessoa durante a entrevista, esses indivíduos também terão suas identidades mantidas em segredo. Quanto aos dados recolhidos, serão utilizados nesta pesquisa e os resultados, na dissertação do mestrado, em eventos e em revistas científicas.

A participação dele/a é voluntária e a qualquer instante ele/a pode desistir ou recusar. A recusa não implicará na relação com a pesquisadora e nem com a instituição. Para contribuição dele/a nesta pesquisa, estarão contempladas pela pesquisadora as despesas de transporte e alimentos, não havendo compensações financeiras.

Com a finalidade de reunir as informações coletadas, as entrevistas serão gravadas. Os conteúdos das gravações ficarão guardados em um arquivo sob a responsabilidade desta pesquisadora e serão descartados cinco anos após a finalização da pesquisa.

Quanto ao risco da participação neste estudo, as perguntas podem acarretar desconfortos emocionais, timidez em responder, ou sensação de invasão de

privacidade. Caso a pesquisadora observe algum desconforto no decorrer da entrevista, a pesquisa será interrompida e a atenção será voltada para seu/sua filho/a e, tendo necessidade, será encaminhado para profissionais especializados da rede pública socioassistencial do município, de acordo com a demanda apresentada.

A atuação dele/a nesta pesquisa poderá trazer benefícios para outras pessoas, pois as opiniões dele/a serão documentadas com a finalidade de mostrar a importância de tratar a educação sexual como um meio de prevenção ao abuso sexual, frente à garantia de direitos de crianças e adolescentes. Após a conclusão da dissertação, você e seu/sua filho/a serão convidados/as para conhecer os resultados da pesquisa.

Devido à participação dele/a na pesquisa, você terá acesso aos contatos da pesquisadora¹², do orientador da pesquisa¹³ e da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio¹⁴, que é o órgão da universidade responsável pela análise de questões éticas de pesquisas, sempre que solicitada. Assim, a qualquer momento você pode esclarecer qualquer dúvida sobre a participação do/a seu/sua filho/a e sobre o projeto de pesquisa.

Esse Termo segue assinado por mim e por você, em duas vias, ficando uma com cada um/a de nós.

Eu _____,
autorizo meu/minha filho/a a participar voluntariamente da pesquisa. Informo que compreendi todas as informações fornecidas sobre o estudo e todas as dúvidas foram esclarecidas.

(Assinatura do responsável do participante)

(local/data)

(Assinatura da pesquisadora)

(local/data)

¹² Os contatos da mestranda do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro são: Sylvia Nikitskaja Barragat Maniaudet: (24) 99241-3168; e-mail: sylviabarragat@yahoo.com.br.

¹³ Telefone do professor orientador da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira: (21) 3527-1290 (ramal 2393); e-mail: antoniocarlos@puc-rio.br.

¹⁴ Contatos da Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CEPq): (21)3527-1618; localizado na Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, à Rua Marquês de São Vicente, 225 – Prédio Kennedy, 2º andar – Gávea – Rio de Janeiro – RJ – BRASIL.



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Olá, através deste documento gostaríamos de te convidar para participar da pesquisa denominada: **“Educação Sexual como estratégia de prevenção ao abuso sexual de crianças e adolescentes”**. Esta pesquisa é de responsabilidade da aluna Sylvia Nikitskaja Barragat Maniaudet, mestranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), sob orientação do Professor Doutor Antonio Carlos de Oliveira, na esfera do Grupo de Pesquisa do CNPq "Famílias, Violência e Políticas Públicas.

Esse projeto tem como finalidade de compreender o que você acha sobre educação sexual como prevenção ao abuso sexual contra crianças e adolescentes. Sua participação é fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa, caso concorde em participar, suas respostas serão anônimas e confidenciais. Nesse momento você terá o tempo que desejar para concluir as perguntas. Caso cite alguma pessoa durante a entrevista esses indivíduos também terão suas identidades mantidas em segredo. Quanto aos dados recolhidos serão utilizados nesta pesquisa e os resultados na dissertação do mestrado, em eventos e em revistas científicas.

Sua participação é voluntária e a qualquer instante você pode desistir ou recusar. Sua recusa não implicará na sua relação com a pesquisadora e nem com a instituição. Para sua contribuição nesta pesquisa, estarão contempladas pela pesquisadora as despesas de transporte e alimentos, não havendo compensações financeiras.

Com a finalidade de reunir as informações coletadas, as entrevistas serão gravadas. Os conteúdos das gravações ficarão guardados em um arquivo sob a responsabilidade desta pesquisadora e serão descartados cinco anos após a finalização da pesquisa.

Quanto ao risco da participação neste estudo, as perguntas podem acarretar desconfortos emocionais, timidez em responder ou sensação de invasão de privacidade. Caso a pesquisadora observe algum desconforto no decorrer da entrevista, a pesquisa será interrompida e a atenção será voltada para você e, tendo necessidade, você será encaminhado para profissionais especializados da

rede pública socioassistencial do município de acordo com a demanda apresentada.

Sua atuação nesta pesquisa poderá trazer benefícios para outras pessoas, pois suas opiniões serão documentadas com a finalidade de mostrar a importância de tratar a educação sexual como um meio de prevenção ao abuso sexual, frente à garantia de direitos de crianças e adolescentes. Após a conclusão da dissertação, você será convidado/a para conhecer os resultados da pesquisa.

Devido à sua participação na pesquisa, você terá acesso aos contatos da pesquisadora¹⁵, do orientador da pesquisa¹⁶ e da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio¹⁷, que é o órgão da universidade responsável pela análise de questões éticas de pesquisas, sempre que solicitada. Assim, a qualquer momento você pode esclarecer qualquer dúvida sobre sua participação e sobre o projeto de pesquisa.

Esse Termo segue assinado por mim e por você, em duas vias, ficando uma com cada um/a de nós.

Eu _____, estou de acordo em participar voluntariamente da pesquisa. Informo que compreendi todas as informações fornecidas sobre o estudo e todas as dúvidas foram esclarecidas.

(Assinatura do participante)

(local/data)

(Assinatura da pesquisadora)

(local/data)

¹⁵ Os contatos da mestranda do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro são: Sylvia Nikitskaja Barragat Maniaudet: (24) 99241-3168; e-mail: sylviabarragat@yahoo.com.br.

¹⁶ Telefone do professor orientador da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira: (21) 3527-1290 (ramal 2393); e-mail: antoniocarlos@puc-rio.br.

¹⁷ Contatos da Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CEPq): (21)3527-1618; localizado na Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, à Rua Marquês de São Vicente, 225 – Prédio Kennedy, 2º andar – Gávea – Rio de Janeiro – RJ – BRASIL.

7.3.

Apêndice 3 – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
(para adolescentes)

Olá, eu Sylvia Nikitskaja Barragat Maniaudet, que você já conhece do projeto Talentos do Tatame, convido você a participar do estudo **“Educação Sexual como estratégia de prevenção ao abuso sexual de crianças e adolescentes”**. Essa pesquisa faz parte dos meus estudos de mestrado. Gostaria de contar com você, mas você não é obrigado a participar e, mesmo se topa, a qualquer instante você pode desistir sem que nada mude na sua relação comigo e nem com a instituição. Informo que seu responsável permitiu a sua participação.

A sua participação é importante e gostaria de ouvir sua opinião. Nesta conversa pretendo saber o que você acha sobre educação sexual como maneira de evitar o abuso sexual contra crianças e adolescentes.

A pesquisa será feita no espaço do projeto e você irá responder as perguntas, tendo o tempo que desejar para concluir, mas não deve passar de minutos. Para isso, será usado/a um questionário que irei ler as perguntas, uma de cada vez, para você. Pode acontecer de você não se sentir à vontade com alguma pergunta, com desconforto emocional, vontade de chorar, nervosismo ou vergonha em responder. Caso algo assim ocorra, basta você me dizer. E também, caso eu observe algum desconforto de sua parte, a pesquisa será interrompida e minha atenção e meus cuidados serão voltados para te escutar e te ajudar no que for necessário.

Além disso, você e seus responsáveis poderá(ão) me procurar pelos contatos que vocês já têm e também estão escritos ao final dessa folha.

Nesse momento irei fazer a gravação da nossa conversa e os conteúdos das gravações ficarão guardados por mim em um arquivo e serão destruídos cinco anos após a finalização da pesquisa.

As suas informações ficarão sob sigilo, ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a

estranhos informações que você nos der e que possam levar a saberem quem você é. Faremos o mesmo sobre qualquer pessoa que você mencione em nossa conversa. Os resultados da pesquisa serão publicados na minha dissertação, que é como um trabalho de escola que alguns adultos fazem e fica disponível na internet para quem quiser ler. Depois disso, eu voltarei ao projeto para conversar com vocês sobre as conclusões a que eu cheguei.

Você não receberá nada para participar da pesquisa. Mas, como sempre acontece em suas vindas ao projeto, você receberá a passagem e o lanche, não tendo nenhum gasto.

Devido a sua participação na pesquisa, você poderá recorrer aos meus contatos¹⁸, do orientador¹⁹ da pesquisa (que é meu professor no mestrado) e da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio²⁰, um grupo de pessoas da universidade que é responsável por avaliar se as pesquisas estão protegendo cada pessoa que é convidada a participar. Assim, a qualquer momento você pode esclarecer qualquer dúvida sobre sua participação e sobre o projeto de pesquisa.

Esse documento será assinado por mim e por você, em duas vias, ficando uma com você e outra comigo.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu _____ aceito participar da pesquisa **“Educação Sexual como estratégia de prevenção ao abuso sexual de crianças e adolescentes”**. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar com chateado comigo. A pesquisadora esclareceu minhas dúvidas e conversou com os meus responsáveis legais. Recebi uma cópia deste termo de assentimento, li e concordo em participar do estudo.

Petrópolis, _____ de _____ de _____

(Assinatura do participante)

(Assinatura da pesquisadora)

¹⁸ Os contatos da mestranda do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro são: Sylvia Nikitskaja Barragat Maniaudet: (24) 99241-3168; e-mail: sylviabarragat@yahoo.com.br.

¹⁹ Telefone do professor orientador da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira: (21) 3527-1290 (ramal 2393); e-mail: antoniocarlos@puc-rio.br.

²⁰ Contato da Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CEPq): (21)3527-1618; localizado na Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, à Rua Marquês de São Vicente, 225 – Prédio Kennedy, 2º andar – Gávea – Rio de Janeiro – RJ – BRASIL.



Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (para crianças)

Olá, eu sei que você já me conhece como assistente social do projeto Talentos do Tatame. Mas hoje eu estou aqui como pesquisadora, em uma atividade de um curso que eu faço, na universidade, que tem o nome de mestrado. Quero te chamar para participar da pesquisa **“Educação Sexual como estratégia de prevenção ao abuso sexual de crianças e adolescentes”**, que faz parte dos meus estudos. Gostaria de contar com você, mas você não é obrigado e a qualquer instante você pode desistir e eu não ficarei chateada com você. Gostaria de fazer algumas perguntas para você, e seus responsáveis já liberaram esse bate papo.



Estou lendo esse termo de assentimento que significa que nós, pesquisadores, utilizamos quando convidamos com uma pessoa da sua idade para participar de um estudo.



Você terá todos os seus direitos respeitados e receberá todas as informações sobre o estudo. Caso alguma coisa não tenha ficado claro para você, qualquer palavra ou informação pode me interromper a qualquer momento que eu te explicarei. Caso haja necessidade você e seus responsáveis poderá(ão) me procurar pelos contatos que vocês já têm e que estão escritos no final desse documento.



Por que estou fazendo esse estudo? Porque gostaria de saber o que você acha sobre a Educação Sexual e se você já ouviu sobre isso.



A sua participação é importante. Essa pesquisa poderá trazer benefícios para outras pessoas, pois suas opiniões serão documentadas com o objetivo de mostrar a importância de tratar a educação sexual como um meio de evitar abuso sexual de crianças e adolescentes.



As informações que possam levar a saberem quem você é ficarão em segredo, ninguém saberá que você está participando da pesquisa. Faremos o mesmo sobre qualquer pessoa de quem você fale em nossa conversa.



Os resultados da pesquisa serão publicados na minha dissertação, que é como um trabalho de escola que alguns adultos fazem e fica disponível na internet para quem quiser ler. Depois disso, eu voltarei ao projeto para conversar com vocês sobre as conclusões a que eu cheguei.



Você não receberá nada para participar da entrevista. Você ganhará a passagem e o lanche, para que não tenha de gastar nenhum dinheiro com isso.



Em caso de qualquer dúvida, você poderá recorrer aos meus contatos²¹, do orientador²² da pesquisa (que é meu professor no mestrado) e da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio²³, um grupo de pessoas da universidade que é responsável por avaliar se as pesquisas estão protegendo cada pessoa que é convidada a participar. Assim, a qualquer momento você pode esclarecer qualquer dúvida sobre sua participação e sobre o projeto de pesquisa.

Esse documento será assinado por mim e por você, em duas vias, ficando uma com você e outra comigo.

DECLARAÇÃO DE ASSENTIMENTO DO PARTICIPANTE

Eu _____ aceito participar da pesquisa **“Educação Sexual como estratégia de prevenção ao abuso sexual de crianças e adolescentes”**. Entendi que sou livre para aceitar ou recusar e que posso interromper a minha participação a qualquer momento sem dar nenhuma razão. Eu tive a oportunidade de fazer as minhas perguntas e todas foram respondidas. A pesquisadora esclareceu minhas dúvidas e conversou com os meus responsáveis antes. Recebi uma via deste termo de assentimento, li e concordo em participar do estudo.

Petrópolis, _____ de _____ de _____

(Assinatura do participante)

(Assinatura da pesquisadora)

²¹ Os contatos da mestranda do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro são: Sylvia Nikitskaja Barragat Maniaudet: (24) 99241-3168; e-mail: sylviabarragat@yahoo.com.br.

²² Telefone do professor orientador da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira: (21) 3527-1290 (ramal 2393); e-mail: antoniocarlos@puc-rio.br.

²³ Contato da Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CEPq): (21)3527-1618; localizado na Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, à Rua Marquês de São Vicente, 225 – Prédio Kennedy, 2º andar – Gávea – Rio de Janeiro – RJ – BRASIL.

7.4.

Apêndice 4 – Roteiro de perguntas

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



ROTEIRO DCOM PARTICIPANTES (8 a 12 anos) DO PROJETO TALENTOS DO TATAME

1. Nome
2. Sexo
3. Idade
4. Você sabe o que é educação sexual?
5. Alguma professora ou professor já falou sobre educação sexual para você?
6. Você gostaria de aprender sobre cuidar do seu corpo?
7. Você tem vergonha de falar sobre a cuidado com as partes íntimas?
8. Seus familiares conversam sobre não deixar as pessoas encostarem em suas partes íntimas como por exemplo na figura abaixo?

SEMÁFORO DO TOQUE

Uma forma didática de explicar a criança onde ela pode e onde não pode ser tocada, baseado em algo que ela observa em seu dia a dia: o semáforo!



Fonte: https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.meionorte.com%2Fblogs%2Flicreio%2Feducacao-sexual-para-criancas-aqui-ninguem-mexe346336&psig=AOvVaw0dMK5UnnmRwV6lio3cxIDa&ust=1650755866565000&source=images&cd=vfe&ved=2ahUKEwii-Mj55qj3AhX_EbkGHf0iCMwQr4kDegUIARDOAQ



**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PARTICIPANTES (13 a 17
anos) DO PROJETO TALENTOS DO TATAME**

- 1.Nome
- 2.Sexo
- 3.Idade
4. Você sabe o que é educação sexual?
5. Você já assistiu alguma palestra sobre educação sexual ?
Se sim o que você achou?
6. Você gostaria de aprender/ saber mais sobre educação sexual?
- 7.Seus familiares conversam sobre o cuidado com suas partes íntimas?
- 8.Você tem vergonha de falar sobre a educação sexual e o cuidado com o corpo?



ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FAMILIARES DO PROJETO TALENTOS DO TATAME

1. Nome
2. Sexo
3. Grau parentesco.
4. Realiza Atividades remuneradas.
5. Como são as conversas sobre a sexualidade e o cuidado com as partes íntimas com sua criança e/ ou adolescentes?
6. Já escutou sobre educação sexual?
7. Para você o que é educação sexual?
8. Você gostaria que as crianças e adolescentes aprendessem sobre educação sexual?
9. Você acha que esse assunto (educação sexual) deveria ser mais discutido?
10. Você conhece alguém que tenha sofrido abuso sexual na infância ou na adolescência?

8 Anexos

8.1.

Anexo 1 – Parecer da Comissão da Câmara de Ética em pesquisa da PUC-Rio

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2112561/CA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



CÂMARA DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-Rio

Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 63-2022 – Protocolo 86-2022
Proposta SGO 439214

A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

Identificação:

Título: "Educação sexual como estratégia de prevenção ao abuso sexual de crianças e adolescentes" (Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Autora: Sylvia Nikitskaja Barragat Maniaudet (Mestranda do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Orientador: Antonio Carlos de Oliveira (Professor do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Apresentação: Pesquisa de abordagem qualitativa que visa identificar e analisar sentidos atribuídos por famílias atendidas num projeto social na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, acerca da educação sexual de crianças e adolescentes. Prevê aplicar entrevista semiestruturada junto a crianças e adolescentes na faixa de idade entre 8 a 17 anos, bem como entrevista semiestruturada junto aos respectivos pais ou responsáveis. Conta com referencial teórico apoiado em estudos sobre prevenção, violência doméstica (violência sexual, perspectiva de gênero), abuso sexual e educação sexual. A análise dos dados seguirá o método de interpretação de sentidos dos relatos, que consiste na busca da lógica interna de fatos, articulando hermenêutica e dialética.

Aspectos éticos: O projeto, os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (responsáveis e adultos) e os Termos de Assentimento Livre e Esclarecido (crianças e adolescentes) apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. Os Termos expõem com clareza os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem seguidos. Garantem o sigilo e a confidencialidade dos dados coletados. Informam sobre a possibilidade de interrupção na pesquisa sem aplicação de qualquer penalidade ou constrangimento.

Parecer: Aprovado.


Prof. José Ricardo Bergmann
Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio


Profª Ilda Lopes Rodrigues da Silva
Coordenadora da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 2022

Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos
Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio – CEPq/PUC-Rio
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea – 22453-900
Rio de Janeiro – RJ – Tel. (021) 3527-1612 / 3527-1618
e-mail: vraca@puc-rio.br

8.2.

Anexo 2 – Carta de apresentação da pesquisadora emitida pela PUC-Rio

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Vila dos Direitórios - Gávea
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22451041
Tels.: 3527-1290 / 3527-1292

A
Sr(a). Eliane Carvalhar Damasceno

Informamos que **SYLVIA NIKITSKAJA BARRAGAT MANIAUDET**, matrícula 2112561, é aluna do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, estando devidamente matriculada.

A discente participa do Grupo de Pesquisa "Famílias, Violência e Políticas Públicas", coordenado pelo Prof. Drº Antonio Carlos de Oliveira, vinculado a linha de pesquisa "Violência, Direitos, Serviço Social e Políticas Intersetoriais" do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, desenvolvendo o projeto de pesquisa "Educação sexual como estratégia de prevenção ao abuso sexual de crianças e adolescentes".

O projeto de pesquisa tem por objetivo identificar e analisar sentidos atribuídos por famílias atendidas no projeto Talentos do Tatame, em Petrópolis, acerca da educação sexual de crianças e adolescentes. Nesse eixo também será analisado: como campanhas de prevenção ao abuso sexual atingem crianças, adolescentes e familiares; as resistências à temática da educação sexual nos espaços de socialização de crianças e adolescentes e a existência de diálogo, no seio da família, sobre proteção do corpo como forma de cuidado.

Resaltamos que a atuação do sujeito pesquisado é voluntária e a qualquer instante a pessoa pode desistir ou recusar e a recusa não implicará na relação com a pesquisadora e nem com a instituição, além disso terá o tempo que desejar para concluir as perguntas. Caso cite alguma pessoa durante a entrevista esses indivíduos também terão suas identidades mantidas em segredo, assim como participante. Quanto aos dados recolhidos serão utilizados nesta pesquisa e os resultados na dissertação do mestrado, em eventos e em revistas científicas.

Com a finalidade de reunir as informações coletadas, as entrevistas serão gravadas. Os conteúdos das gravações ficarão guardados em um arquivo sob a responsabilidade desta pesquisadora e serão descartados cinco anos após a finalização da pesquisa.

Sua liberação nesta pesquisa poderá trazer benefícios para outras crianças e adolescentes, pois suas opiniões serão documentadas com a finalidade de mostrar a importância de tratar a educação sexual como um meio de prevenção ao abuso sexual, frente à garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2022.

Antonio Carlos de Oliveira
Professor/Orientador do Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio



Departamento de Serviço Social
Rua Marques de São Vicente, 225 - Gávea - 22453-900
Vila dos Direitórios - casa 209
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel (21) 3527-1290 / 3527-1291 Fax (21) 3527-1292



8.3.

Anexo 3 – Informes da prefeitura de Petrópolis sobre a campanha *Tenha Atitude em Suas Ações*



Fonte: Prefeitura Municipal de Petrópolis. Disponível em: <<https://www.petrópolis.rj.gov.br/pmp/>>.